

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS  
HUMANOS

**AS AÇÕES DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL PREVISTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
aproximações e distanciamentos**

Rosaura Espírito Santo da Silva

PELOTAS  
2018

**ROSAURA ESPÍRITO SANTO DA SILVA**

**AS AÇÕES DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL PREVISTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
aproximações e distanciamentos**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, obtenção do título de Doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros

Pelotas

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**S586a** Silva, Rosaura Espírito Santo da  
**As ações de tecnologia e informação no processo de vigilância socioassistencial previsto na Política de Assistência Social: aproximações e distanciamentos** / Rosaura Espírito Santo da Silva.  
– Pelotas: UCPEL, 2018.  
195 f.  
Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientadora: Mara Rosange Acosta de Medeiros.

1. Política de Assistência Social. 2. Vigilância Socioassistencial.  
3. Tecnologia de Informação. I. Medeiros, Mara Rosange Acosta de, or. II. Título.

CDD 361

**ROSAURA ESPÍRITO SANTO DA SILVA**

**AS AÇÕES DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE VIGILÂNCIA  
SOCIOASSISTENCIAL PREVISTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
aproximações e distanciamentos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas para obtenção do título de doutora em política social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora - Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mara Rosange Acosta de Medeiros  
Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

---

Profa. Dra. Mônica de Castro Maia Senna  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Profa. Dra. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger  
Universidade Federal de Rio Grande – FURG

---

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva  
Universidade Federal de Pelotas - UCPEL

Pelotas  
2018

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de trilhar o meu caminho nesta vida. Agradeço aos meus familiares, especialmente à minha mãe Maria Cândida, minha maior incentivadora e a quem dedico este título, ao meu marido Sandro e aos meus filhos, Andrei e Mariana, pelo apoio e compreensão nesta etapa da minha vida.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Pelotas, pela liberação para cursar o doutorado, e aos colegas e amigos da Gestão Ambiental, em especial ao Celso e ao João, pelo apoio profissional que me proporcionou a tranquilidade necessária para a conclusão deste curso.

Ao grupo *Mulheres 2016*, que em todos os momentos me incentivou e torceu por mim em mais esta etapa. Passamos por momentos bons e difíceis, mas o mais importante é encontrar amigos verdadeiros que estão sempre ao nosso lado. Vocês são a família que eu escolhi.

Meu agradecimento aos professores e colegas que conheci no decorrer do curso, em especial àqueles que, além de colegas, se transformaram em amigos muito queridos. Quero deixar aqui o meu agradecimento à Carmen, Daiane, Lenara, João Koglin, Glória e Flúvia, vocês moram no meu coração e espero que nos encontremos em muitos outros momentos das nossas vidas.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, professora Dra. Mara Rosange Medeiros, que, com paciência e dedicação, me conduziu no decorrer deste trabalho. O convívio e as discussões foram fundamentais para a conclusão desta tese. Hoje me sinto realizada por ter aceitado este desafio e espero que algumas das considerações aqui apresentadas possam contribuir para qualificar as ações da Política de Assistência Social a serem desenvolvidas no município.

À Secretaria de Assistência Social de Pelotas, ao gestor da vigilância socioassistencial e à coordenadora da Proteção Social Básica, por terem aberto as portas e por terem acreditado no estudo que ora finalizo. De maneira muito especial agradeço a cada um dos cinco CRAS aonde esta pesquisa foi realizada - obrigada pelo respeito e sinceridade, pela acolhida e pelo interesse demonstrado. Cada um

dos técnicos de referência dos CRAS do município demonstra uma atuação bastante comprometida em relação à defesa dos direitos dos cidadãos.

Em particular, agradeço à banca, Dra. Mônica de Castro Maia Senna, Dra. Raquel Lopes Sparemberger e Dra. Vini Rabassa da Silva. Quero destacar que as contribuições, na banca de qualificação, foram vitais para a conclusão deste trabalho.

A todos vocês o meu sincero “muito obrigado”.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar o processo de implantação da Vigilância Socioassistencial, prevista na política de assistência social, no município de Pelotas/RS. Em âmbito federal, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) criou a Rede Suas - um sistema de informação que deve contribuir para materializar as metas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantindo um espaço de controle, gestão, monitoramento e avaliação da referida política. As funções da PNAS estão pautadas em três pilares: proteção social, defesa social e vigilância socioassistencial. Esta última pressupõe o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas três esferas de governo. A partir de pesquisa bibliográfica é possível afirmar que existe uma legislação que trata do tema e que regulamenta as ações de Vigilância Socioassistencial nos entes federativos, atribuindo a cada um suas peculiaridades e especificidades. Essa legislação também regulamenta o uso dos sistemas da Rede Suas como instrumentos de implementação, monitoramento, controle e avaliação da política. Através de análise documental nos arquivos dos Censos e atas do Conselho Municipal de Assistência Social do município foi possível concluir que a função de Vigilância Socioassistencial, no município de Pelotas, não está sendo executada conforme dita a legislação. Na avaliação efetuada nos CRAS do município constatamos que este não tem o aparato necessário preconizado pela legislação para a operacionalização da Vigilância Socioassistencial. Não existem equipamentos necessários, os técnicos de referência não recebem capacitação e não têm acesso aos sistemas de informações disponibilizados pela Rede Suas. Atualmente apenas o Gestor detém as senhas de todos os sistemas e, portanto, somente ele pode manusear a totalidade das Tecnologias de Informação e ter acesso às informações. O presente estudo revela que os CRAS, nas figuras de seus técnicos de referência, não têm acesso às informações geradas por esses sistemas, dificultando assim a operacionalização das ações de vigilância no município. Para a real efetivação da vigilância no município algumas ações tornam-se primordiais, como por exemplo: a definição de um plano para a implantação da vigilância; aquisição de equipamentos e acesso à internet nos CRAS; capacitação dos técnicos e trabalhadores sociais que atuam na área. Tais ações visam garantir que esses sistemas possam contribuir para a melhoria dos serviços, benefícios e programas ofertados para a população.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Tecnologia da Informação.

## ABSTRACT

The idea of this study was to analyze the implementation process of Social Assistance Surveillance, foreseen in the social assistance policy, in the city of Pelotas/RS. At the federal level, the Ministry of Social Development (MSD) created Rede SUAS - an information system that should contribute to materialize the goals of the National Social Assistance Policy (NSAP), guaranteeing a space for control, management, monitoring and evaluation of policy. The goals of the NSAP are based on three pillars: social protection, social defense and social assistance surveillance. The latter presupposes the use of Information and Communication Technologies (ICTs) in the three spheres of government. From a bibliographical research it is possible to affirm that there is a legislation that deals with the subject and that regulates the actions of Social Assistance Surveillance in the three federative entities, attributing to each one its peculiarities and specificities. This legislation also regulates the use of Rede's systems as instruments for the implementation, monitoring, control and evaluation of the policy. Through documentary analysis in the archives of the Censuses and Minutes of the Municipal Council of Social Assistance of the municipality it was possible to conclude that the function of Social Assistance Surveillance in the county of Pelotas is not being executed according to the legislation. In the evaluation carried out in the CRAS of the city we found that this one does not have the necessary apparatus recommended by the legislation for the operationalization of the Social Assistance Surveillance. There are no equipments available for work, reference technicians do not receive training and do not have access to the information systems made available by Rede SUAS. Currently only the Manager holds the passwords of all systems and therefore he is the only one that can handle the entire Information Technologies and has access to the information. The present study reveals that the CRAS, in the figures of their reference technicians, do not have access to the information generated by these systems, making it difficult to operationalize the surveillance actions in the county. For the effective implementation of surveillance in the county some actions become paramount, for example: the definition of a plan for the implementation of surveillance; acquisition of equipment and internet access in CRAS; training of technicians and social workers working in the area. These actions aim to ensure that these systems can contribute to the improvement of services, benefits and programs offered to the population.

**Keywords:** Social Assistance Policy, Social Assistance Surveillance, Information Technology.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CENTROPOP</b>	Centro de Referência Especializado Para Pessoas em Situação de Rua
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CMAS</b>	Conselho Municipal de Assistência Social
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>FMAS</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
<b>GTZ</b>	Agência Alemã de Cooperação Técnica
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IGDSUAS</b>	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica de Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
<b>MSE</b>	Medidas Socioeducativas
<b>NIS</b>	Número de Identificação Social
<b>NOB/SUAS</b>	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
<b>PAEFI</b>	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
<b>PAIF</b>	Proteção e Atendimento Integral a Famílias
<b>PES</b>	Planejamento Estratégico Situacional
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPGPS</b>	Programa de PósGraduação em Política Social
<b>PPGSS</b>	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
<b>PSA</b>	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
<b>PSB</b>	Proteção Social Básica
<b>PSC</b>	Prestação de Serviços à Comunidade
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial de Média Complexidade
<b>RMA</b>	Registro Mensal de Atendimento
<b>SAS</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>SCFV</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>SINASE</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>SISC</b>	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>SNAS</b>	Secretaria Nacional de Assistência Social
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>TI</b>	Tecnologia de informação
<b>TICS</b>	Tecnologias de informação e Comunicação

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área geográfica do município de Pelotas.....	79
Figura 2- Mapa Conceitual da Assistência Social no Município de Pelotas/RS.....	89
Figura 3 - Tabela preenchida no CRAS com todos os atendimentos realizados por dia. ....	114
Figura 4- Ficha de Cadastro dos usuários do CRAS.....	116
Figura 5 – Dados da Família .....	117
Figura 6- Membros da Família .....	118
Figura 7 - Espaço reservado para Anotações na Ficha .....	118
Figura 8– Relatório mensal de atividades por CRAS .....	121
Figura 9 - Relatório Trimestral encaminhado para a SAS .....	124
Figura 10 - Planilha de contagem dos atendimentos mensais .....	128
Figura 11 - Controle dos atendimentos CRAS5 .....	130
Figura 12 - Quadro com as atividades realizadas por dia .....	131
Figura 13 - Atividades desenvolvidas nos CRAS .....	132
Figura 14 – Fluxo do Atendimento ao usuário efetuado nos CRAS .....	135
Figura 15 - Macroatividades da Vigilância Socioassistencial desenvolvidas nos CRAS .....	144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistemas de Informação utilizados na Vigilância Socioassistencial .....	69
Quadro 2-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –IDHM- Pelotas .....	80
Quadro 3 -Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003 Município Pelotas .....	81
Quadro 4 - Mapeamento da Legislação referente à Vigilância Socioassistencial ...	101
Quadro 5- Resoluções do CNAS pertinentes à Vigilância Socioassistencial .....	104
Quadro 6– Resoluções CIT referentes à Vigilância Socioassistencial .....	108
Quadro 7 - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS) – Marco Legal .....	111
Quadro 8 - Atas avaliadas onde aparece o termo "Vigilância Socioassistencial" ....	137
Quadro 9 – Atas onde constam o termo “Vigilância Socioassistencial” .....	138
Quadro 10 – Dados dos Censos relativos à área de Vigilância Socioassistencial ..	139
Quadro 11 - Atribuições conjuntas que são focos da Vigilância Socioassistencial de competência dos entes federativos. ....	143
Quadro 12 – Respostas dos técnicos à questão “O que você entende por Vigilância Socioassistencial? “ .....	149
Quadro 13 – Respostas dos técnicos à questão:“Qual a sua opinião sobre a operacionalização dos sistemas da Rede Suas? .....	152
Quadro 14 - Respostas dos técnicos à questão: “Qual a importância da Vigilância Socioassistencial para as ações do CRAS e do município?” .....	153
Quadro 15 - Respostas dos técnicos à questão: “Para você, quais instrumentos podem ser utilizados na Vigilância Socioassistencial?” .....	155
Quadro 16 – Respostas dos técnicos à questão: “Em relação ao uso das tecnologias informacionais, quais os aspectos que você considera significativos no cotidiano de trabalho realizado?” .....	157
Quadro 17– Respostas dos técnicos à questão: “O que você identifica como limites, referente ao uso das tecnologias, no processo de Vigilância?” .....	159
Quadro 18- Respostas dos técnicos à questão: “O que você identifica como possibilidades, referente ao uso das tecnologias, no processo de Vigilância?” .....	161
Quadro 19 – Respostas dos técnicos à questão: “Você poderia elencar, por ordem de importância, quais os 5 aspectos relativos ao uso das tecnologias que precisam ser aperfeiçoados/modificados/implementados na Vigilância Socioassistencial?” ..	162

Quadro 20– Parâmetros para avaliação do CRAS.....	164
Quadro 21- Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Estrutura Física ....	166
Quadro 22 - Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Recursos Humanos .....	168

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Distribuição dos municípios brasileiros por porte populacional – 2010 .....	82
Tabela 2 - Tabela de PORTE DOS CRAS .....	164
Tabela 3 Recursos disponíveis em cada CRAS.....	167
Tabela 4 – Numero de computadores nos CRAS .....	167
Tabela 5 - Equipes de Referência por CRAS – Dimensão Recursos Humanos.....	169

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Percentual de técnicos que conhecem os sistemas de informação disponíveis .....	147
Gráfico 2 – Percentual de técnicos que desenvolvem ações da vigilância .....	148
Gráfico 3 Percentual de Sistemas de Informação disponibilizados pela secretaria. ....	151
Gráfico 4 – Percentual de técnicos que consideram a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das suas atividades .....	165
Gráfico 5 – Existem profissionais suficientes nos CRAS.....	170
Gráfico 6 - – Numero de técnicos com relação ao tempo de atuação na assistência social .....	170

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CONCEPÇÃO DE MERECIMENTO À CRIAÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	26
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA, AVANÇOS E LIMITES .....	26
2.2 TERRITÓRIOS, VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO: NOVOS COMPONENTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	34
3. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COMO ELEMENTO IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	58
3.1 SURGIMENTO DA EXPRESSÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL .....	58
3.2 A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL .....	65
3.2.1 Instrumentos de informação utilizados na Vigilância Socioassistencial no âmbito federal .....	68
3.3 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO ÂMBITO DOS CRAS E CREAS.....	71
4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS: CONTEXTO ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA DE CAMPO.....	79
4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA E FUNÇÕES.....	83
4.2 METODOLOGIA UTILIZADA PARA COLETA DE DADOS .....	90
5. A CENTRALIDADE DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PONTUANDO ALGUNS ASPECTOS.....	100
5.1 LEGISLAÇÃO REFERENTE À VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIA.....	100
5.2. DANDO VISIBILIDADE AOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) .....	113
5.2.1 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); um pouco da rotina ...	114
5.3 ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	137
5.4 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS .....	140

6. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL .....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	172
REFERÊNCIAS.....	179
APÊNDICES.....	188
Apêndice A - Entrevista a ser aplicado nos CRAS .....	189
Apêndice B – Termo de consentimento das Entrevistas.....	192
ANEXOS .....	194
Anexo A - Autorização da SAS para realização da pesquisa .....	195



## 1. INTRODUÇÃO

O tema investigado neste estudo está vinculado ao uso de ferramentas informacionais na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com foco na Vigilância Socioassistencial, considerada uma das funções da referida política. A tese analisou as ferramentas informacionais utilizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social<sup>1</sup> em Pelotas/RS.

No campo da assistência social, o uso de tecnologias é algo relativamente novo, tendo tido maior destaque a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, na qual é incorporada a noção de cidadania, sob a responsabilidade do Estado, através de uma ação compartilhada entre os entes da federação (união, estados e municípios) e, também, sinalizou para a necessidade do uso da tecnologia para melhor atender às diretrizes dessa política. (BRASIL, 2004).

Com a pactuação realizada, foram definidas as atribuições e competências nos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e, levando em conta as deliberações das Conferências, foi aprovado, em 2004, o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)<sup>2</sup>, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) passou a desenvolver um Sistema de Informação, com o objetivo de contribuir para a consolidação da PNAS e do Suas, considerando que:

as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (BRASIL, 2004, p. 14)

---

<sup>1</sup> Até a data de 31/dez/2016, esta secretaria era denominada de Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança.

<sup>2</sup> Quando Michel Temer assume a presidência, em decorrência do impeachment da presidente Dilma (agosto de 2016), houve a alteração desse Ministério, sendo incluída a questão agrária (Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA). Para fins deste trabalho adotaremos a sigla MDS.

Podemos observar que houve uma tentativa, por parte do MDS, de instituir através da Rede Suas, espaços de controle, gestão, monitoramento e avaliação da política de assistência social. De acordo com Alice Gambardella (2011),

foi com o advento do Suas em 2005 que ocorreu o impacto direto da gestão da Assistência social sobre os sistemas de informação, na medida em que se torna movimento, quase que incondicional, para a gestão da assistência social na abrangência de procedimentos, práticas e controle equalizados por todo o território nacional. (GAMBARDELLA, 2011, p. 119)

Berenice Couto (2009) afirma que um dos grandes desafios da gestão da política de assistência está em definir quais são os elementos básicos que conduzirão a concretização do SUAS. Para a autora, a PNAS/2004 e a NOB/Suas são elementos fundamentais para o processo de gestão, bem como o diagnóstico objetivo e claro da realidade social em que a política é chamada a intervir. Neste contexto. “quanto maior for a possibilidade de acertar na análise prévia da realidade, maior é a chance de acertar nas respostas construídas” (COUTO, 2009:214).

A autora afirma ser impossível trabalhar na perspectiva do que sempre foi padrão para a política assistencial, onde muitos técnicos atuavam pautados pela noção de merecimento em detrimento da noção de direito. Portanto, a PNAS/2004 e o Suas apresentam a complexidade da realidade social e a multidimensionalidade dos elementos que representam a situação em que se encontram os usuários da assistência social.

O uso da tecnologia da informação deve propiciar o tratamento dos dados, a gestão da informação e a geração de processos e produtos contribuindo para atender o que preceitua o SUAS (MDS, 2006), em relação ao direito social e ao seu reconhecimento como dever do estado. Em consonância com tal perspectiva do MDS, Alice Gambardella (2011) aponta que:

a configuração da gestão institucional da política de assistência social caminhou, e ainda prossegue *pari passu*, com a revolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC). Ao mesmo tempo em que trafega em via constituída por elementos aparentemente subjetivos, objetiva alcançar o lócus seguro de um espaço legalizado de direitos. (GAMBARDELLA, 2011, p. 220)

Entretanto, convém destacar que as tecnologias são meios e não fim, portanto não geram desenvolvimento ou possibilitam uma melhoria nas condições de vida para os indivíduos por si só. Para que as tecnologias possam proporcionar melhoria ou qualidade nas relações, é necessário que haja uma interação efetiva entre os setores privado, governamental e organizações sociais para a formulação

de políticas que permitam o uso adequado das tecnologias da informação. Dessa forma, é possível retirar da tecnologia o melhor que ela tem com vistas à contribuir para a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Luziele Tapajós (2006) destaca a necessidade de se pensar o uso das tecnologias como suportes para dar materialidade à política de assistência social, alertando que "é indispensável compreender que o conceito de dado e informação não pode ser confundido, já que os dados representam os fatos na sua forma mais original, e a informação a sua representação" (TAPAJÓS, 2006:183). Assim, essa informação é que deve se constituir em um elemento útil, contribuindo para o atendimento das necessidades da população usuária. Nesse caso, Luziele Tapajós destaca

O fator tecnologia da informação (por meio da administração da informação e da informática) é decisivo para qualquer organização agilizar seus fluxos, confluir conectividades e acompanhar suas ações. A composição da aplicação desses incrementos com o mandato da política pública da assistência social, desenvolvida na forma do sistema único, materializa uma circunstância ainda inédita na história da gestão desta política pública no Brasil. (TAPAJÓS, 2006, p.185)

Os sistemas de informação ganharam protagonismo com a PNAS 2004 e, conforme a legislação sobre o tema, devem ser de responsabilidade dos entes federados. Estes sistemas têm como objetivo padronizar, organizar, armazenar e efetuar a gestão da informação que se tornará fonte de conhecimento, dando suporte às ações de avaliação e monitoramento de programas, projetos, serviços e benefícios.

A principal finalidade de um sistema de informação é a de auxiliar a entidade/organização a alcançar seus objetivos, possibilitando que seus gestores tenham uma visão de como planejar, organizar e controlar com eficácia as ações com vistas ao alcance dos resultados (STAIR, 2002).

No final do Século XX, os avanços da computação e das telecomunicações criaram maior possibilidade de armazenamento, geração e troca de informações, impactando o processo de produção do conhecimento. A chamada sociedade da informação tem trazido, desde então, impactos significativos para o cotidiano das pessoas.

As mudanças na contemporaneidade diante das inovações tecnológicas também afetam e se refletem no âmbito das políticas sociais. Desta forma é

necessário que gestores e técnicos da área se aproximem de tais tecnologias visando a um melhor desempenho profissional na implementação dessas políticas.

Somente no ano de 2010 foi criado, pelo MDS, um setor responsável pela Vigilância Socioassistencial, ligado diretamente à SNAS. Em 2012, esta Secretaria apontou que apenas seis estados, tinham um setor específico de vigilância; enquanto outros 12 estados afirmavam possuir alguma área que se responsabilizava informalmente pela Vigilância (BRASIL, 2013).

Em relação à composição do processo de Vigilância Socioassistencial, Flávia Cristina Gomes Pires (2016) destaca que este deve ser realizado a partir de três elementos: Cadastro Único (CadÚnico), ferramentas informacionais e Censo Suas.

Para a autora,

a discussão acerca da função Vigilância Socioassistencial no planejamento da política de assistência social é um processo constante que antecede, acompanha e avalia. Para além do planejamento, isto é, como um processo múltiplo, ela deve considerar a demanda, as particularidades do território e as respostas públicas para proteção social (PIRES, 2016, p.21).

O uso adequado de um sistema de informação possibilita uma combinação de informações, de recursos humanos e tecnologia de informação com o objetivo de garantir o sucesso das ações desenvolvidas. As vantagens asseguradas pelo uso de um sistema de informação são a melhoria das operações. No caso das políticas sociais, a aproximação de gestores e técnicos das áreas podem melhor qualificar as ações desenvolvidas. De acordo com Alice Gambardella (2011):

as TICS, enquanto mecanismo computacionais de arquivo e processamento de dados, gerando informações e conhecimentos, configuram-se, ao mesmo tempo, como estratégia política e ferramenta de gestão da informação sem igual. A sua adoção pelo MDS nesta última década, em especial nos últimos cinco anos, demonstrou crescimento vertiginoso. O que por um lado aperfeiçoou processos e, por outro lado, reduziu distâncias entre os entes federados, especialmente entre governo federal e municípios. (GAMBARDELLA, 2011, p.226)

Nessa mesma perspectiva, Luziele Tapajós (2009) destaca que a finalidade do Sistema Nacional de Informação do Suas é a de organizar e padronizar a gestão da informação atuando no suporte das ações de monitoramento e avaliação de programas, projetos, serviços e benefícios, contemplando os vários integrantes dessa política pública (gestores, técnicos, usuários, entidades, conselhos e sociedade), bem como na identificação e conhecimento do usuário da assistência social e seu movimento no campo da proteção social básica e especial. Para a autora, é importante:

construir um suporte informacional que não só favoreça a gestão colegiada e a administração da política, mas também a realização do controle social; integrar dados e informações dos três níveis de gestão, garantindo perfeita comunicação entre os entes federados e criando uma base de dados específica e corporativa da área. Prestar contas à sociedade. (TAPAJÓS, 2009, p.310)

A autora salienta que a Rede Suas também deve contribuir para dar incremento ao processo de gestão para que a mesma possa fazer o enfrentamento das manifestações da questão social democratizando informações que qualifiquem a política de Assistência Social, através de uma base de dados que retroalimente as ações socioassistenciais a serem desenvolvidas.

A TI, através da sistematização e registro de dados e da produção de informações sobre as demandas e atendimentos, auxilia nas avaliações dos programas e projetos em andamento, e por intermédio da análise das informações pode auxiliar na elaboração de perfis de usuários e de atendimentos, estatísticas, relatórios, sendo uma ferramenta que possibilita a tomada de decisão e a possível identificação de novas necessidades que podem gerar novas políticas públicas.

Desta forma, este trabalho apresenta o processo de Vigilância Socioassistencial, fazendo um recorte local, na busca de um maior entendimento sobre o tema, através de uma aproximação com as ações da vigilância e a utilização do aparato informacional disponibilizado pelo Estado no município de Pelotas/RS, tendo como questões norteadoras os Sistemas de Informação que dão suporte à Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e a sua relação com a função da Vigilância Social, na esfera municipal, buscando responder aos seguintes questionamentos: Quais as contribuições dos Sistemas de Informação utilizados na Política de Assistência Social para a articulação, organização dos serviços, benefícios e programas que devem ser prestados à população que dela precisa? Os técnicos que atuam na política de assistência social estão se apropriando dessas ferramentas informacionais? Como se articulam essas ferramentas e os sistemas em âmbito federal com a realidade local? Quais as contribuições dessas ferramentas e sistemas de informação disponibilizados para as atividades de vigilância socioassistencial desenvolvidas em nível municipal?

Dessa forma, o problema que norteou este estudo pode ser assim apresentado: Quais as percepções que os gestores, trabalhadores e técnicos da política de assistência Social têm acerca das ferramentas disponibilizadas pela Rede

Suas para operacionalização da Vigilância Socioassistencial no município de Pelotas/RS?

Dentro do exposto o trabalho tomou como base a legislação pertinente ao tema da Vigilância Socioassistencial, bem como a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, para traçar o cenário da Vigilância no município

A Lei Orgânica da Assistência Social – Loas– datada de 7 de dezembro de 1993, afirma em seu artigo 2º *“a assistência social tem por objetivos: I) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”*(BRASIL,1993). Assim, é destacado o núcleo familiar como o primeiro objetivo da assistência social, afirmando que a família impossibilitada de realizar sua função social deve ter uma atenção especial através de programas e projetos capazes de restituir-lhe condições dignas de vida.

Portanto, a LOAS elege a família como referência central na elaboração e execução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais, devendo inclusive garantir sua presença ativa na proposição e execução dos programas a ela destinados, ocupando um lugar de destaque e ganhando visibilidade política.

Entretanto, para ganhar visibilidade é necessária a criação de ferramentas que identifiquem as condições de vida das famílias que precisam dos serviços, ações e projetos previstos na PAS, em decorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Para Berenice Couto (2009), os impactos da realidade:

devem ser avaliados como consequência que determinado problema gera para aquela parcela da sociedade, naquele território, e não como um problema particular, individual ou grupal [...]. Para isso será necessário compreender minimamente a vocação produtiva do município e articular a ação com as políticas de trabalho, educação, transporte, entre outras. (COUTO, 2009, p. 214)

Aqui a autora apresenta um desafio para os trabalhadores da PNAS, que é o de garantir a articulação com as demais políticas, numa perspectiva intersetorial, pois historicamente houve uma individualização e uma fragmentação no atendimento, o qual tem dificultado a viabilização da autonomia dos sujeitos envolvidos nesta política.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 ocorre o reconhecimento da assistência social como política pública, juntamente com as políticas de saúde e de previdência social, as quais passam a compor o sistema de

seguridade social brasileiro. A Constituição oportunizou a reflexão e a mudança no momento em que implantou um novo padrão de proteção social afirmativo dos direitos sociais, que procurou abandonar práticas clientelistas e assistencialistas.

Com o objetivo de institucionalizar e regulamentar os avanços alcançados na Constituição de 1988 tornou-se essencial a aprovação de leis orgânicas. Para concretizar os pressupostos da Constituição e da Loas, a primeira Norma Operacional Básica – NOB - foi aprovada em 04 de dezembro de 1997, definindo o sistema descentralizado e participativo da política de Assistência Social.

A NOB/97 aborda a atribuição dos entes federados, os níveis de gestão e de financiamento, definindo parâmetros de partilha em relação aos programas, projetos, benefícios e serviços da Assistência Social.

Posteriormente, houve a aprovação da Norma Operacional Básica do Suas(NOBSuas), a qual passou por sucessivas modificações em seu texto original, buscando dar materialidade à PNAS. A NOB/SUAS de 2012, em seu Capítulo I, destaca no artigo 1º a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, concomitantemente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. As três funções estão relacionadas entre si, sendo possível afirmar que cada uma delas apenas se realiza em sua plenitude através da interação e em complementariedade com as demais.

Para possibilitar essa integração foi desenvolvida a Rede Suas que se caracteriza por ser um sistema multicomposto alimentado por subsistemas e aplicativos dinamicamente inter-relacionados em uma única base de dados corporativa, gerando elementos para facilitadores para uma melhor gestão e controle social, contribuindo para que gestores, trabalhadores, entidades e os diversos segmentos específicos da área possam garantir, juntamente com todo o aparato disponibilizado, o desenvolvimento pleno da política pública de assistência social. Essa rede oferece agilidade e transparência no processo de construção da PNAS/2004, oferecendo, também, condições para melhor realizar o processo de Vigilância Socioassistencial, enquanto elemento fundamental da referida política, juntamente com Proteção Social e a Defesa de Direitos.

O termo Vigilância se utilizado de forma genérica pode ser entendido como ato ou efeito de vigiar. Como função da Política o termo assume, de um lado, uma conotação de prevenção às situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre

famílias e indivíduos; e, de outro, torna-se um espaço para a produção de conhecimentos que devem ser aplicados no planejamento e desenvolvimento da política de assistência social.

Sobre o conceito de Vigilância na política de assistência, cabe destacar o que apontam Maria Luiza Amaral Rizzotti e Thais Gaspar Mendes da Silva (2013). Para elas, a conceito de Vigilância Socioassistencial, previsto na política de assistência social,

requer da comunidade científica uma análise e um aprofundamento de muitos aspectos que o envolvem e que necessitam de maior compreensão. Por se tratar de conteúdo novo para a Política de Assistência Social, é imprescindível, também, atentar para os equívocos de interpretação que podem permear o tema. Vigilância Social **jamais** deve ser compreendida e executada como ferramenta de coerção e controle da população, como instrumento do Estado para vigiar, enquadrar e punir cidadãos. (RIZZOTTI; SILVA, 2013 p.147). Grifo nosso.

Assim, desejamos aqui oportunizar uma reflexão sobre a Vigilância Socioassistencial por entendermos que é uma temática relevante para materialização da política de assistência social.

Esta tese está estruturada em seis capítulos. O primeiro apresenta a revisão de literatura que forneceu suporte para que o estudo fosse conduzido tomando por base o aparato legal da política.

O segundo capítulo apresenta a política de assistência social no Brasil desde sua concepção até a criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e também há uma discussão acerca dos três conceitos-chave utilizados pela vigilância socioassistencial: território, vulnerabilidade e risco social.

No terceiro capítulo é realizada uma revisão teórica detalhada sobre a função da Vigilância Socioassistencial e sua importância para a efetivação da política de assistência social, bem como uma explanação sobre a execução da política no âmbito dos CRAS e CREAS.

O quarto capítulo trata da caracterização do município de Pelotas/RS tendo como objetivo apresentar o local onde a pesquisa se realizou e como está organizada a política de assistência dentro da administração municipal. Neste capítulo apresentamos também a metodologia utilizada para a coleta de dados realizada.



A centralidade da Vigilância Socioassistencial na política de assistência social e seus aspectos serão tratados no capítulo cinco. Apresentaremos aqui a legislação sobre o tema, os resultados obtidos com a análise documental e a realização das entrevistas. E, através da observação participante, apresentaremos neste capítulo a rotina de trabalho dos CRAS, instrumentos utilizados, seus procedimentos e fluxo de trabalho.

No capítulo seis será realizada uma análise das ações da Vigilância Socioassistencial no município de Pelotas. A partir das orientações técnicas e atribuições da Vigilância Socioassistencial será traçado o cenário da vigilância no município através dos dados obtidos nas entrevistas com os técnicos dos CRAS. Para finalizar apresentamos nossas Considerações Finais sobre o estudo realizado.

## **2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CONCEPÇÃO DE MERECIMENTO À CRIAÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O objetivo deste capítulo é fazer uma contextualização da política de assistência social, desde seus primórdios até a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para, posteriormente, problematizar algumas categorias que compõem o atual sistema. O capítulo apresenta a posição de vários autores sobre a implantação do novo Suas e sobre a utilização dos sistemas de informação na política de assistência. Num segundo momento, discutimos os elementos principais da Vigilância Socioassistencial, território, vulnerabilidade e risco social apresentando o ponto de vista de diferentes autores.

### **2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA, AVANÇOS E LIMITES**

No Brasil, as ações de caridade, com cunho religioso, e de filantropia, de cunho humanitário, foram as responsáveis por atender às manifestações da questão social, por um longo período, sendo associadas ao clientelismo e à troca de favores. Na esfera governamental a questão social era considerada como questão moral.

Apenas com a Constituição Federal de 1988 foi instituída a chamada seguridade social, composta por políticas inter-relacionadas e fundamentais para a sobrevivência dos cidadãos, contemplando a saúde, a previdência social e a assistência social, com o objetivo de amparar os cidadãos através de uma rede de proteção social. Posteriormente, de forma tardia, outros direitos sociais vieram integrar o texto constitucional, como foi o caso do direito à moradia, no ano de 2000, e do direito à alimentação, em 2010.

Importante ressaltar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 ocorreu em pleno período de luta pela redemocratização do país. Os movimentos populares na busca pela garantia de direitos sociais se envolveram na elaboração de propostas em várias áreas, dentre elas a saúde, a assistência social, a previdência social, dentre outros.

As décadas de 80 e 90 foram paradigmáticas e paradoxais no andamento de uma configuração nova no cenário político, econômico e social no Brasil, tendo em vista que, embora tenha havido um amplo processo de discussão de políticas sociais

que contemplassem os interesses da população, o avanço neoliberal veio suprimir a efetivação dessas políticas:

De um lado, desenvolveu-se um processo singular de reformas, no que se refere à ampliação do processo de democracia – evidenciada pela transição dos governos militares para governos civis – e à organização política e jurídica – especialmente demonstrada no desenho da Constituição promulgada em 1988. [...] Por outro lado, efetivou-se um processo de grande recessão e contradições no campo econômico, onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento da social. (COUTO, 2008, p.139)

Como é comum em países atingidos por políticas neoliberais, o Brasil sofreu de imediato restrições significativas na implantação da PNAS, aprovada na Constituição de 1988, considerando sua "subordinação à lógica neoliberal da política econômica e da estrutura da política de assistência social do Governo Lula" (SOUZA FILHO; ANTINARELI; DEPAULA; SILVA, 2012,p.31). Para estes autores,

apesar da política de assistência social do Governo Lula se estruturar como contraface da política neoliberal implementada, não podemos perder de vista que o processo de assistencialização, no que se refere à expansão da política de assistência social, permitiu que forças democráticas intervissem nesse contexto e elaborassem uma proposta que incorporavam elementos democráticos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF-1988) e na Lei Orgânica de Assistência Social. (SOUZA FILHO; ANTINARELI; DE PAULA; SILVA, 2012, p.29)

A PNAS é uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento, à garantia dos direitos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e a universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco.

Essa política deve proporcionar a padronização, a melhoria e ampliação dos serviços de assistência social no País, respeitando as diferenças locais e regendo-se pelos seguintes princípios:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos

recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p.18)

Dessa forma, a Assistência Social adquire o status de direito, devendo assumir o papel de reduzir riscos e vulnerabilidades sociais, garantindo a defesa da dignidade humana e também garantir "a capacidade de autossustento do cidadão em defesa daqueles que não têm condições para exercê-las pelo ciclo da vida ou por outra contingência permanente ou eventual" (SPOSATI, 2006, p.115). Essa mesma autora destaca que existem alguns requisitos para concretização da política de assistência social:

a) ser planejada - o que exige o conhecimento prévio da realidade através da função de **vigilância social**, conhecendo demandas e necessidades, construindo metas; b) ser orçada - o que supõe o desenvolvimento da tecnologia de orçamentação na assistência social, o que é muito mais do que definir percentuais de gastos mensais;c) dispor de um quadro de trabalhadores permanentes e capacitados para o exercício de suas funções;d) desenvolver tecnologia de gestão, conhecimentos teóricos e metodologias de trabalho social;e) fortalecer os mecanismos de gestão democrática e participativa;f) ser avaliada - o que indica a necessidade de discussão dos resultados e de seus indicadores, o que é muito mais do que constatar o número de atendimentos dia, mês ou ano sem avaliação do conteúdo desses atendimentos e da qualidade de respostas que contêm. (SPOSATI, 2006, p.115)

Esses requisitos apontados por Aldaíza Sposati trazem uma novidade importante no processo de oferta da política de assistência social, pois se antes ela era baseada no assistencialismo, na vontade do Estado e no interesse eleitoreiro, agora ela rompe com seu papel de não política, inserindo-se no campo da política pública, deixando de ser implementada de qualquer maneira, exigindo o cumprimento dos marcos legais apontados na legislação.

A partir desse contexto, a assistência social se transforma em dever do Estado e direito do cidadão que dela precisar, exigindo uma gestão que dialogue entre si em todos os níveis federados. Da mesma forma é necessário dar conta, de forma equânime, das três funções<sup>3</sup> a ela atribuídas: proteção social, defesa de

---

<sup>3</sup>De acordo com a NOB/Suas 2012, a "**proteção social** visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, devendo dar atenção: a) à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;b) ao amparo das crianças e dos adolescentes carentes;c) à promoção da integração ao mercado de trabalho; d) à habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária; e) à garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; à **defesa de direitos**, voltada para a garantia do pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais e à **Vigilância Socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos" (BRASIL, 2012).

direitos e vigilância social, as quais devem estar articuladas, não devendo ser desenvolvidas de forma isolada.

Essas mudanças geradas na forma de oferecimento dos serviços a serem executados pela política de assistência social foram sem dúvida um marco significativo, considerando o que Maria Carmelita Yasbeck e Renato Francisco dos Santos Paula destacam, ao lembrar a perspectiva que historicamente permeou as ações vinculadas à Assistência Social: Para estes autores:

as décadas de clientelismo [...] consolidaram no Brasil uma cultura tuteladora que não favoreceu o protagonismo dos trabalhadores e nem dos usuários das políticas sociais e especialmente da assistência social aos mais pobres da nossa sociedade. (YASBECK; PAULA, 2013, p.42)

Assim, diante dos avanços legais da PNAS aprovada em 2004, ocorreu em nível nacional uma mobilização para que houvesse, também, a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma demanda oriunda da Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003 e que veio a se fortalecer com a PNAS/2004, cuja "racionalidade de gestão apontou e exigiu um novo modelo assistencial com caráter público na assistência social, comprometido em efetivar resultados, garantir seguranças sociais e direitos aos usuários"(SPOSATI, 2006, p.106). Dessa forma, em julho de 2005, foi aprovada a NOB/Suas 2005, em reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

De acordo com Maria do Carmo Brandt de Carvalho (2006), o Suas propõe um novo modelo de gestão das ações socioassistenciais, com foco prioritário na família, contemplando novas formas de organização, operação e financiamento das ações a serem desenvolvidas pela política de assistência social, tendo como referência a abrangência territorial das famílias. Para ela, o Suas:

traduz e especifica serviços sociassistenciais da política pública aprofundando direitos de caráter universalista - em todo o território nacional e para todos os cidadãos que dela necessitam; organiza/ordena/regula um sistema único (federativo e descentralizado) de assistência social. Define serviços básicos de pouca, média e alta complexidade. Introduce concepção importante de se criar e implementar **sistemas de vigilância da proteção**(mapa da pobreza, inclusão e exclusão social;índices de vulnerabilidade social;mapas de vulnerabilidade social)(grifos nossos);elege como unidade de intervenção a família objetivando romper com as tradicionais segmentações de seu público-alvo (crianças, adolescentes, mulheres, idosos...); elege o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - como equipamento e serviço de proteção social básica [...];elege o CREAS - Centro de Referência de Assistência Social Especializado da Assistência Social - como equipamento/serviço de proteção especial de média e de alta complexidade [...].(CARVALHO, 2006, p.126)

Aldaiza Sposati (2006) destaca que o desejo de criação de um Sistema Único da Assistência Social é bastante antigo. Embora tenha tido maior fôlego a partir de 2003, já anteriormente havia sido reivindicado, durante a primeira Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no ano de 1995. Segundo a autora, o "Suas resulta de quase 20 anos de luta na assistência social e do aprendizado com a gestão da saúde, em particular com o SUS" (SPOSATI, 2006, p. 102).

O Suas significou uma mudança no processo de pensar e de executar a política de assistência social, avançando na construção de um novo olhar que fugia do assistencialismo e de práticas voluntárias baseadas na boa vontade e no individualismo, forjando a luta pelos direitos sociais e pela cidadania. Para Wagner Antonio Alves Gomes:

Fruto de avanços épicos do modelo de proteção social brasileiro, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi instituído com o propósito de materializar no campo do Estado a responsabilidade de organização e oferta das ações de assistência social. O Estado brasileiro, que historicamente conduziu e incentivou a prática de ações caritativas, benemerentes e filantrópicas na área da assistência social, passou a atuar como agente condutor e normatizador da proteção socioassistencial. (GOMES, 2013, p.93-94)

Corroborando essa perspectiva, Berenice Rojas Couto destaca que o Suas veio com a proposta de romper com o conservadorismo presente na política de assistência social, que buscava o adestramento da população usuária. Para a autora,

a assistência social no seu longo percurso para sua efetivação estabeleceu, através da NOB/Suas em 2005, pautada pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, um sistema único de gestão nacional, como política pública, dever do estado e direito de cidadania. (COUTO, 2015, p.670)

Nesse processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social – Suas, a PNAS defende a construção e implantação de sistemas de avaliação e monitoramento como também de um sistema de informação enquanto ferramentas, as quais devem estar encadeadas e construídas de maneira coletiva entre os entes federativos. (PNAS, 2004)

Assim, a implantação de indicadores de avaliação, monitoramento e de informação podem elevar a política de assistência social no Brasil a novos níveis e proporcionar o desenvolvimento de ações, fazendo melhor utilização de recursos e possibilitando a participação, o controle social da política, por meio dos setores

envolvidos, dentre os quais gestores, usuários, técnicos que atuam nas diferentes. Para Jannuzzi (2001),

é importante ressaltar que os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes fenômenos sociais. (JANNUZZI, 2001, p.15)

A NOB/SUAS 2012, no seu Capítulo II, que versa sobre a Gestão do Sistema Único de Assistência Social, Seção I, que trata das responsabilidades dos Entes em seu Art. 13º, que dispõe sobre as responsabilidades da União, traz em seu Inciso “VII - definir as condições e o modo de acesso aos direitos socioassistenciais, visando à sua universalização”, dando ênfase ao fato de que as situações de vulnerabilidade e risco social originam-se no processo de produção e reprodução das desigualdades sociais, nas dinâmicas segregacionais e discriminatórias geradas a partir das construções sócio-históricas. Para tanto, além da análise das vulnerabilidades sociais, pressupõe problematizar a relação de proteção-desproteção à necessidade permanente de combater as desproteções sociais, atuando na perspectiva de:

- Identificar a incidência territorial das desproteções, pois a partir disso é possível mapear e caracterizar a demanda e estabelecer o diálogo com a oferta de serviços socioassistenciais para verificar o seu grau de adequação em termos de capacidade instalada e a que falta por instalar.
- Medir a gradualidade das ocorrências dessas desproteções, o que implica acompanhar a incidência/intensidade dessas desproteções ao longo do tempo. Isto se torna referência tanto para a previsão e estabelecimento de metas para a gestão dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como para fortalecer a dimensão da prevenção na política de assistência social.
- Identificar trajetórias e circulação dos usuários da Assistência Social na rede socioassistencial, pois auxilia na compreensão de como as necessidades operam no interior da rede e promove a definição de diretrizes de articulação dos serviços socioassistenciais, rompendo com o atendimento fragmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.
- Identificar os entraves e barreiras de acesso à oferta de serviços, pois, como veremos no capítulo três, a existência de serviços não garante necessariamente o acesso, nem o encaminhamento esgota uma demanda. Portanto, há que se compreender o que impede o acesso da população potencial usuária da Assistência Social à oferta de serviços da rede socioassistencial e/ou de outras políticas setoriais. (BRASIL, 2012, p.117)

Para melhor dar conta dessas competências foi criada a Rede Suas, que é o sistema de informação do SUAS vinculado à SNAS, com o objetivo de proporcionar

melhores condições para o atendimento das metas da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL2007).

A Rede SUAS tem como objetivo responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. A mesma é estruturada para atender as demandas informacionais dos setores que compõem a política: gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários. A rede é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil<sup>4</sup>. É um instrumento de gestão que atua na organização da produção, processamento, armazenamento, sistematização e disseminação dos dados. Para Luziele Tapajós (2009) a Rede:

é um sistema de informação resultante da integração de vários instrumentos de produção, recebimento, armazenamento e transmissão de dados e informação com escopos diferenciados no arcabouço da gestão para o controle social e financiamento da política. De fato, chama-se de sistema por conta da condição interativa e da perspectiva de rede de relações que determina, em função da dependência recíproca entre um conjunto de elementos, partes ou órgãos componentes dos sistemas, isto é, subsistemas dinamicamente inter-relacionados com a organização específica. No caso, gestores, usuários, técnicos, rede de entidades executoras de serviços socioassistenciais e a sociedade. (TAPAJÓS, 2009, p.306)

Conforme a autora, “a Rede Suas foi projetada, e está sendo desenvolvida, para o suporte à gestão, financiamento e controle social, o monitoramento e avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios, alcançando integralmente essa política pública” (TAPAJÓS, 2006, p. 188). Assim, tal rede comporta vários ambientes que alcançam usuários diferentes do sistema, entre eles gestores da assistência em todas as suas esferas governamentais, profissionais envolvidos no processo e população em geral. O tratamento qualificado da gestão da informação é fator inegável na gestão democrática das políticas sociais e no controle social, além de ser uma ferramenta que agrega transparência e visibilidade às ações da assistência social. Dentro desse sistema, encontramos diferentes aplicativos, dentre os quais o SuasWeb, o qual:

possibilita a fiscalização das ações e a obrigatoriedade do acompanhamento tanto do planejamento estadual e municipal da área como da execução física e financeira da prestação de contas. Gestores municipais, conselhos estaduais e municipais das cidades e do Distrito Federal interagem com o SuasWeb, imprimindo transparência para todas as operações que formatam a gestão da política (BRASIL, 2007, p.19).

---

<sup>4</sup>Em junho de 2016, com o afastamento da presidente Dilma, houve a troca de nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).



Ainda segundo Luziele Tapajós (2007), a Rede Suas tem sua estrutura baseada em hierarquia e módulos que atendem a dois subsistemas: um de suporte gerencial e apoio à decisão, fundamental para a administração e a organização da política pública de assistência social, baseada no Suas, e para a tomada de decisão, incluindo a área do controle social. O outro, de caráter transacional, responde às demandas do processamento de transações financeiras da política pública de assistência social, diretamente vinculado às operações internas da Secretaria Nacional.

Enfim, a institucionalização do Suas pode vir a contribuir para fortalecer a assistência social como política pública, de responsabilidade estatal, considerando os vários avanços já constatados, especialmente no que se refere à ampliação e regulação da oferta de serviços e benefícios, e à estrutura de financiamento. Entretanto, cabe destacar o que nos alerta Renato Francisco dos S. Paula:

a perspectiva de inserirmos o Suas no contexto da gestão pública brasileira parte do pressuposto de que a gestão que verdadeiramente interessa a um estado democrático é aquela que possibilita a ampliação da cidadania; aquela que trata as políticas públicas, sobretudo, as de corte social como acessos privilegiados a direitos universais; aquela que é permeável à participação popular; aquela que proporciona equidade e promove justiça. (PAULA, 2013, p.18)

Embora o SUAS continue avançando se faz necessário fortalecer a gestão e qualificar os serviços, sendo um ponto central o desenvolvimento e implantação da Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2013). Considerando ser a Vigilância Socioassistencial o foco deste trabalho, apresentamos os instrumentos utilizados e a legislação pertinente a essa temática.

Considerando que no âmbito do SUAS não há consenso nos parâmetros e concepções que devem ser aplicados no estabelecimento da segurança de renda, de convívio, de acolhida e da prevenção ante à presença de vulnerabilidades, geram-se obstáculos para conhecer o que é, em que consiste uma situação de desproteção ou de prevenção de forma unificada. Frente a esta diversidade algumas referências são estabelecidas por programas governamentais, sejam eles federais, estaduais e/ou municipais, e que nem sempre guardam os mesmos parâmetros e concepções. Sendo assim, esta continua sendo uma realidade que se apresenta como um desafio que deve ser superado (MDS, 2013).

Portanto, em relação ao SUAS, o campo da informação e das práticas de monitoramento e de avaliação são ressaltados como eixos estratégicos para uma

melhor atuação da política, entendidos como exercícios permanentes e, acima de tudo, comprometidos com os impactos da Assistência Social na defesa de proteção social e garantia de direitos socioassistenciais.

A partir da Constituição Federal de 1988, algumas categorias passam a integrar a política de Assistência Social. Uma dessas categorias é denominada de Território, problematizada na PNAS, 2004, NOB/Suas 2005 e depois se aprofunda com a NOB/SUAS aprovada em 2012, onde a categoria território, juntamente com a categoria vulnerabilidade e risco social, passa a ser elemento fundante da Vigilância Socioassistencial.

## 2.2 TERRITÓRIOS, VULNERABILIDADE SOCIAL E RISCO: NOVOS COMPONENTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No Brasil, nas últimas décadas, a descentralização da política de assistência fez com que os entes federativos tivessem que buscar no campo político-institucional e acadêmico resposta a uma categoria que a partir da década de 90 tornou-se peça chave para as funções da Política de Assistência. Com a descentralização e a função da Vigilância Socioassistencial, a necessidade de conhecer e se apropriar de um conceito de território tem gerado debates e discordância no entendimento dessa categoria que é um dos três elementos, juntamente com Risco e Vulnerabilidade, que vem garantir a assistência social como direito.

O território é uma categoria que não tem consenso entre as várias áreas do conhecimento. Utilizada na Geografia, na economia, na administração, na arquitetura, na engenharia e na área das políticas sociais, cada vez mais o conceito de território necessita ser discutido, rompendo com seu isolamento em uma determinada área.

Cabe salientar que a discussão sobre território é muito maior do que a apresentada neste trabalho. Buscamos aqui trazer autores que entendem o território como espaço social, de vivência e experiências, com o intuito de problematizar a discussão da categoria território dentro da Política de Assistência Social. Podemos entender essa dicotomia e confusão na descrição de território através das palavras de Rogério Haesbaert (2002),

o território é o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e identidade. Isso resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial (ou mesmo transterritorial) que se busca traduzir em novas concepções, como os termos hibridismo e “glocal”, este significando que os níveis global e local podem estar quase inteiramente confundidos. (HAESBAERT, 2002, p.121)

Diante dessa constatação, ressaltamos a importância que essa categoria está tendo nas pesquisas nas mais diversas áreas. Na Política de Assistência tal categoria tem assumido um lugar de destaque e debate. Com a intenção de auxiliar a compreensão e facilitar o entendimento apresentaremos a seguir pensamentos de autores que tratam o tema.

Rogério Haesbaert em suas obras (2001; 2002; 2004) apresenta algumas concepções de território divididas em quatro vertentes primordiais. São elas: cultural, econômica, política e natural. Frisa o autor que tal divisão deverá ser utilizada somente para fins de análise, não devendo ser utilizada frente à realidade onde as relações são dinâmicas e conjugam várias dimensões.

**Dimensão cultural** - Nesta concepção, o território é visto como produto da valorização/apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Neste caso, o conteúdo cultural ou simbólico-cultural demarca o território a partir do tecido de representações e subjetividades que se prendem em porção do espaço território, conferindo-lhe uma identidade.

**Dimensão econômica** – Nesta concepção o espaço é entendido como fonte de recursos podendo ser incorporado na luta entre classes sociais; e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

**Dimensão política** - Aqui, o território é entendido como um espaço determinado e controlado, onde um determinado poder pode ser exercido, na sua maioria esse poder está relacionado ao poder político do Estado. Esta dimensão se refere geralmente às relações espaço-poder, podendo também serem do tipo jurídico-político, aquelas que dizem respeito às relações espaciais que se constituem no âmbito do Estado-Nação.

**Dimensão natural** – A concepção naturalista traz a percepção de território relacionada nas relações entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. Segundo o autor, atualmente essa concepção por ser antiga é pouco difundida na área das Ciências Sociais.

Segundo Denison Ferreira (2014), torna-se imprescindível que o tema seja discutido dentro da Geografia, sendo necessária a retomada da discussão sobre território e a importância que o tema e suas qualificações, dentre elas a territorialidade, têm nos dias atuais dentro da Geografia e em outras Ciências. Segundo SPOSITO, territorialidade:

que designa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano, tem sido objeto de estudo de inúmeros geógrafos”. (SPOSITO, 2009, p. 11)

Para Denison Ferreira, atualmente o debate sobre território, bem como seus outros conceitos correlatos – como territorialidade e territorialização – tem uma importância essencial para a Geografia. Essa importância necessita que o conceito seja (re)visitado constantemente frente aos processos de reordenamento do espaço geográfico mundial em suas várias dimensões (política, econômica, simbólico, cultural, etc.).

Cabe salientar a necessidade de se encontrar uma definição para o termo território/territorialidade dentro da PNAS, visando ao melhor entendimento e atendimento das funções dessa política. A diversidade e o não consenso sobre o tema pode levar à inércia das ações socioassistenciais.

De um lado o engessamento do conceito pode restringir a ação, quando entendido meramente como espaço geográfico; de outro lado conceitos muito abrangentes podem confundir e desarticular os profissionais, quando o conceito de território é entendido de forma genérica sem que se percebam as nuances do espaço em questão. A falta de um conceito claro e aceito por todos os profissionais da área pode ocasionar um distanciamento por parte dos técnicos, o que se reflete nas ações a serem realizadas. Se o território não é percebido como espaço de vivência e de identidade de uma comunidade, como perceber e compreender a sua realidade? Quando o conceito de território não está claro, quando cada profissional e

entidade têm um conceito diferente, gerando confusões e atritos, como será possível planejar e executar ações?

Para Faria e Bortolozzi (2009), no Brasil destacam-se três autores ou correntes vinculadas à questão territorial. A primeira foi concebida a partir da obra de Milton Santos, anos mais tarde seguidas pelas contribuições dos pesquisadores Rogério Haesbaert<sup>5</sup> e Marcos Saquet.

Faria e Bortolozzi (2009) discutem o território sob a luz das contribuições de Milton Santos e entendem território como uma categoria de análise social, onde o território apresenta-se como o recorte ou fração parte do espaço qualificado por seu sujeito.

Com Milton Santos o território também é entendido como “espaço vivido”<sup>6</sup>. Em sua obra “A NATUREZA DO ESPAÇO( 1996)”, o autor considera as relações sociais um divisor de águas para a definição de território.

Através de sua obra, Milton Santos é reconhecido como um dos principais autores a ser considerado na elucidação do termo território/territorialização dentro da política social. Diz respeito ao novo entendimento de espaço que o autor traz, não o espaço físico, mas o espaço permeado pelas relações, pelo convívio, pela coletividade. Para este autor:

O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida. (SANTOS, 2006, p.223)

---

<sup>5</sup> Rogério Haesbaert é um geógrafo humano brasileiro focado nos conceitos de território e região. Mestre em Geografia na UFRJ, orientado por Bertha Becker da qual foi aluno e realizou pesquisas com o geógrafo Milton Santos. Desde 1986 é professor no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, onde é diretor do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG).

<sup>6</sup>“O lugar, assim como o território, é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano (SANTOS 1996). O lugar, portanto, é a escala da totalidade do cotidiano. O lugar-mundo deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar. -Thiago Augusto Nogueira de Queiroz - Para Onde!?, 8 (2): 154-161, ago./dez. 2014 ISSN 1982-0003 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/61589/36420>. Acesso em 01/08/2017.

Essa descoberta deve ser estimulada/potencializada por ações da Assistência Social principalmente nos CRAS, onde esses indivíduos entendendo o espaço e atuando sobre ele poderão transformá-lo, na busca de espaços mais humanos, coerentes e de igualdade.

David Harvey (2014), na sua obra “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana” faz uma crítica ao modelo capitalista de produção discutindo o direito à cidade. Na sua obra o autor aborda a necessidade da retomada do direito à cidade, como um grito para que as cidades se rebelem. Esse direito, conforme o autor, representa a reivindicação dos homens em criar, transformar, decidir sobre a produção do espaço da cidade.

Trazendo a ideia central do autor para a discussão de território podemos entender o direito à cidade como direito ao território, à dignidade, à cidadania e universalidade, elementos presentes na PNAS.

[..] a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. (HARVEY, 2014, p.15)

Em sua obra, David Harvey aborda possíveis formas de reagir ao sistema capitalista. Para o autor, a inclusão dos movimentos sociais urbanos que se localizam em espaços locais como parte integrante de uma luta global são fundamentais para a construção de territórios que impulsionem a efetivação da cidadania. Ele não aponta soluções, mas instiga a uma forma de pensar na importância dos movimentos sociais não apenas relacionadas ao direito à cidade, mas como um fator crucial para a mudança das formas de viver impostas pelo capitalismo. David Harvey faz a seguinte reflexão:

Portanto, é evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. (HARVEY, 2014, p.213)

A perspectiva apresentada por David Harvey nos instiga a fazer uma reflexão mais aprofundada sobre as possibilidades do assistente social e dos técnicos em se apropriar desses espaços para discutir a questão social em cada território, descobrindo, talvez, potencialidades ou possibilidades que até então não estão

claras, enxergar além do operacional?? e de forma crítica, utilizar o território como um elemento de conhecimento, transformação e luta.

Santos (2006) nos diz que com todo o avanço e a aceleração contemporânea, e graças ao tumulto de acontecimentos, o repensar tornou-se um ato heroico. A necessidade de agir, tomar decisões, o estado de alerta que toma a sociedade necessita de um estado de ânimo, uma disposição, uma força renovadora.

A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a conseqüente (re)descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa. Assim, o que pareceria uma inferioridade, na realidade é uma vantagem. (SANTOS, 2006, p.224)

Para o autor, ao analisar a teoria hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo; pobre, minoritário; migrante; etc., mais facilmente o choque da novidade o atinge e o descobrimento de um novo saber torna-se mais fácil. O homem de outro lugar é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de outros lugares. Estando este em um lugar novo é obrigado a um novo aprendizado e a uma nova elaboração.

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluído, num processo sempre renovado. Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história. (SANTOS, 2006, p.224)

Esse é o espaço que deve ser o objeto da Política Social, CRAS e Vigilância Socioassistencial. Nesse espaço profícuo de novas ideias, saberes e necessidades é que os profissionais e atores sociais devem intervir para conseguir dar um passo adiante na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, é nesse espaço que o empoderamento da classe trabalhadora pode emergir na busca de melhores condições de vida, dignidade, cidadania.

Para Claude Raffestin (1993), o espaço e o território não são termos correspondentes. Para a autora, é vital o entendimento que o espaço antecede ao território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em

qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Segundo a autora, o ator transforma o espaço para a criação do território fazendo com que o território deixe de ser apenas um espaço para tornar-se um espaço constituído/construído pelos atores que atuam sobre ele de acordo com seus interesses e objetivos.

Denison Ferreira (2014), fazendo uma análise ao trabalho de Claude Raffestin, afirma que o território para a autora é frisado por relações de poder, sendo este aspecto essencial para a compreensão do território, sem o poder exercido por pessoas ou grupos não é possível definir o território. Sendo assim, o poder é relacional, pois é intrínseco a todas as relações sociais. Este autor destaca que o território

é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É então todo o problema da territorialidade que intervém permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos”. (Raffestin, 1993, p. 8)

Sendo assim, podemos considerar que o território é permeado por relações travadas entre indivíduos ou grupos de indivíduos, estes indivíduos atuando em um determinado espaço através das relações sociais geradas produzem o território.

Para Marcos Saquet (2008), a mudança social assume ritmos diferentes no modo de viver e de produzir a política, cultura e economia. O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências que ocorrem em um ambiente onde a realidade acontece. Para o autor, o território é a apropriação social do ambiente; ambiente edificado, com inúmeras variáveis e relações recíprocas.

O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo. [...], as concepções de espaço e território se confundem, tanto no nível da interpretação como no do *real*. O território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, com destaque para as formas/edificações e para as formas da natureza. Há unidade entre natureza e sociedade. (SAQUET, 2008, p.81)

A grande maioria dos autores aqui apresentados tem o entendimento que o território só existe permeado por relações sociais e que o espaço não se constitui



sem território e vice-versa. O espaço é um ambiente de troca, vivências e aprendizado que dentro de uma sociedade irá gerar um território.

Maria Helena Abreu (2016) utiliza a categoria Território para problematizar o viés teórico-metodológico de como este termo vem sendo utilizado e conceituado através do pensamento crítico de Marx até os dias atuais. A autora realiza uma análise documental sobre o tema partindo de 2003 até 2013, trazendo como questões principais os caminhos metodológicos que fundamentam a discussão e que sejam coerentes com os fundamentos do pensamento crítico que orientam o Serviço Social.

Esta autora apresenta o Território situado no contexto atual de crise do capital com enfoque aos elementos teóricos no campo do marxismo. Apresenta uma leitura crítica da dimensão territorial apresentando categorias do pensamento marxista e marxiano que serviram como chave analítica para compreensão do tema. A autora apresenta uma dimensão socioespacial denominada “Produção de Espaço”. O Tema abordado leva em consideração a realidade brasileira, considerando o princípio da lei do desenvolvimento desigual e combinado chegando à fase imperialista atual, sendo possível afirmar que,

*a produção do espaço se constitui como uma das categorias centrais para pensar as intervenções sociais e as diretrizes para a ação do âmbito das políticas sociais territorializadas”, uma vez que as expressões da questão social se materializam também socioespacialmente ou socioterritorialmente. (ABREU,2016, p.27)*

A autora aproxima a questão territorial com a perspectiva de ação do Serviço Social e demais categorias que atuam junto às políticas sociais, destacando que o debate sobre território deve levar em conta as três abordagens constituintes dessa categoria:

1. abordagem centrada no *território* como espaço de ação das políticas públicas, como mecanismo de estratégia de desenvolvimento de metodologias de gestão e democratização com base em sua *territorialização*;
2. a discussão do *território* no bojo das produções relacionadas às políticas urbanas, poder local e lutas sociais de classe trabalhadora com referenciais do materialismo histórico, onde o *território* aparece como uma das mediações para a produção do conhecimento nessas áreas específicas;
3. a abordagem que se preocupa com a apreensão do debate mais aprofundado sobre o *território* como uma categoria analítica a ser aprofundada sob o viés da tradição marxista e por meio de seus autores contemporâneos, problematizando o tema em sua historicidade e totalidade. Esta última perspectiva tem contribuído para se problematizar a incorporação do debate sobre o *território* no campo das políticas sociais, do

trabalho e questão social e, conseqüentemente, no desenvolvimento do trabalho profissional diante do tema. (ABREU, 2016, p.266)

Para a autora existem alguns aspectos que se destacam nessas abordagens, como, por exemplo, o destaque dado aos sujeitos sociais, movimentos democráticos e participativos que envolvem segmentos que estão diretamente relacionados à importância do território na gestão das políticas sociais, no caso aqui da Política de Assistência Social, especialmente após a aprovação das novas diretrizes da Assistência social, através da PNAS e as NOB/SUAS 2005 e 2014.

Quando essas políticas enfatizam o território como campo de ação da política de assistência e da Vigilância Socioassistencial se faz necessário a apropriação e o entendimento desta categoria que até então era pouco referenciada pelos agentes responsáveis pela execução da PAS.

Dirce Koga<sup>7</sup> é uma das autoras mais referenciadas nas discussões sobre território e política social. Ela faz uma importante reflexão entre os textos oficiais que definem e normatizam a política pública e os contextos em que ocorrem suas intervenções, fazendo uma interface entre o Sistema Único de Saúde e (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Com um olhar no cenário da gestão pública, tece um confronto com os contextos de vivência que desenham as cidades brasileiras, muito marcadas pelas desigualdades sociais e diversidades socioculturais. Para ela:

Tomando como referência o SUS – Sistema Único de Saúde - e o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, embora tenham sido efetivados em tempos distintos, carregam propósitos importantes quanto à territorialização de seus serviços básicos, considerados mais próximos dos cidadãos. A ideia de proximidade, de localização avizinhada do serviço em relação à determinada população parece constituir uma questão central no desenho da Atenção Básica na Saúde ou da Proteção Social Básica na Assistência Social. Ambas privilegiam em seu escopo de organização, dentre outras dimensões específicas aos respectivos sistemas, o território como elemento referencial na garantia de acesso dos cidadãos aos direitos sociais de cidadania. (KOGA, 2015, p.10)

Assim, a autora faz uma crítica ao texto da Política Nacional de Assistência Social no que trata da importância de se identificar as demandas da proteção

---

<sup>7</sup>Dirce Koga é assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora titular do Programa de Mestrado de Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul — São Paulo, Brasil, pesquisadora do Cedest — Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (INPE/PUC-SP).

socioassistencial a partir do chão<sup>8</sup>. Para ela, a questão territorial é mais um desafio no trato com as demandas e ofertas socioassistenciais, juntamente com a reorganização de sua gestão por meio de um Sistema Único de Assistência Social, e destaca que,

o campo socioassistencial historicamente e tradicionalmente tem suas práticas calcadas na segmentação e na individualização no atendimento, dificultando reconhecer, para além do indivíduo e sua família, as múltiplas determinações que incidem sobre a situação em foco. (KOGA, 2015, p.11)

Para Koga (2015), quando a Proteção Social Básica na Assistência Social abarca a questão do território com uma questão prioritária, ocorre uma alteração importante nos rumos e ações de gestão na forma de um sistema unificado, descentralizado e participativo. Tal sistema, ainda em fase de consolidação no território nacional, provoca mudanças em uma cultura institucional estabelecida, que tem suas raízes desde os períodos colonial e imperial. Por ser um país de dimensões continentais, as questões relativas ao território tornaram-se um dos maiores desafios encontrados para aqueles que devem implantar/implementar o novo modelo da política prevista atualmente. Se levarmos em consideração a Vigilância Socioassistencial que deve descobrir, documentar os territórios onde atuam, com certeza nos depararemos com uma diversidade infinita de Brasis. Para Dirce Koga (2015):

A imagem da desigualdade socioterritorial prevalece, e nesse ponto é que as cidades brasileiras se tornam parecidas, apresentando cada qual pedaços de chãos que conformam um mosaico de condições de vida extremamente discrepantes entre seus moradores, em que somente alguns são considerados cidadãos, e outros cidadãos de segunda categoria. (KOGA, 2015, p.13)

O entendimento sobre território se faz necessário, haja vista que o diagnóstico socioterritorial ocupa lugar de destaque na política de assistência social, tendo como objetivo demarcar as metas a serem propostas referentes aos programas, serviços e benefícios da política. Conforme tem sido discutido, esse é um dos mais importantes passos para a efetivação da Política de Assistência Social e a implantação/implementação da Vigilância Socioassistencial nos municípios. O

---

<sup>8</sup>O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p.8).

diagnóstico socioterritorial deve estar no centro da PAS, exigindo o compromisso dos gestores em nível municipal, já que este deve ser gerado e elaborado nas instâncias locais.

Koga discute o diagnóstico socioterritorial, por ser uma das ferramentas de gestão preconizadas pela política de assistência social, e por ser este parte integrante dos respectivos planos nas instâncias federativas. “É no âmbito do plano municipal de assistência social que se buscará estabelecer um diálogo, entendendo ser a escala local a mais desafiadora, tendo em vista ser ela a mais próxima do cotidiano vivenciado pelo cidadão” (KOGA, 2003, p.4).

Encontra-se nesse ponto um contributo fundamental do diagnóstico socioterritorial na gestão da política pública de assistência social: descortinar as particularidades de populações e territórios, sem perder de vista a direção política da política de assistência social. Tomar o diagnóstico sob esta perspectiva implica na necessária superação de sua abordagem exclusivamente tecnicista voltada para o cumprimento administrativo da gestão. No caso da política de assistência social, a produção do diagnóstico associado ao plano de assistência social lhe confere uma aproximação com a função da Vigilância Socioassistencial, que compõe, juntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos, o tripé do Suas. (KOGA, 2003, p.4)

Segundo Luís Otávio Farias (2013) a noção construída de território dentro da Política de Assistência e especificamente na Vigilância Socioassistencial deve ser considerada:

a partir da relação entre o próprio espaço físico e as pessoas que dele se apropriam. O processo de produção e reprodução de desigualdades sociais manifesta-se, também, na conformação e apropriação dos territórios, portanto se faz necessário que a política de assistência social incorpore esta dimensão no planejamento e execução de suas intervenções. Isto significa que as potencialidades ou vulnerabilidades das famílias e indivíduos são, em certa medida, reflexo das características do território em que estão inseridos. Como consequência desta perspectiva, o território em si também deve ser encarado como objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos. (FARIAS 2013, p.7)

A vigilância necessita apropriar-se do território e fazer deste o elemento principal para realizar a análise da adequação entre as demandas da população e a oferta dos programas, serviços e benefícios, prestados pela política. Faz-se necessária uma visão totalizante, que integre demandas e ofertas para traçar planos e estratégias que venham prevenir e reduzir os danos da mesma forma que possa contribuir para a gestão, execução e planejamento da política e dos serviços.

Para efeito deste trabalho adotaremos a concepção de Milton Santos sobre a categoria território visto que a construção teórico-metodológica deste autor tem contribuído para a compreensão do tema no âmbito da política social.

Outro conceito importante dentro da Política de Assistência Social é o conceito de vulnerabilidade social e o de risco. Mesmo estando ligados há uma diferença básica, tendo em vista que o risco refere-se a um perigo potencial e/ou iminente, a um potencial dano; já a vulnerabilidade estaria ligada ao grau de fragilidade/susceptibilidade com relação aos riscos.

Para alguns autores a vulnerabilidade social está fortemente ligada às questões de renda, mas também envolvem outros fatores. Desde aspectos como carências e fragilidades de indivíduos e famílias, como também, acesso precário ou inexistente às políticas públicas e a bens e serviços.

O conceito de Vulnerabilidade Social<sup>9</sup> tem sido utilizado para designar grupos sociais, indivíduos e locais que não tem acesso aos direitos sociais. São aqueles que estão sendo privados dos benefícios e direitos que o cidadão deveria ter assegurado em um mundo dito civilizado. Desta forma podemos entender vulnerabilidade como uma condição na qual se encontram indivíduos, grupos, em situação de insegurança social.

Podemos elencar o desemprego, a desnutrição, moradias inadequadas e falta de saneamento, exposição a ambientes de violência, como algumas das situações de vulnerabilidade pelas quais esses indivíduos, grupos ou comunidade se deparam no dia a dia.

Uma pessoa em situação de vulnerabilidade social encontra-se exposta aos mais variados problemas sociais gerados pela falta de recursos e assistência, tornando-se assim, alguém à margem da sociedade, vivendo de forma precarizada. Essas pessoas necessitam de auxílio de terceiros para que as mínimas condições de sobrevivência sejam satisfeitas.

Marilda Iamamoto (2013) afirma que a relação estreita entre os governos no mercado financeiro e econômico e o favorecimento para que os movimentos do capital transnacional atuem no país sem regulamento nem controle, geram grandes

---

<sup>9</sup>Entre os autores que tratam do tema podemos destacar: Alves (1994), Giddens (2002), Cutter (2003, 2011), Kaztman (2006), Monteiro (2011), Schumann (2014).

desigualdades, para o cumprimento de reformas neoliberais impostas pelos organismos internacionais. Para a autora,

Os pobres, os mais vulneráveis, reclamariam apoio para manejar os riscos com que se defrontam. Assim, emerge uma nova maneira de encarar a política de proteção social como: estratégia de manejo ou administração de risco. Ela transforma a proteção social “em mais um trampolim que permita às pessoas dar o salto para vidas mais seguras”. A proteção envolve estratégias voltadas à “redução de riscos”, à “atenuação de riscos”, ao “enfrentamento dos riscos”; o “manejo dos riscos” incorpora as questões de vulnerabilidade no debate sobre a pobreza. (IAMAMOTO, 2013, p.339)

As questões apresentadas pela autora nos remetem ao entendimento das causas da vulnerabilidade social que ora convivemos. Quando o Estado não consegue dar condições dignas de sobrevivência aos seus cidadãos e privilegia a financeirização, o que ocorre é o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Portanto, podemos genericamente conceituar vulnerabilidade como o não acesso do indivíduo às condições naturais à sua sobrevivência, ou seja, quando seus direitos fundamentais não são assegurados.

Segundo Alves (1994), o conceito de vulnerabilidade é discutido na área dos Direitos Universais do Homem e representa “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania”. (ALVES, 1994, p.122)

Através da visão de Alves podemos entender a vulnerabilidade social como uma fragilidade em dar conta dos problemas enfrentados pelos indivíduos em uma determinada sociedade. Mitigar tais problemas e minimizar esse quadro aumentaria a sensação de pertencimento, evitaria as deficiências e as impressões distorcidas que ocorrem como consequência nesses indivíduos, além de garantir a cidadania.

Cutter (2011)<sup>10</sup> insere um conceito de ciência da vulnerabilidade. Para a autora, a ciência da vulnerabilidade verifica as interações entre sistemas sociais e sistemas e estruturas artificiais (barragens, diques, estruturas de proteção costeira ou redes urbanas e de transporte). A vulnerabilidade se origina no potencial de perda e de impacto negativo que esses sistemas e/ou estruturas têm nas pessoas, ao fracassar. Outro fator fundamental da ciência da vulnerabilidade é o requisito do conhecimento geoespacial e também da investigação com base nos locais. Os desastres, na sua totalidade, são locais e as respostas imediatas também o são.

---

<sup>10</sup>Tradução de Victor Ferreira

A ciência da vulnerabilidade ajuda a perceber como o mesmo acontecimento pode produzir impactos muito diferentes nas zonas envolventes, [...]. Para, além disso, fornece instrumentos que permitem investigar a forma como os fatores sociais interferem na natureza e no ambiente construído, redistribuindo o risco anterior a um acontecimento e os prejuízos após o mesmo. A comparação entre lugares requer métricas consistentes, daí que o conceito de medição seja crucial na ciência da vulnerabilidade. De facto, a capacidade sistemática para comparar uma localidade com outra em termos da sua vulnerabilidade é uma componente fundamental da ciência da vulnerabilidade. (CUTTER, 2011, p.61)

CUTTER (2011) afirma que as informações sobre as condições naturais ou ambientais que ajudam a compreender a exposição ao risco normalmente são encontradas em uma base de informações oriundas das ciências naturais. Já a análise do ambiente construído ou das infraestruturas está ligada às ciências da Engenharia, onde estão incluídas as medições das infraestruturas críticas (oleodutos, redes de transporte, sistemas de comunicação), assim como das edificações (residencial, comercial, industrial, institucional).

A autora salienta, por fim, a importância de se fazer medições sociais dentro da ciência da vulnerabilidade,

é necessário efetuar a medição das condições sociais, geralmente com recurso a dados socioeconômicos e a outros dados demográficos. A unidade de medida pode ser individual (uma pessoa, um agregado familiar, uma estrutura), um grupo (grupos sociais, como estudantes universitários, bairros e infraestruturas), ou uma entidade espacial (um município, uma freguesia ou outra unidade administrativa) em que o ambiente social é construído e os dados físicos estejam integrados. (CUTTER, 2011, p.61)

Para a autora, “a vulnerabilidade social é parcialmente o produto das desigualdades sociais - os fatores sociais que influenciam ou moldam a susceptibilidade de vários grupos para prejudicar e que também governam sua capacidade de responder”. (CUTTER, 2003, p.243)<sup>11</sup>

A vulnerabilidade social, segundo CUTTER (2003), é frequentemente descrita usando as características individuais de pessoas (idade, raça, saúde, renda, tipo de unidade de habitação, emprego). A vulnerabilidade social é parcialmente o produto da desigualdade social - os fatores sociais que influenciam ou moldam a susceptibilidade de vários grupos para prejudicar, mas que também limitam sua capacidade de resposta.

No entanto, também inclui desigualdades no local - aquelas características de comunidades e o ambiente construído, como o nível de urbanização,

---

<sup>11</sup>Tradução da doutoranda, a partir do original denominado: *Social Vulnerability to Environmental Hazards*

taxas de crescimento e vitalidade econômica, que contribuem para o desenvolvimento social de vulnerabilidade dos lugares. (CUTTER, 2003, p.243)

Sobre a importância de medir a predisposição ao risco, a autora também salienta as características da população que podem aumentar ou diminuir a sua capacidade de organização para a resposta e restauração de um evento perigoso ou de um desastre. Dessa forma, a vulnerabilidade social também auxilia a compreender a distribuição dos riscos e das perdas potenciais, ou seja, a relação existente entre as populações vulneráveis e os ambientes naturais vulneráveis (CUTTER, 2011).

CUTTER (2011) conclui que a ciência da vulnerabilidade nos dá a base para a construção de métricas para a vulnerabilidade, que incluem o cálculo de índices para medir a vulnerabilidade social, assim como modelos geoespaciais para a intersecção dos processos sociais e físicos. A estratégia de gestão do risco ignora a realidade da desigualdade social e dos diferentes custos sociais que os riscos acarretam, o que torna a ciência da vulnerabilidade um instrumento essencial para a identificação da vulnerabilidade social. “A ciência da vulnerabilidade aos riscos lembra-nos que o espaço e o local têm importância e proporciona-nos as ferramentas e as técnicas necessárias para demonstrar empiricamente esse princípio”. (CUTTER, 2011, p.66)

A vulnerabilidade social esteve primeiramente direcionada para a análise do indivíduo ou parcela da população mais carente da sociedade, e não buscava entender o processo histórico e social pormenorizado do empobrecimento e da produção estrutural da pobreza.

SCHUMANN (2014) salienta que na década de 90 a categoria vulnerabilidade ainda mantinha forte vínculo com as questões ligadas à pobreza, o que restringia a vulnerabilidade social a um patamar econômico. Contudo essa questão foi se modificando através de pesquisas efetuadas pelos organismos internacionais, entre eles Nações Unidas, Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para esta autora,

Os estudos da vulnerabilidade social foram influenciados por dois fenômenos: o aumento do número de famílias em situação de pobreza e iniquidade social e a ocorrência de crises econômicas decorrentes dos modelos de desenvolvimento, que interferiram na renda e nos níveis de consumo familiar, bem como influenciaram os avanços alcançados durante



as crises econômicas para a redução de pobreza. (SCHUMANN, 2014, p.19)

Os pesquisadores começaram a estudar os temas relativos aos processos de empobrecimento e não somente as causas da vulnerabilidade dos grupos populacionais em maior risco, foco de pesquisas anteriores.

Os estudos abordando a vulnerabilidade passaram a ser desenvolvidos com o intuito de ampliar o entendimento dos problemas sociais sem uma vinculação exclusiva à renda ou à posse de bens materiais, relacionando-a a concepções de bem-estar social para além da dimensão econômica. (SCHUMANN, 2014, p.19)

Surge então uma visão mais abrangente das questões que envolvem a vulnerabilidade que deixa de ter o foco na pobreza e passa a observar as outras formas de desvantagem social que afetam de forma negativa o desenvolvimento dos indivíduos, grupos, famílias, comunidades.

Na Política Nacional de Assistência Social, a Proteção Social Básica atua na prevenção das situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como no fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Tem como público-alvo a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social proveniente da pobreza, privação de renda, acesso precário aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos, entre outros.

Conforme a PNAS (2004), as situações de vulnerabilidade social devem ser acompanhadas/tratadas pela Proteção Social Básica, como também por outras políticas públicas, dependendo da situação exposta, visando à superação das condições de vulnerabilidade e à prevenção das situações que indicam risco potencial. A Proteção Social Básica deve trabalhar de forma articulada à Proteção Social Especial, objetivando a garantia da efetivação dos encaminhamentos demandados.

Farias (2013) apresenta a vulnerabilidade como o segundo conceito-chave para o delineamento conceitual da Vigilância Socioassistencial. Conforme a PNAS (2004), a vulnerabilidade se cria em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Tais situações têm sua origem no processo de produção e reprodução dos processos discriminatórios, de desigualdades sociais, nos processos segregacionistas gerados nas construções sócio-históricas que favorecem determinados pertencimentos em relação a outros.

A Assistência Social deve compreender o aspecto multidimensional presente no conceito de vulnerabilidade social, não restringindo esta à percepção de pobreza, tida como posse de recursos financeiros. É necessário que a vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo, via de regra, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas. (BRASIL, 2013b, p.11)

A identificação de situações de vulnerabilidade é uma das funções mais importantes dentro da área da Vigilância Socioassistencial que tem como objetivo identificar, sistematizar e analisar as informações referentes a possíveis vulnerabilidades que pairam sobre indivíduos e famílias.

A identificação dessas situações possibilitará a atuação da política na redução dessas vulnerabilidades, bem como de traçar estratégias de prevenção e redução dos danos. Da mesma forma, a identificação das vulnerabilidades possibilitará que a Vigilância Socioassistencial crie alternativas de gestão, execução e planejamento com o objetivo de fortalecer a função de proteção social do SUAS.

O termo vulnerabilidade social pode assumir várias conotações como discutido até aqui. Para a política social esta definição representa um desafio, pois a vulnerabilidade é um dos objetos da proteção básica na busca pela superação e prevenção das situações de vulnerabilidade existentes.

Simone Monteiro (2011) ressalta a importância da compreensão do tema por parte dos profissionais que atuam na implementação das políticas sociais. A autora salienta a importância de se constituir um marco teórico. Para ela:

Para isso, compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais. Assim, definir vulnerabilidade social é mais do que um exercício intelectual, objetiva compreender os desafios e tensões que se colocam para as políticas sociais, no sentido de efetivar-se a perspectiva proativa, preventiva e protetiva. (MONTEIRO, 2011, p.30)

Com base nos estudos de Simone Monteiro (2011), fica constatado que existem múltiplos condicionantes da vulnerabilidade social, o que acarreta em um conjunto denso e multifacetado de fatores que emergem do contexto. Para a autora são muitos os condicionantes da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. (MONTEIRO, 2011, p.34)

Monteiro (2011) afirma que a vulnerabilidade deve ser compreendida a partir da relação dialética entre externo (contexto social de referência) e interno (características básicas de indivíduos, grupos, lugares ou comunidades).

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos. (MONTEIRO, 2011, p.35)

Faz-se necessário o debate para perceber a lógica que vem conduzindo a constituição das políticas sociais. Dessa forma, o segmento populacional vulnerável torna-se o objeto da proteção social, que ao invés de assumir a universalidade de cobertura e um direito de cidadania, implementa a política de maneira focalizada em segmentos, o que caracteriza uma releitura do caráter seletista que tradicionalmente determinou as políticas sociais sob novas bases conceituais. (MONTEIRO, 2011)

A autora salienta a necessidade de termos clareza com relação ao conceito de Vulnerabilidade Social adotado/aplicado na Política Social, para não correr o risco da implantação/implementação da política se dar de forma desconexa das estruturas da sociedade capitalista, baseada nas relações de domínio do mercado e do lucro e que provê somente as mínimas condições de sobrevivência aos indivíduos. “Neste sentido, os conceitos interpretados de diferentes maneiras possibilitam desdobramentos distintos na execução da política, o que pode comprometer a garantia de direitos”. (MONTEIRO, 2011, p. 38)

Muitas vezes o conceito de risco é confundido com vulnerabilidade, tanto na vida quanto nas políticas sociais. Pretendemos aqui pontuar as questões de risco na visão de autores que tratam do tema a fim de promover o debate e situar o termo dentro da área de atuação da Política Social especialmente da assistência social.

O conceito de vulnerabilidade está associado à suscetibilidade, ou seja, uma pessoa suscetível é uma pessoa "sujeita" ou "propensa" a situações de fragilidade. Neste estudo utilizaremos o conceito de risco relacionado diretamente à possibilidade de ocorrência de situação de perigo iminente ou ainda a situações que potencialize a incidência de danos ante a eventos inesperados ou incertos.

Anthony Giddens, em seu livro *Modernidade e identidade*, de 2002, traz uma reflexão sobre risco que podemos utilizar nos dias atuais.

A modernidade é uma cultura do risco. Não no sentido de que a vida social é inerentemente mais arriscada que antes; para a maioria das pessoas nas

sociedades desenvolvidas isso não é verdade. Antes, o conceito de risco se torna fundamental para a maneira como tanto os leigos quanto os especialistas organizam o mundo social. Nas condições da modernidade, o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. É como se um território fosse escavado e colonizado. Mas essa colonização, por sua própria natureza, não pode se completar: pensar em termos de risco é vital para aferir até que ponto os resultados reais poderão vir a divergir das previsões do projeto. A aferição do risco requer a precisão e mesmo a quantificação, mas por sua própria natureza é imperfeita. Dado o caráter móvel das instituições modernas, associado à natureza mutável e muitas vezes controversa dos sistemas abstratos, a maioria das formas de aferição do risco, em verdade, contém muitos imponderáveis. A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade. (GIDDENS, 2002, p.11)

O autor aborda questões teóricas através da análise da relação entre a modernidade e os aspectos mais pessoais da existência humana. Apesar da complexidade do tema, Giddens discute as várias facetas de um processo intrinsecamente contraditório. Para ele o mundo que chama de alta modernidade “é apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar”. (GIDDENS, 2002, p.11-12)

Com relação ao termo “Risco Social”, entendemos ser pessoa que está em situação de risco social ou pessoal é porque está ocorrendo a violação dos seus direitos. Desta forma, o conceito de risco abordado aqui diz respeito às situações de violação de direitos ou eminência presente na vida de determinado segmento.

A noção de risco surge nas políticas públicas no Brasil a partir de 1990, através do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Conforme apresentado por Hillesheim, Cruz (2016) a palavra é aplicada em duas situações:

a primeira, no capítulo relativo às entidades de atendimento, na seção Fiscalização das Entidades, artigo 97, parágrafo único, o qual postula que “em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade”; a segunda, no capítulo que versa sobre os procedimentos, na seção que trata da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, artigo 178º, o qual determina que “o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade”. (HILLESHEIM, CRUZ, 2016, p.243)

Conforme Hillesheim, Cruz (2016), o ECA sofreu algumas alterações, mas o termo risco sempre está associado à violação de direitos. Utilizado nos Conselhos Tutelares, por juízes da infância e outros profissionais na assistência, o termo se difunde após a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004.

Para Luis Otavio Farias (2005), a operacionalização do conceito de risco, na Assistência Social, tem a finalidade de identificar a possibilidade de um evento acontecer e, conseqüentemente, desenvolver esforços de prevenção, ou de organizar ações para diminuir seus efeitos quando não for possível evitar sua ocorrência.

Baseado na PNAS, Farias (2005) apresenta os seguintes eventos, que necessitam ser prevenidos ou enfrentados pela política:

- ✓ violações de direitos à proteção que deve ser garantida pela política de Assistência Social, incluindo: negligência; maus tratos; violência; situações de violência intrafamiliar; abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por etnia ou gênero, etc.
- ✓ fragilização ou ruptura de vínculos comunitários ou familiares, incluindo: famílias ou indivíduos em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; afastamento de adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas socioeducativas; indivíduos dependentes submetidos à privação do convívio comunitário, ainda que residindo com a própria família; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos em instituições de acolhimento.

Para Carla Bronzo (2009), na proteção social o foco dos riscos está direcionado para as estratégias que as famílias devem utilizar para escapar da pobreza e outras situações peculiares à ela. Neste sentido, devem as políticas públicas, atuar no fortalecimento das habilidades dos indivíduos, famílias e regiões para enfrentarem ou superarem as condições de risco e de vulnerabilidade. Para esta autora:

Por riscos entende-se uma variedade de situações que englobam os riscos naturais (como terremotos e demais cataclismos), os riscos de saúde (doenças, acidentes, epidemias, deficiências), os riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), os riscos sociais (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), os

riscos econômicos(choques de mercado, riscos financeiros), os riscos ambientais (poluição,desmatamento, desastre nuclear), os riscos políticos (discriminação, golpes de estado, revoltas), tal como sistematizados pela unidade de proteção social do Banco Mundial. (BRONZO, 2009, p.173)

As famílias e indivíduos têm formas diferentes de enfrentarem e responderem aos riscos. Estas respostas estão ligadas a dois tipos que estão vinculados às estratégias de enfrentamento adotadas antes e depois da ocorrência do evento. Bronzo (2009) apresenta os dois tipos de ações possíveis:

Na **prevenção**, a finalidade das estratégias é reduzir a probabilidade de produção de riscos adversos, as quais ocorrem, portanto, antes que se produzam os riscos. Tais estratégias envolvem políticas macroeconômicas, de regulação, de meio ambiente, de educação, de prevenção de epidemias, entre outras. Na perspectiva preventiva da proteção social, as medidas envolvem a redução dos riscos de desemprego, de subemprego e de baixos salários, por exemplo.

Na **mitigação**, as intervenções voltam-se para a redução dos efeitos de riscos futuros e, portanto, tais estratégias situam-se antes da produção dos riscos, à medida que buscam reduzir a repercussão ou os efeitos dos eventos de riscos, caso ocorram. Trata-se de medidas *ex ante*, que buscam reduzir o impacto do risco, caso este se materialize. Envolvem, entre outras ações, a diversificação da renda, o que significa acesso à gama mais ampla de ativos e mecanismos formais e informais de seguros. (BRONZO, 2009, p.173)

Na PNAS (2004), a Proteção Social Especial é a modalidade que deve tratar os eventos de risco social e pessoal na assistência através do atendimento individual e da definição de soluções protetivas. Contudo não podemos deixar de salientar que a Proteção Social Básica tem um papel importante na detecção de situações de violação de direitos por atuar diretamente nos territórios.

Potyara Pereira (2007) faz uma crítica à forma com que a PNAS/2004 passou a ser referir à política de assistência. Segundo a autora, a política de assistência deixou de ser entendida como seguridade e passou a ser entendida como proteção. Assim, a Assistência Social passa a ter o objetivo de garantir a proteção à vida, a redução de danos, da mesma forma que tem como objetivo monitorar as populações em risco e também prevenir a ocorrência de agravos à vida com relação às situações de vulnerabilidade.

Desta forma, segundo Potyara Pereira, para desempenhar a ação de proteção a Assistência Social deve promover três tipos de segurança: sobrevivência, acolhida e convívio. Esta autora conceitua sobrevivência neste contexto como:

prestação governamental de um valor monetário mínimo aos idosos e às pessoas como deficiência pobres – não contribuintes da Previdência Social e sem condições de se manter ou ser mantidos por suas famílias – bem

como às vítimas de calamidades ou de outras contingências sociais. (PEREIRA, 2007, p.70)

Esta sobrevivência se realiza, conforme a autora, através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios Eventuais<sup>12</sup> e bolsas-auxílios. A segurança de acolhida para Potyara refere-se:

ao atendimento de demandantes especiais da Assistência Social em espaços físicos e por serviços estrategicamente montados em todo o território nacional para aprestarem provisões básicas, especialmente as que se referem à alimentação, ao estuário e à moradia. Dentre esses demandantes, incluem-se pessoas com histórias de abandono, violência familiar ou social, velhice e deficiência desprotegida, consumo de drogas, entre outras. (PEREIRA, 2007, p.71)

Para a autora é necessária uma rede de oferta com serviços locais em média, curta e longa permanência (abrigos, alojamentos, albergues), que tenham condições físicas e profissionais para dar as respostas necessárias a essa população vulnerável.

Com relação a segurança de convívio a autora define como o “respeito à construção, restauração e fortalecimento dos laços familiares e comunitários de demandantes da assistência com fracos vínculos afetivos e sociais, sendo necessária a oferta pública de atividades socioeducativas e culturais e de espaços de convivência”. (PEREIRA, 2007, p.71)

Com a finalidade de desenvolver a cidadania e o desenvolvimento humano e social estes três tipos de segurança para Potyara Pereira (2007) são regidos pelos seguintes princípios:

- centralidade familiar – a família é o espaço insubstituível de proteção e socialização primárias dos indivíduos, tornando-se desta forma o núcleo básico e matricial das seguranças assistenciais conforme a PNAS. A família é vista como sujeito de direitos sociais e não só de deveres necessitando de proteção pública.
- territorialização – estando as famílias distribuídas no território nacional, as respostas político-administrativas as suas necessidades devem ocorrer de forma descentralizadas.

---

<sup>12</sup>Os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família. (MDS, 2017) Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais> Acesso em: 05/09/2017

- proteção proativa – é a agilidade dos poderes públicos no desenvolvimento de ações direcionadas para a redução de ocorrências de riscos e danos sociais, concedendo à política um caráter preventivo e corretivo.
- integração à seguridade social e integração às políticas sociais e econômicas – manter a política de Assistência social inserida no conjunto da Seguridade Social, articulada com Saúde e Previdência, mantendo sua articulação com as outras políticas.

A partir desse conjunto de segurança é possível perceber o objetivo principal da política de assistência, que é o de agir para mitigar as questões de vulnerabilidade dos indivíduos e grupos sociais atendidos pela política. Os princípios anteriormente citados mostram a forma/maneira como as questões da vulnerabilidade devem ser atacadas pela política social.

Para Potyara Pereira (2007), é através da proteção Básica e especial que a política de assistência deve ser aplicada. A proteção básica, através dos CRAS, deve atuar nas questões de vulnerabilidade por intermédio da prevenção das situações de riscos sociais, tendo como objetivo desenvolver as potencialidades e possibilidades de melhoria das condições de vida e de cidadania das famílias.

Com a intenção de apresentar o terreno histórico das desigualdades características das relações sociais na sociedade brasileira, Marilda lamamoto (2013) reforça a responsabilidade do Estado por meio de recursos e políticas públicas na manutenção da hegemonia capitalista. lamamoto (2013) apresenta tendências que prevalecem na cultura contemporânea de raiz liberal e que interferem de forma decisiva nas respostas institucionais à “questão social” no campo da política social e que estão interferindo no nível das requisições profissionais. Conforme a autora, podemos citar:

- reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza;
- a moralização da questão social, ou seja, a subjetivação das necessidades, escamoteando as condições miseráveis de sobrevivência de amplos contingentes de trabalhadores sobrantés;



- assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações.

Nas políticas sociais, segundo a autora, a abordagem supraclassista e fragmentada que agrupa os indivíduos, que necessitam de assistência, de acordo com características de geração, gênero, etnia e território, inibe o sentimento de pertencimento a uma classe. Estes princípios multiculturais e multiétnicos produzem disparidades nas relações sociais que estimulam as desigualdades sociais, devendo ser consideradas como parte da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas quando descoladas de sua base social comum – sua extração de classes – tem-se a responsabilização do indivíduo e da família trabalhadora por ações para o enfrentamento da pobreza.

As referências ao risco social, vulnerabilidade e à exclusão social são transversais à formulação e operacionalização das políticas sociais, em particular no seu Sistema Único de Assistência Social (Suas). Tais referências têm sido largamente incorporadas pelos assistentes sociais em seu trabalho cotidiano, em nome de um projeto profissional centrado na defesa da universalização das políticas públicas, da luta por direitos e da radicalização da democracia no horizonte histórico da emancipação humana. (IAMAMOTO, 2013, p.338)

Marilda Iamamoto (2013) destaca que a raiz liberal tem impregnado as políticas públicas que buscam atender aos grupos em vulnerabilidade social, assumindo desta forma um caráter apenas administrativo e gestor dos riscos sociais decorrentes do êxito da civilização capitalista. Conforme a autora, “a sociedade de risco é produto da radicalização do princípio do livre mercado e dos fluxos financeiros globalizados, que rompem com as cadeias do controle nacional e supranacional”. (IAMAMOTO, 2013, p.338)

Para a autora, a globalização oferece oportunidades aos países em desenvolvimento, mas também aumenta a discrepância entre aqueles que têm e os pobres que não têm as condições mínimas de sobrevivência. Os que não têm reivindicam apoio para mitigar os riscos a que estão expostos, assim a política de proteção social assume uma nova conotação a “de manejo ou administração de risco”. A proteção passa a ter como objetivos a diminuição, enfrentamento e manejo dos riscos e incorpora as questões de vulnerabilidade no debate sobre a pobreza.

### **3. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COMO ELEMENTO IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Este capítulo que está diretamente vinculado á tematica da tese se propõe a discorrer a respeito da definição de Vigilância prevista na política de Assistência e sua importância na efetivação desta política. Cabe destacar que a NOB/SUAS 2012 no artigo 87, incisos I e II evidenciam a vigilância socioassistencial enquanto uma função da política de assistência social, destacando que se caracteriza

como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata: I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. (BRASIL, 2012, p.12)

Assim, a produção, a análise, utilização e disseminação da informação tornam-se processos relevantes na qualificação e intervenção dos agentes públicos, proporcionando processos e resultados mais apropriados às expectativas e necessidades de uma população em geral e, particularmente aos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Estes desafios estão presentes na agenda da vigilância socioassistencial, desafios estes que necessitam ser enfrentados para que seja possível continuar avançando na implementação do SUAS.

#### **3.1 SURGIMENTO DA EXPRESSÃO VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

A função de vigilância socioassistencial foi incluída na PNAS, por meio da Lei nº 12.435/11 e adquiriu relevância no conteúdo da NOBSUAS aprovada em 2012. Na referida Lei é destacado que a vigilância socioassistencial visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, contribuindo para a compreensão dos processos geradores de desproteções. Sendo assim, o conceito chave para a Vigilância socioassistencial é o de territorialidade, desta forma é necessário fazer um resgate e uso da categoria de território como base da organização do SUAS.

Embora a função de vigilância socioassistencial na política de assistência social tenha provocado divergências quando foi introduzida na Política Nacional de

Assistência Social, no ano de 2004, hoje há maior clareza desde que o SUAS passou a contemplar essa função dentro do novo desenho da gestão da referida política. Para o MDS,

As razões explicativas para a presença da função da Vigilância Socioassistencial no PNAS/2004 estão diretamente vinculadas à condição de política pública enquanto dever do Estado e direito do cidadão, estabelecidas pela LOAS de 1993 e pela LOAS-SUAS de 2011. (BRASIL, 2013, p.13)

Desta forma, a vigilância socioassistencial não só se responsabiliza com os resultados do que é realizado, mas também deve se preocupar com a identificação e o reconhecimento dos direitos não materializados. Assim,

alcançar a condição de política institucional que efetiva direitos, implica em reconhecer todos os cidadãos “com direito a ter direito”. Essa dupla dimensão – efetivar direitos para uma parcela e ao mesmo tempo reconhecer os que por eles não foram abrangidos- constrói o lugar político institucional de Vigilância Socioassistencial na política de assistência social e em seu processo de gestão, que deve seguir os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização descentralização e participação democrática. (BRASIL,2013, p.14)

A importância da função de vigilância socioassistencial está ligada diretamente a produção de elementos de referência e parâmetros que produzam conhecimento e possam contribuir para o planejamento num contexto nacional, regional, municipal e local. A partir dos parâmetros do SUAS, é possível projetar o que cabe a cada um dos níveis de gestão. É necessário, também, observar as diversidades dos territórios e dos direitos socioassistenciais que a população necessita acessar.

Quando o processo de vigilância socioassistencial consegue chegar em comunidades que se encontram em lugares remotos, como por exemplo populações tradicionais como indígenas ou quilombolas é possível proteger e monitorar os indivíduos destas localidades através da manifestação da sua cultura e de suas expectativas, garantindo o atendimento de suas necessidades.

A gestão da vigilância necessita um modo específico de olhar e quantificar a realidade social dos estados, regiões e municípios brasileiros. Neste contexto é fundamental compreender as demandas da política como parte de um contexto social e coletivo mais ampliado. Assim a proteção social assume o conhecimento e o reconhecimento das demandas socioassistenciais e de seus recursos para seu enfrentamento como prioridade.

A vigilância socioassistencial permite dar um sentido democrático reduzindo distâncias entre a realidade vivida pela população superando a lógica racional da gestão para enfatizar a lógica vivencial e relacional da população (BRASIL, 2013, p.26).

Para o MDS, é necessário considerar a vigilância socioassistencial como processo e produto. Pensada ou realizada como processo, deve proporcionar elementos racionais para auxiliar na gestão, contribuindo na superação da leitura subjetiva, individual e pontual. Como produto, deve gerar resultados que sinalizem para a garantia de proteção social e de defesa de direitos.

A vigilância socioassistencial além de constatar uma situação deve estabelecer um comparativo para o alcance de metas visando uma política isonômica para todos. Para tanto, a função da vigilância no SUAS tem como objetivo antever impactos e consequências diretas na gestão da política, não apenas produzir informações, mas produzir informações que façam sentido para a gestão, para a proteção, para a defesa dos direitos dos usuários aos serviços, programas e benefícios. (BRASIL, 2012)

A construção da vigilância socioassistencial deve se firmar em uma visão de totalidade, ou seja, deve debruçar-se sobre o que acontece no dia a dia da gestão da assistência social, a partir dos espaços de vivência dos usuários e beneficiários com seus múltiplos agentes, das equipes de ponta com suas várias ações, das organizações socioassistenciais parceiras e suas muitas ramificações (MDS, 2013). Isto posto, referências são criadas para o planejamento, para o conhecimento das famílias, para a criação de ofertas como resposta às demandas e necessidades encontradas pela vigilância socioassistencial, o que agrega valor a tomada de decisão.

Para o MDS (2013), um dos desafios da vigilância socioassistencial, está vinculado à dimensão territorial brasileira, por isso é necessário considerar as desigualdades e diferenças que um município tem em relação ao outro, assim como as diferenças encontradas no interior de cada estado. Assim, conhecer o país nas suas características socioterritoriais e/ou socioambientais é imprescindível para que a vigilância possa produzir referências específicas com relação às necessidades que fazem parte da sua responsabilidade no exercício da proteção social básica e a especial. De acordo com Maria Helena Elpidio Abreu, é necessária uma

aproximação com a realidade, identificando contradições que são comuns nos indicadores regionais, os quais acabam servindo de fonte para a elaboração de diagnósticos sociais. A autora ressalta que "o diagnóstico socioterritorial proposto pela equipe ministerial ressalta a necessidade de conhecer as formas de vivências e os diferentes sujeitos que compõem o território como forma de enriquecer o processo de gestão social. (ABREU, 2016, p.177)

Desta forma, considerar os territórios administrativos é parte essencial para a gestão da política de assistência social e um primeiro passo para a formação de uma visão territorializada, tanto para a identificação das demandas como também para as respostas de proteção social. Assim, é fundamental considerar a escala territorial onde e a partir da qual se construirá o processo de reconhecimento, análise e ações da vigilância socioassistencial.

Neste cenário o território torna-se lugar estratégico para que se tenha uma visão diferenciada das vulnerabilidades face aos riscos sociais, fragilização de vínculos, quanto a presença ou não de políticas públicas para cada território e da instabilidade das condições de vida da sociedade. Além disso, o território serve como base para a organização do sistema.

Desta forma a Vigilância Socioassistencial responde pela identificação das situações de risco e vulnerabilidade e dos eventos de violação dos direitos sociais nos territórios, mas também deve permitir a compreensão do porque estes eventos se configuram, assim como, deve se preocupar em criar estratégias de enfrentamento tendo em vista o desenho do território.

A partir de uma visão territorializada deve ser encadeada um conjunto de ações que dêem respostas através de benefícios e serviços da política socioassistencial, sendo efetivada, portanto um processo de vigilância que poderá atuar efetivamente na restauração e prevenção das violações e desproteções dos direitos socioassistenciais.

É papel da vigilância socioassistencial, quando se referenciar nos territórios de vivência das populações, envolver o reconhecimento não apenas dos eventos pontuais de vulnerabilidade e risco social, mas deve também verificar a presença, ou não, das políticas públicas nos territórios avaliados, da oferta de serviços públicos que estejam disponíveis e que gerem capacidades protetivas dentro dos territórios. (BRASIL, 2013)

Compreendida não apenas como uma ferramenta, setor ou conjunto de informações a vigilância socioassistencial é uma função que deve ser executada na gestão pública de assistência social, e que por isso deve promover respostas específicas às necessidades encontradas, ao mesmo tempo em que deve estar articulada com a Defesa dos Direitos e a Proteção Social. Dessa maneira, a vigilância não pode ser considerada como apenas uma fonte de informação sobre programas, serviços, benefícios e usuários com o objetivo de acompanhar e monitorar o cumprimento e a qualidade dos serviços, considerando que

se busca nessa perspectiva da vigilância socioassistencial como função pública de uma política pública o uso coerente e consistente das informações com as demandas e diretrizes dessa política. No caso, a análise do conjunto territorializado de fichas de cadastro acrescem dados das famílias que não estão contidos nos censos, e que orientam, com referência em totalidades, a ação a ser desenvolvida. (BRASIL, 2013, p.23)

A função de vigilância deve possibilitar à política de assistência social o exercício de suas funções protetivas e de defesa de direitos, da mesma forma que deve contribuir para que se tenha uma visão de totalidade dos territórios que são áreas de atuação da política de assistência social. Para tanto é fundamental considerar às condições de vida nas cidades onde estas políticas estão inseridas, e atuar de forma articulada com as outras políticas públicas existentes ou não nestes territórios.

Para o desenvolvimento pleno da função de vigilância é necessário um profundo conhecimento sobre os processos, as determinações e as dinâmicas que desenham as complexas e diferentes situações vivenciadas e/ou atendidas no dia a dia da gestão da assistência social. Sendo assim, não é mais aceitável uma visão caso a caso, família a família, se faz necessário uma visão mais ampla, uma gestão compartilhada entre os entes da federação e a articulação com os campos da avaliação, do monitoramento e com o uso de sistemas de informação (BRASIL, 2013).

É necessário incorporar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica relacionada com a dinâmica socioterritorial, pois em uma realidade assinalada pela desigualdade o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de programas, benefícios e serviços torna-se insuficiente (BRASIL, 2004).

Devemos considerar a complexidade da realidade brasileira, mas também ter claro que os segmentos também são heterogêneos. Quando identificamos alguma situação não podemos nos esquecer das diversidades de cada uma, suas características de gênero, etária, história de vida, demandas e possibilidades. Neste contexto a exigência por soluções em termos de segurança socioassistencial e de um olhar adequado a cada uma destas diferenças se faz necessário.

A proteção social básica compreende a prevenção social, entendida como a capacidade da política em identificar e prever respostas antecipadas às expressões das situações de vida, que mesmo não sendo concebidas como plena desproteção, sinalizam a presença de limites de acessos sociais e precarizações.

O SUAS buscando contribuir para a suplantação do aspecto emergencial e fragmentado que estão imbuídas historicamente as ações assistenciais, ao firmar a assistência social como ação pública que conhece e monitora as situações concretas que levam às vulnerabilidades e riscos, a fim de assegurar estratégias pertinentes de proteção social e o desenvolvimento de ações preventivas deve ter presente a importância da vigilância socioassistencial, considerando que esta:

promove a defesa e compreensão de que a delimitação do campo da proteção social, focando seu caráter preventivo e de preservação extrapola a dimensão individual e o caráter compensatório e requer o vínculo da Assistência Social com o real, para afirmar a política enquanto dever do Estado e direito do cidadão à proteção social. (BRASIL, 2013, p.27)

A vigilância socioassistencial está fundamentada no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão garantidos pelo órgão público gestor da Assistência Social visando conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável. (PNAS/2004). Assim, a função da vigilância social no âmbito da Assistência Social:

produz, sistematiza informações, constrói indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias / pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); identifica pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus tratos e de ameaças; identifica a incidência de vítimas de separação social, que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; exerce vigilância sobre os padrões de serviços de Assistência Social, em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários.(PNAS, 2004, p.93)

A vigilância socioassistencial de acordo com a Política Nacional e o Plano Nacional Decenal da Assistência Social, deve propiciar a compreensão da presença de riscos, violações e vulnerabilidades da população e dos territórios, visando com isso a produção e sistematização de informações quali-quantitativas focadas na qualificação, abrangência e cobertura da proteção social, bem como, a organização e gestão do sistema público. (PNAS, 2004).

Assim, essa visão de totalidade, reafirmada na NOB/SUAS de 2012, deve provocar a identificação das demandas, da área de abrangência de atendimento, bem como, dar conta da ampliação dos direitos e entre eles os socioassistenciais. No capítulo VII, Seção I que versa sobre a Operacionalização da Vigilância Socioassistencial apresenta em seus art. 88 e 89 as funções que devem ser exercidas:

Art. 88. A Vigilância Socioassistencial deve manter estreita relação com as áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial.

§1º As unidades que prestam serviços de Proteção Social Básica ou Especial e Benefícios socioassistenciais são provedoras de dados e utilizam as informações produzidas e processadas pela Vigilância Socioassistencial sempre que estas são registradas e armazenadas de forma adequada e subsidiam o processo de planejamento das ações.

§2º A Vigilância Socioassistencial deverá cumprir seus objetivos, fornecendo informações estruturadas que:

I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação;

II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes;

III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea.

Art. 89. A Vigilância Socioassistencial deve analisar as informações relativas às demandas quanto às:

I - incidências de riscos e vulnerabilidades e às necessidades de proteção da população, no que concerne à assistência social; e

II - características e distribuição da oferta da rede socioassistencial instalada vistas na perspectiva do território, considerando a integração entre a demanda e a oferta. (BRASIL, 2012, p.34)

Com as características apontadas anteriormente, de acordo com o MDS (2012), a vigilância precisa reafirmar seu caráter pró-ativo e de preservação das condições de vida da população, rompendo com a ideia de que a assistência atua em cima das vulnerabilidades já instaladas. A vigilância tem papel de antecipar situações, garantindo, dessa forma a construção de alternativas de enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social.



Em concordância com a PNAS, a vigilância deve responder em que medida as provisões socioassistenciais são prioritariamente pensadas no âmbito das garantias da cidadania, promovendo a universalização da cobertura, a garantia de direitos de acesso e o padrão de qualidade nos serviços, programas e benefícios.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

De acordo com o MDS (2012), a Vigilância Socioassistencial efetua um papel vital para as atividades de execução, planejamento, avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais ao passo que produz e dissemina informações que possibilitam a efetivação do caráter preventivo e proativo da política em relação às situações de vulnerabilidade e risco social.

À medida que sistematiza as informações também fortalece a defesa dos direitos socioassistenciais e a proteção social, no momento em que fortalece o rigor técnico, pautado na competência na execução da política de assistência social.

Para que a Vigilância Socioassistencial cumpra o seu papel faz-se necessário que esta esteja vinculada aos órgãos gestores prestadores dos serviços e benefícios socioassistenciais tanto na proteção social básica como também na especial. Assim, os municípios assumem papel relevante, juntamente com a União, os Estados e o Distrito Federal. Enquanto responsabilidades dos entes federados são destacadas as seguintes atribuições:

I - elaborar e atualizar periodicamente diagnósticos socioterritoriais que devem ser compatíveis com os limites territoriais dos respectivos entes federados e devem conter as informações espaciais referentes:

a) às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e de benefícios;

b) ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população.

II - contribuir com as áreas de gestão e de Proteção Social Básica e Especial na elaboração de diagnósticos, planos e outros. (BRASIL, 2012, p.41)

O artigo 91 da NOB/Suas de 2012 define a utilização da base de dados do Cadastro Único (CadÚnico) como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para construção do perfil da população, definindo quais serviços de Proteção Social Básica e Especial necessitam ser disponibilizados, com vistas a contribuir para o pronto atendimento das famílias

demandantes dos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS.

Além disso, a NOB/SUAS 2012 prevê também a implementação de um sistema de notificação compulsória contemplando o registro e a notificação ao Sistema de Garantia de Direitos sobre as situações de violência intrafamiliar, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil, além de outras que venham a ser pactuadas e deliberadas com vistas ao atendimento das situações de risco pessoal e social, através das redes socioassistenciais, zelando pela qualidade desse atendimento.

A NOB/SUAS 2012 também alerta sobre a importância da permanente retroalimentação dos sistemas de informação sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, mantendo diálogo permanente com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial. Também se configuram como atribuições dos entes federados: realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial pública no CadSuas; responsabilizar-se pela gestão e alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados, quando estes não forem específicos de um programa, serviço ou benefício; analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação do Suas, utilizando-os como base para a produção de estudos e indicadores. (BRASIL, 2012)

Pelo exposto, fica evidente que União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem estar articulados para conseguir desenvolver ações conjuntas para que sejam criadas as condições técnicas e políticas para consolidar o desenvolvimento de capacidades e dos meios de gestão necessários para o exercício da função de vigilância, juntamente com ações de coordenação, avaliação e monitoramento.

Os gestores precisam também se preocupar em assegurar os ajustes locais às orientações nacionais definidas pela NOB/SUAS 2012, desenvolvendo estratégias e mecanismos que possibilitem que o movimento inverso também aconteça, ou seja, integrar na unidade nacional e estadual as especificidades das realidades municipais, contribuindo para o processo de Vigilância Socioassistencial. Esta ação pode se constituir num passo importante para a gestão, tendo em vista

que a criação de estratégias compartilhadas e de indicadores comuns de avaliação e monitoramento poderão dar maior organicidade ao desenvolvimento da política.

Ainda na NOB/SUAS de 2012, em seu artigo 93, há destaques relacionados às atribuições do Estado em relação à Vigilância Socioassistencial:

I - desenvolver estudos para subsidiar a regionalização dos serviços de proteção social especial no âmbito do estado;II - apoiar tecnicamente a estruturação da Vigilância Socioassistencial nos municípios do estado;III - coordenar, em âmbito estadual, o processo de realização anual do Censo Suas, apoiando tecnicamente os municípios para o preenchimento dos questionários e zelando pela qualidade das informações coletadas. (BRASIL, 2012, p. 43)

Sendo assim, o desenvolvimento de ações que possibilitem monitorar e antecipar as situações que colocam a população em risco social e/ou violação de direitos no território, bem como da criação de subsídios para a definição da oferta dos serviços, é função dos Estados. Sem sombra de dúvida, tais ações são fundamentais para que os municípios tenham a capacidade para idealizar, desenvolver, implantar e executar a função de Vigilância Socioassistencial.

Em relação às atribuições específicas dos Municípios e do Distrito Federal, acerca da área da Vigilância Socioassistencial, se destacam:

I - elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de Proteção Social Básica e Especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS; II - colaborar com o planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e à atualização cadastral do Cadastro Único em âmbito municipal; VI - realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSuas, quando não houver na estrutura do órgão gestor área administrativa específica responsável pela relação com a rede socioassistencial privada;VII - coordenar, em âmbito municipal ou do Distrito Federal, o processo de preenchimento dos questionários do Censo Suas, zelando pela qualidade das informações coletadas. (BRASIL, 2012, p.43)

O fornecimento sistemático de informações, especialmente aos CRAS e CREAS, auxilia no trabalho de busca ativa e subsidia as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços. Também, o fornecimento sistemático aos CRAS e CREAS de listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e, ainda, de relatórios territorializados das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais, permite a (re)inserção nos respectivos serviços aos beneficiários.

A informação com qualidade e procedência é o insumo mais importante para a vigilância juntamente com produtos e processos que auxiliem na geração de dados necessários para a tomada de decisão e gestão no momento que retornarem em forma de resultados e informações sistematizadas para os CRAS e CREAS e para todos que fazem parte do conjunto da rede socioassistencial<sup>13</sup>.

Os trabalhadores do SUAS devem considerar a função de Vigilância Socioassistencial como importante para a materialização dos direitos previstos na referida política. As funções de avaliação e monitoramento fazem parte do processo de gestão integrando as informações que serão armazenadas, sistematizadas e colocadas à disposição do sistema de informação, tendo em vista:

A necessidade de implantação de sistemáticas de monitoramento e avaliação e sistemas de informações para a área também remontam aos instrumentos de planejamento institucional, onde aparecem como componente estrutural do sistema descentralizado e participativo, no que diz respeito aos recursos e sua alocação, aos serviços prestados e seus usuários. (PNAS, 2004; p.56)

Para dar conta da função de Vigilância Socioassistencial, o Ministério de Desenvolvimento Social disponibiliza algumas ferramentas, as quais serão apresentadas a seguir.

### 3.2.1 Instrumentos de informação utilizados na Vigilância Socioassistencial no âmbito federal

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS - disponibiliza um conjunto de Sistemas de Informações que podemos considerar como importantes instrumentos utilizados pela Vigilância Socioassistencial para realização de estudos, análises e diagnósticos da forma de operacionalização e oferta dos serviços socioassistenciais. O Quadro 1 apresenta os principais sistemas da Rede Suas que são disponibilizados para operacionalização da Vigilância Socioassistencial.

---

<sup>13</sup>A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, seja a proteção básica seja a especial, considerando, também os níveis de complexidade (PNAS-2004).

**Quadro 1 - Sistemas de Informação utilizados na Vigilância Socioassistencial**

<b>Sistema</b>	<b>Descrição</b>
<b>CadSuas</b>	O Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas, é um cadastro eletrônico criado com objetivo de coordenar e manter atualizado o cadastro de entidades e organizações de assistência social existentes no País. A portaria de nº 430 em 03 de dezembro de 2008 institui o novo sistema de informação. link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/cadSuas/visualizarConsultaExterna.html">http://aplicacoes.mds.gov.br/cadSuas/visualizarConsultaExterna.html</a>
<b>Cadúnico</b>	O Cadúnico é um formulário que, após preenchido, permite conhecer a realidade socioeconômica e habitacional das famílias, questões relacionadas ao saneamento, acesso à rede de serviços, bem como características do território em que a família vive. É uma ferramenta muito importante para a Vigilância Socioassistencial, pois apresenta as situações de risco social e vulnerabilidades dos usuários das unidades socioassistenciais. Esse cadastro é de preenchimento obrigatório para concessão de vários programas e benefícios do Governo Federal, dentre eles o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família – PBF. Os usuários devem atender critérios exigidos de até meio salário-mínimo por pessoa ou até três salários-mínimos no total. As prefeituras são responsáveis pela identificação e a coleta dos dados das famílias. link: <a href="https://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico">https://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico</a>
<b>CECAD</b>	O CECAD é uma ferramenta operacional que permite consultar, selecionar e retirar informações do Cadúnico, possibilitando a elaboração de um levantamento detalhado da realidade socioeconômica das famílias cadastradas. Ele apresenta a realidade socioeconômica dessas famílias, buscando informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos fundamentais, bem como acesso aos dados de cada um dos componentes da família. link <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php</a> . Obs.: É necessário possuir a senha da Rede Suas com perfil “CadSuas.município”.
<b>Censo Suas</b>	Lançado em 2005, mas regulamentado somente com o Decreto Nº 7.334, de 19 de outubro de 2010, contempla o preenchimento anual de formulários referentes a informações relacionadas ao CRAS, CREAS, Centro POP, Unidades de Acolhimento, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselhos Municipais e Estaduais. Seu objetivo é garantir a proteção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-censo/</a>
<b>IDV</b>	Sistema de Identificação de Domicílios em Vulnerabilidade (IDV): é um aplicativo que constrói mapas municipais de pobreza a partir de dados do Censo Demográfico, permitindo localizar, dimensionar e caracterizar, em diferentes escalas (estados, municípios, setores censitários), a população em extrema pobreza e em outras situações de vulnerabilidade. O aplicativo é utilizado para elaborar diagnósticos socioassistenciais e socioterritoriais, pois permite a visualização das situações de risco e vulnerabilidades em forma de mapa, mostrando o território e as fragilidades existentes. Link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/</a> Obs.: as informações são públicas, não necessitando senha.
<b>MI-SAGI</b>	A Matriz de Informação Social (MI/SAGI) é uma ferramenta que reúne, em um único local, várias informações dos programas, serviços e ações desenvolvidas pelo MDS. Dentre as informações que podem ser visualizadas são elencadas: Tabelas Sociais; MI Vetor; Atlas Social; Relatórios de Informações Sociais (RI), entre outros. Link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=88">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/?grupo=88</a> ou <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php</a> Obs.: as informações são públicas, não necessitando senha.
<b>Prontuário Suas</b>	Para o MDS o Prontuário Suas objetiva oferecer aos profissionais dos CRAS e dos CREAS um instrumento que auxilie e oriente a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos. O prontuário

	<p>Suas é um prontuário individual preenchido manualmente com todas as informações relevantes relacionadas a cada atendimento realizado pelo usuário e sua família, o formulário fica sob a guarda de cada unidade. Através das informações nele contidos a unidade poderá efetuar acompanhamento e o monitoramento das situações de riscos e vulnerabilidades vividas por essas famílias.</p> <p>Link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index3.php">http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index3.php</a></p>
<b>RI-SAGI</b>	<p>O Relatório de informações sociais (RI-SAGI) é um banco de dados que contém informações sobre o programa Bolsa Família, serviços e ações da assistência social, segurança alimentar e relacionadas aos municípios, e estão divididas em: Relatórios de Informações e Boletim de Informações. Link :<a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php</a></p>
<b>RMA</b>	<p>O Registro Mensal de Atendimentos é um sistema de registro, normatizado pela resolução da CIT nº 4/2011, implantado em 2012 e alterado pela Resolução nº 20/2013. O RMA contabiliza informações sobre a quantidade de atendimentos realizados, os tipos de atendimentos e o perfil da população usuária e os serviços mais solicitados nos CRAS, CREAS e Centro POP. Técnicos e gestores dos CRAS e CREAS devem registrar mensalmente seus dados de atendimento diretamente no sistema. O acesso ao RMA necessita de senha e é acessado através do link: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php</a></p>
<b>SICON</b>	<p>O Sistema de Condicionalidades do Bolsa Família – Sicon – é um sistema onde são registrados os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Educação e Saúde. Os gestores inserem no sistema informações sobre os beneficiários acerca do (des)cumprimento das condicionalidades. Através do sistema, o gestor pode efetuar o monitoramento do programa, possibilitando efetuar suspensões, desligamentos, etc. O acesso ao Sicon se dá através do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Este sistema fornece apoio intersectorial à gestão, pois contém informações referentes ao acompanhamento de condicionalidades nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. É um sistema multiusuário disponível para os gestores em nível federal, estadual e municipal, bem como instâncias e controle social. O acesso através de login e senha está disponível no link:<a href="http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/">http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/</a></p>
<b>Sistema BPC na escola</b>	<p>Programa BPC na Escola - Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social - foi desenvolvido com o objetivo de acompanhar o acesso e a permanência escolar dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, com deficiência. O programa atua na faixa etária de 0 a 18 anos, articulando ações nas áreas da educação, assistência social, saúde e direitos humanos. Para acesso ao sistema é necessário login e senha. Disponível em: <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action?url=http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola/">http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web/login.action?url=http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola/</a></p>
<b>SuasWEB</b>	<p>O SuasWeb é um ambiente virtual de funcionalidades da gestão, elaborado para dar suporte ao modelo de gestão desenvolvido pelo MDS. Tem o objetivo de agilizar a transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais. O site de acesso: <a href="http://www.mds.gov.br/Suas/redeSuas/Suasweb-2">http://www.mds.gov.br/Suas/redeSuas/Suasweb-2</a></p>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário MDS – Disponível em: <http://mds.gov.br/>

Desta forma, é possível sinalizar a existência de um aparato informacional significativo disponível para uso dos gestores. Por outro lado, se questiona quais as

garantias de veracidade das informações aí disponíveis, tendo em vista a discrepância das informações existentes, por exemplo, entre os dados de um determinado município e os dados do estado aonde esse município está localizado.

### 3.3 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO ÂMBITO DOS CRAS E CREAS

Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) são elementos chaves para a consolidação da Vigilância Socioassistencial. Sendo a porta de entrada dos que buscam atendimento na área socioassistencial, disponibiliza uma gama de programas, projetos, serviços e benefícios, bem como apresenta ao cidadão as políticas existentes em seu território.

De acordo com o MDS, os CRAS e os CREAS são fundamentais na produção de informações vitais para a vigilância, tendo em vista que os dados coletados nas unidades possibilitam apurar a quantidade e perfil dos recursos humanos, os serviços prestados e a quantidade ofertada e a operacionalização dos procedimentos necessários para garantir o conteúdo e a qualidade do serviço. (BRASIL, 2013)

O Prontuário SUAS<sup>14</sup> é um dos instrumentos disponibilizados pelo MDS sendo composto por um conjunto de informações relativas à família ou membro familiar, garantindo informações relacionadas ao contexto familiar e às demandas geradas para a equipe de referência do CRAS ou do CREAS. Este instrumento tem como objetivo contribuir para a organização e qualificação das informações necessárias ao acompanhamento, planejamento e diagnóstico do trabalho social efetuado com as famílias e indivíduos no âmbito do PAIF, do PAEFI e do Serviço de Medidas Socioeducativas. (BRASIL, 2013)

Assim como o Prontuário SUAS e os demais instrumentos disponibilizados pelo MDS, a Vigilância Socioassistencial precisa estimular o desenvolvimento e criação de instrumentos e estratégias com o objetivo de suprir as demandas específicas do território, no que diz respeito à coleta de informações sobre todas as unidades públicas e privadas que ofertam os serviços, benefícios, programas e

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-Suas/vigilancia-socioassistencial/prontuario-Suas/prontuario-Suas>

projetos da assistência social, e especialmente dos CRAS, dos CREAS e das Unidades de Acolhimento (BRASIL, 2013). Assim,

A informação registrada tem que ter sentido e utilidade para quem registra. Nesse sentido, é pertinente afirmar que a efetiva materialização da Vigilância Socioassistencial, no sentido que lhe atribui a PNAS, ocorre quando a gestão, o planejamento e execução dos serviços são orientados por uma perspectiva de produção e utilização de informações objetivas acerca da realidade social, que permite qualificar tecnicamente a tomada de decisões, sem, contudo, negar a importância do conteúdo político e social das escolhas e ações realizadas pelos gestores e profissionais. (BRASIL, 2013b, p. 23)

Importante ressaltar que a Vigilância Socioassistencial é um objetivo da política da Assistência Social, da mesma forma que as proteções sociais e a defesa dos direitos, e que esta tem a responsabilidade de garantir a capacidade protetiva das famílias e nelas a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. (MDS, 2013b)

Os serviços de Proteção Social Básica são referenciados nos CRAS e estão articulados por uma rede formada por entidades e organizações assistenciais da área de abrangência dos CRAS. Assim, a abrangência dos CRAS é de um para cinco mil famílias ou cinco mil domicílios, ou cerca de 18 a 20 mil pessoas, ou ainda cerca de 20 setores censitários, envolvendo diferentes demandas e serviços.

Segundo o MDS o uso da informação faz sentido e dá sentido à prática, pois as equipes precisam de informações atualizadas tendo também uma análise referente ao trabalho executado. A consolidação da Vigilância Socioassistencial exige gerar produtos, resultados e efeitos para que os operadores da política possam cumprir as determinações da legislação vigente, fundamentada na garantia de direitos.

A capilaridade da ação da Vigilância Socioassistencial é estratégica nos CRAS, não apenas porque são portas de entrada da política, mas porque são fontes estratégicas de sinalização, defesa de direitos e vigilância das privações e desproteções existentes nos territórios brasileiros. (MDS, 2013, p. 42)

O papel da vigilância na Proteção Social Básica tem como objetivos a elaboração de planos e diagnósticos, envolvendo a área de abrangência dos CRAS. Assim, o diagnóstico se concretiza através de um ou mais relatórios técnicos, que trazem subsídios para a tomada de decisão política. Para o MDS, a “[...] Vigilância Socioassistencial não só se responsabiliza com os resultados do que é realizado,



como também com o reconhecimento das demandas não incorporadas”. (MDS, 2013, p. 14)

O Registro de informações pelo CRAS e CREAS é fundamental para a geração de conhecimentos, para que esses instrumentos auxiliem a gestão, para o monitoramento e a avaliação, entre outros. Instrumentos utilizados pelo CRAS: o Prontuário Suas; Relatório mensal de atendimentos – RMA do CRAS; Registro das famílias incluídas em acompanhamento pelo PAIF, entre outros. As informações disponibilizadas pelo CadÚnico devem estar disponíveis podendo ser utilizadas como instrumentos para CRAS.

A utilização desses instrumentos tem o objetivo de conhecer o cotidiano das famílias, considerando as condições concretas do lugar onde habitam, pois assim será possível identificar os territórios de incidência de riscos encontrados nas cidades, possibilitando que a Assistência Social se instrumentalize para enfrentar e monitorar esses riscos.

Os instrumentos utilizados têm o objetivo principal de armazenar informações do trabalho social desenvolvido e deve registrar as ações realizadas, as situações atendidas, os instrumentos e procedimentos adotados, como, também, os resultados conquistados.

Com o objetivo de instituir parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos CRAS e nos CREAS, a Comissão Intergestores Tripartite resolveu, através da resolução 04/2011:

Art.1º Instituir parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social –CRAS, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, e definir o conjunto de informações que devem ser coletadas, organizadas e armazenadas pelas referidas unidades, em todo o território nacional.

§ 1º As informações especificadas na presente Resolução devem ser consolidadas mensalmente no âmbito de cada unidade e enviadas ao órgão gestor municipal, ou do Distrito Federal, ficando este responsável por analisar e armazenar o conjunto de informações provenientes das unidades. (BRASIL, 2011, p. 11)

O Art. 2º desta resolução define o conjunto de informações a serem consolidadas mensalmente pelos CRAS, o volume e o perfil de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o volume de pessoas nos serviços de convivência executados no CRAS, e o

volume de atendimentos individualizados realizados no CRAS, conforme destacamos a seguir:

I - a quantidade total de famílias em acompanhamento pelo PAIF; II – a quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, durante o mês de referência; § O registro do perfil das famílias inseridas no acompanhamento do PAIF, no mês de referência, observará:

I – a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza; II – a quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; III – a quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em situação de descumprimento das condicionalidades; IV – a quantidade de famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada–BPC; V – a quantidade de famílias com crianças ou adolescentes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; e VI – a quantidade de famílias com adolescentes no Projovem Adolescente. (BRASIL, 2011, p.34)

Sobre a forma e o prazo que as informações devem ser remetidas, a Resolução define, em seu Art. 6º, que os CRAS e CREAS deverão, a partir do mês de agosto de 2011, registrar de maneira regular e sistemática o conjunto de informações de que trata a presente Resolução. Assim como o seu Art. 7º define que os órgãos gestores deverão, a partir do mês de setembro de 2011, realizar a inserção dos dados coletados pelas unidades no sistema de informação disponibilizado pelo MDS.

A partir dessa Resolução, vários documentos, manuais, instruções e instrumentos foram criados para que a Política conseguisse dar conta de todas as demandas geradas. O MDS disponibilizou um modelo de formulário por meio do qual os CRAS deverão informar mensalmente seus dados de atendimento.

Esse formulário, que constitui uma espécie de relatório síntese do trabalho desenvolvido pela equipe no decorrer de cada mês, deve ser enviado sempre no mês subsequente, à gestão municipal, preferencialmente, para as áreas de Vigilância Socioassistencial, onde essas já estiverem constituídas. Compete a cada município regular de forma mais detalhada os fluxos e processos entre seus respectivos CRAS e o nível central da gestão, de forma a assegurar a implementação da Resolução CIT 04/2011. (BRASIL, 2014, p.3)

Conforme o MDS, a criação de condições técnicas e políticas que estimulem o desenvolvimento da capacidade e dos meios de gestão para a execução da função de vigilância é de competência da União, Estados, Distrito Federal e municípios, o que significa:

a corresponsabilidade na construção tanto dos parâmetros para a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, como de novos instrumentos de gestão capazes de identificar a incidência territorial de demandas e a intensidade das ocorrências para melhor desenhar a especificidade e especialidade da oferta de proteção social na política de Assistência Social. (BRASIL, 2013, p.32)

Assim sendo, em concordância com a NOB-SUAS-2012, as três esferas de governo devem atuar na elaboração e atualização sistemática de diagnósticos socioterritoriais e na constituição de padrões de referência, bem como de indicadores para avaliação e monitoramento dos serviços ofertados pela rede, baseadas nas normativas existentes e no diálogo com as Proteções Sociais Básica e Especial.

As políticas de Seguridade Social devem garantir os direitos desse público específico, ofertando serviços que assegurem os seus direitos fundamentais. A LOAS define que a Assistência Social deverá atuar de maneira integrada com as demais políticas setoriais visando à universalização dos direitos sociais e a garantia dos mínimos sociais.

Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – (CONANDA), sancionou e publicou a resolução nº 119, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, o qual afirma que

Artigo 2º - O Sinase constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.

Artigo 3º - O Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas.

Artigo 4º - O Sinase inclui os sistemas nacional, estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei. (BRASIL, 2016, p.18)

No mesmo ano foi encaminhado ao Congresso Nacional um conjunto de propostas com ajustes ao Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, dando origem à Lei Federal nº 12.594/2012, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República em 18 de janeiro de 2012.

A Resolução 119/2006 e a Lei Federal 12.594/2012 constituem normatização, conceitual e jurídica, necessária à implementação, em todo território nacional, dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude, nas Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e Adolescente, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. (SDH, 2013, p.5)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) efetuou a expansão e qualificação do Serviço de MSE em Meio Aberto, com a deliberação da Resolução

CNAS nº 18/2014, com o objetivo de adequar e qualificar a oferta do Serviço definidas na Resolução e na Lei do SINASE, bem como consolidar os compromissos assumidos no Plano Nacional do SINASE, na Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (Brasil, 2013)

A Resolução CONANDA nº 119/2006 define novos critérios de cofinanciamento federal para a execução do serviço, e também dispõe sobre diretrizes e competências dos entes federativos com vistas ao fortalecimento e à consolidação do vínculo entre o Suas e o SINASE. Com relação à Vigilância Socioassistencial, define as responsabilidades de cada um dos entes:

Art. 8º Compete à União:

II – realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações;

Art. 9º Compete aos Estados:

I – realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações;

Art. 10. Compete aos Municípios e Distrito Federal:

I - realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre violações de direitos praticadas no território. (CONANDA, 2016, p.43)

O MDS apresenta um conjunto de normas do SUAS e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que regulamentam as medidas socioeducativas em meio aberto na PNAS. A Vigilância Socioassistencial, nesse contexto, tem um papel de suporte através da realização da avaliação, monitoramento e diagnóstico socioterritorial do serviço. Dentro do Serviço de MSE em Meio Aberto a vigilância,

tem como princípio contribuir com as áreas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos que revelam a realidade dos territórios e as necessidades da população. (BRASIL, 2016, p.42)

Assim, a vigilância tem como objetivo auxiliar na gestão, planejamento, formulação e execução dos serviços e ações do Serviço de MSE em Meio Aberto à medida que a partir da sistematização e análise das informações geradas será possível direcionar e qualificar as ações. Desta forma, as informações se organizam em duas dimensões que são complementares:

(I) Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades – sistematiza as informações sobre as situações de riscos e vulnerabilidades sociais que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos, os quais revelam

as necessidades de proteção social da população; (II) Vigilância de Padrões e Serviços – objetiva a caracterização da oferta da rede socioassistencial no território, naquilo que se refere ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços prestados. (BRASIL, 2016, p.42)

Conforme o MDS existem várias ferramentas que são disponibilizadas para que as informações possam ser organizadas: Registro mensal de Atendimentos, Censo Suas, Cadastro Único e Prontuário Eletrônico Simplificado.

Segundo o MDS, o diagnóstico é um dos elementos mais importantes para a implementação do Serviço de MSE em Meio Aberto no município, contribuindo para a confecção dos planos municipais, estaduais e distritais. Para que o diagnóstico seja efetivo se faz necessário uma relação muito próxima da vigilância com outros atores do SINASE, dentre eles a Vara da Infância e Juventude, Defensoria Pública e Ministério Público.

O MDS também entende que apenas dados quantitativos não serão suficientes para o diagnóstico, sendo necessário agregar os aspectos qualitativos que auxiliarão em uma análise mais pontual e próxima do contexto social. Para tanto sugere algumas técnicas: “(I) estudos de caso; (II) observação participante; (III) pesquisa documental; (IV) grupo focal” (BRASIL, 2016, p.43).

As informações geradas através do diagnóstico podem propiciar o planejamento que oriente as ações do Suas, buscando o alinhamento e a execução dos serviços com as demandas e serviços já ofertados no território. Assim,

É papel do órgão gestor por meio do técnico/equipe de referência da Vigilância Socioassistencial e do técnico/equipe da Proteção Social Especial e da Básica a realização de reuniões com as coordenações das unidades e equipes dos Serviços de MSE, PAEFI, PAIF, SCFV e ACESSUAS TRABALHO, para avaliação e planejamento das ações voltadas para os adolescentes e seus familiares de forma territorializada. (BRASIL, 2016, p.43)

A vigilância tem como objetivo realizar um diagnóstico socioterritorial para conhecer e listar a rede de atendimento socioeducativo e avaliação dos limites e das potencialidades encontradas. Através do diagnóstico, os CREAS poderão planejar e implementar ações específicas nas áreas de abrangência, da mesma forma que terão subsídios para definir processos de avaliação e monitoramento das ações implementadas.

Quando a oferta do Serviço de MSE em Meio Aberto é realizada em parceria com órgãos públicos ou organizações da sociedade civil, é necessária que sejam

tomadas medidas para que o reordenamento não traga prejuízos para os adolescentes, um planejamento se faz necessário para a definição de metas e promoção de uma transição onde o CREAS possa responder pelo atendimento daqueles adolescentes em cumprimento de medidas no meio aberto. Para o MDS,

A implementação do serviço respeitará a diretriz da territorialização, definindo os territórios de abrangência dos CREAS, especialmente em cidades maiores em que há muitas unidades. Esse modelo de organização da oferta do serviço tem como objetivo contemplar todos os territórios, evitando a restrição do atendimento socioeducativo em meio aberto a apenas uma unidade CREAS, como disposto no Artigo 6º da Resolução CNAS nº 18/2014. (BRASIL, 2016, p.47)

Instrumentos como o diagnóstico, instrumentos Reguladores (Prontuário Suas, PIA, relatórios avaliativos, RMA, planos de atendimento socioeducativo, Prontuário Eletrônico Simplificado) e a criação de instrumentos que preservem informações que poderão ser disponibilizadas, socializadas e publicizadas são ações previstas na implementação da Vigilância Socioassistencial e devem ser administradas e preservadas pelos CREAS.

#### 4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS: CONTEXTO ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA DE CAMPO

O Município de Pelotas está localizado às margens do Canal São Gonçalo, que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, ocupando uma área de 1 609 km<sup>2</sup> e com cerca de 92% da população residindo na zona urbana do município. A Figura 1 abaixo apresenta o mapa com a área geográfica do Município de Pelotas<sup>15</sup>.



**Figura 1 - Área geográfica do município de Pelotas**

**Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.**

A base econômica do município, no passado, destacava-se pela produção do charque, o qual era distribuído para todo o Brasil e que fez a riqueza de Pelotas na época.

O município tem cinco instituições de ensino superior, quatro escolas técnicas, dois teatros, uma biblioteca pública, museus, dois jornais de circulação diária, emissoras de televisão, um aeroporto e um porto flúvio-lacustre localizado às margens do Canal São Gonçalo.

O município está dividido em zona urbana e zona rural, Pelotas é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, recebendo um número considerável de turistas, sendo considerada uma cidade

<sup>15</sup>Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/pelotas\\_rs](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pelotas_rs)>- Acesso em 10/jan/2015. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.

histórica com inúmeros prédios e monumentos. A cidade, que foi rica outrora, hoje sofre com o aumento da pobreza.

A Lei Complementar Estadual número 9184, de 1990, criou a Aglomeração Urbana de Pelotas, que em 2001 passou a se denominar Aglomeração Urbana de Pelotas e Rio Grande, e, em 2002, Aglomeração Urbana do Sul. A mesma caracteriza-se por proporcionar uma forte integração entre os municípios que a constituem e é o embrião de uma futura região metropolitana. Integram-na os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte.

Conforme o plano diretor vigente no município, a área urbana de Pelotas está dividida atualmente em sete regiões administrativas urbanas e nove rurais (distritos). As Regiões Administrativas são: Areal (Zona Leste); Barragem (Zona Oeste); Centro (Zona Central); Fragata (Zona Oeste); Laranjal (Zona Leste); Porto (Zona Sul) e Três Vendas (Zona Norte).

Pela Lei n.º 4.944, de 23-06-2003, o município está dividido em nove Distritos conforme IBGE<sup>16</sup>: 1º distrito- Sede ou Área Urbana; 2º distrito- Colônia Z3; 3º distrito- Cerrito Alegre; 4º distrito- Triunfo; 5º distrito- Cascata; 6º distrito- Santa Silvana; 7º distrito- Quilombo; 8º distrito- Rincão da Cruz; e 9º distrito- Monte Bonito.

Segundo o IBGE, no Censo de 2010, a Cidade de Pelotas tem uma população de 328.275 habitantes, uma área de unidade territorial de 1.610,084 km<sup>2</sup>, uma densidade demográfica de 203,89 hab/km. Estimativas preveem uma população para 2015 de 342.873 pessoas.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal –IDHM - da cidade de Pelotas, relativo aos anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente, está apresentado no Quadro 2, abaixo:

**Quadro 2-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal –IDHM- Pelotas**

IDHM 2010	0,739
IDHM 2000	0,66
IDHM 1991	0,558

Fonte: Censo 2010, IBGE.

<sup>16</sup> Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=431440> - acesso em 05-jan-2016.



No Quadro 2 percebemos que o IDHM no município de Pelotas é 0,739, em 2010, o que o coloca na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com um índice de 0,844, acompanhada de Renda, com índice de 0,758, e de Educação, com índice de 0,632, PNUD (2016).

Em relação aos índices de pobreza, no Quadro 3 apresentamos os dados disponibilizados pelo IBGE sobre o Município de Pelotas:

**Quadro 3 -Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003 Município Pelotas<sup>17</sup>**

<b>Incidência da Pobreza</b>	<b>28,64</b>
Limite inferior da Incidência de Pobreza	17,13
Limite superior da Incidência de Pobreza	40,15
<b>Incidência da Pobreza Subjetiva</b>	<b>21,98</b>
Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	18,09
Limite superior da Incidência da Pobreza Subjetiva	25,87
<b>Índice de Gini</b>	<b>0,42</b>
Limite inferior do Índice de Gini	0,41
Limite superior do Índice de Gini	0,43

Fonte: Adaptado do arquivo Excel disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>

<sup>17</sup> O quadro apresenta os índices percentuais de pobreza do município de Pelotas considerando que a pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, considerando pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos para a sua sobrevivência. A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. O Coeficiente de Gini, também conhecido por Índice de Gini, é um dado estatístico utilizado para avaliar a distribuição das riquezas de um determinado lugar. Fonte IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=1293&busca=1&t=ibge-lanca-mapa-pobreza-desigualdade-2003>. Acesso em 01 março 2018.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição dos 5.565 municípios brasileiros pelos cinco portes populacionais estabelecidos pela política de assistência social, segundo o Censo 2010 do IBGE.

**Tabela 1-Distribuição dos municípios brasileiros por porte populacional – 2010**

PORTE MUNICÍPIO (PNAS)	total mu- nicipios	%	total de pes- soas	%
até 20.000 Hab (Pequeno I)	3.915	70,35	32.683.865	17,14
até 50.000 Hab (Pequeno II)	1.043	18,74	31.379.266	16,45
até 100.000 Hab (médio)	324	5,82	22.263.598	11,67
até 900.000 Hab (Grande)	266	4,78	62.338.112	32,68
Mais de 900.000 Hab (Metropole)	17	0,31	42.067.853	22,06
Total	5.565		190.732.694	

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Pelotas é considerado um município de Grande Porte pela tabela do IBGE-2010. Nesta categoria vivem 32,68% da população Brasileira. Para Silva (2016), os municípios de grande porte são os mais complexos na sua estruturação econômica, polos de regiões e sedes de serviços mais especializados. São os municípios que, por congregarem grande número de habitantes, e pelas suas características em atraírem grande número da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços de várias áreas de políticas públicas. (SILVA, 2016, p.298)

A autora afirma que por esta razão a rede de assistência desses municípios deve ser mais complexa e diversificada, existindo a necessidade de Serviços de Proteção Básica, mas também uma ampla rede de Proteção Especial nos níveis de média e alta complexidade.

De acordo com dados apresentados no Relatório de Subsídios para elaboração do Plano Plurianual - PPA<sup>18</sup> Municipal, MDS-SAGI (2016), a população do município cresceu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,16% ao ano, passando de 323.034 para 328.275 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,49% ao ano e inferior à cifra de 0,88%

<sup>18</sup>SegundoTavares (2009), O “PPA deve planejar as ações governamentais de médio prazo e de duração maior que um exercício. Envolve quatro exercícios financeiros, tendo vigência do segundo ano de um mandato até o primeiro ano do mandato seguinte” (TAVARES, 2009, p. 247).

ao ano da Região Sul. A taxa de urbanização também apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 93,16% e em 2010 a passou a representar 93,27% do total. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 11,9% da população, já em 2010 detinha 15,2% do total da população municipal.

O relatório de subsídios para elaboração do PPA Municipal elaborado pelo IBGE<sup>19</sup> afirma que, entre 2005 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 46,4%, passando de R\$ 2.629,1 milhões para R\$ 3.847,9 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,7%. A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 70,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 18,0% em 2010, contra 18,0% em 2005. Diferentemente à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 18,0% em 2005 para 25,6% em 2010.

#### 4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA E FUNÇÕES

A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão gestor das Políticas de Assistência Social, de Habitação e de Segurança, além de Programas Inclusivos na área da Promoção Social do município de Pelotas. Ela é responsável pela garantia da Proteção Social Básica, Proteção Especial de Média Complexidade, Proteção Especial de Alta Complexidade, conforme preceitua a PNAS, Projetos Especiais de Inclusão Social, Habitação Social e Guarda Municipal. Está localizada na Rua Mal. Deodoro; 404, no bairro Centro no município de Pelotas.

De acordo com a NOB/SUAS, a Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como alvo a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da situação de pobreza, privação (inexistência de renda, escasso ou nenhum acesso aos serviços públicos, entre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e

---

<sup>19</sup> Disponível em :<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRlv3/geral/index.php>>- Acesso em: 10-jan-2016

de pertencimento social (situação de discriminação étnica, de gênero, etária ou por deficiências, entre outras). Na Secretaria, serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos são desenvolvidos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade evidenciada.

A SAS conta com cinco CRAS do município que realizam tais serviços, sendo um no Centro, outro no Areal, outro nas Três Vendas, o outro em São Gonçalo e, finalmente, um no Fragata, atendendo às famílias de abrangência de cada um deles.

É através do CRAS que a população tem o primeiro contato com a Assistência Social, ele atua de forma descentralizada e está localizado em áreas de vulnerabilidade social. Os serviços prestados pelos CRAS contemplam desde serviços de Convivência por meio de grupos, pessoas com deficiência, egressos do sistema penitenciário, atendimento a pessoas idosas, beneficiários do Programa Bolsa Família e de Prestação Continuada (BPC), até o acompanhamento às famílias, incluindo Círculos Restaurativos, buscando evitar que situações de vulnerabilidade e risco social aconteçam no território.

A organização da Proteção Social Básica – PSB está dividida no município de Pelotas, de acordo com as orientações da PAS:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que se baseia no trabalho social com famílias, é um trabalho continuado e objetiva o fortalecimento da função protetiva das mesmas, impedindo a interrupção dos seus vínculos, promovendo o acesso e aproveitamento de direitos e a contribuição na melhoria de sua qualidade de vida. Desenvolver as potencialidades e aquisições das famílias, como também o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo é o que o programa pretende. O trabalho social do PAIF aproveita ações nas áreas culturais para alcançar seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar vivências novas às famílias que se utilizam do serviço. Realiza ações com famílias com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e a deficiências, a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades para as famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado. Os seus princípios norteadores são a universalidade e gratuidade de atendimento, o

qual é ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, a prestação deste serviço é feita em grupos, que são organizados a partir de caminhos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, levando em consideração o seu ciclo de vida, tendo como objetivo complementar o trabalho social com famílias e impedir a ocorrência de situações de risco social. Este serviço está organizado de modo a ampliar o intercâmbio de culturas e vivências, promover o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecer vínculos familiares e estimular a socialização e o convívio comunitário. De caráter preventivo e proativo, alicerçado na defesa e consolidação dos direitos e no desenvolvimento de potencialidades e capacidades, tem em vista o alcance de alternativas emancipatórias que possibilitem o enfrentamento da vulnerabilidade social. Está articulado com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, buscando o atendimento das famílias dos usuários desses serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. O serviço no município é oferecido respeitando uma divisão etária e a diferentes públicos respeitando demanda e metodologias características.

Os serviços de média complexidade são os que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos que têm seus direitos violados, mas que ainda mantêm os vínculos familiares e comunitários. Desta forma, necessitam de uma maior estrutura técnico-operacional como também atenção particularizada e individualizada (SAS, 2015).

O público-alvo desse serviço são cidadãos em situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abandono, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade/PSE é realizada no município através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e do Centro de Referência Especializado Para Pessoas em Situação de Rua- CENTRO POP, através de encaminhamentos do CRAS.

Conforme a SAS (2015), o CREAS presta serviços especializados e continuados às famílias e indivíduos que se encontram em situações de violação de

direitos, visando a potencializar e fortalecer sua função protetiva. Presta acompanhamento técnico especializado realizado por uma equipe multiprofissional, buscando potencializar a capacidade de proteção da família e beneficiar a satisfação da situação de violência vivida. Por ser uma unidade responsável por atendimento de violação de direitos, atua concomitantemente como um espaço de denúncias sobre a violência contra crianças, idosos, mulheres e pessoas com deficiência.

O CENTRO POP realiza serviços especializados e contínuo para aquelas pessoas que fazem das ruas um espaço de moradia ou sobrevivência. Fornece um serviço especializado para pessoas em situação de rua, responsável em prestar atendimento e atividades direcionadas com o objetivo de promover sociabilidades, visando a fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares que propiciem a construção de novos projetos de vida.

Os serviços prestados pela PSE estão organizados como segue:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI - Serviço de suporte, acompanhamento e orientação às famílias que tem um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Engloba cuidados e orientações voltados para a promoção de direitos, à defesa e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para a fortificação da função protetiva das famílias perante o conjunto de condições que as tornam vulneráveis e/ou as sujeitam a situações de risco pessoal e social. Este serviço está preparado para os atendimentos de famílias e indivíduos que experimentam violações de direitos por situação de:

- Violência sexual: exploração e/ou abuso sexual;
- Violência física, psicológica e/ou negligência;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Abandono;
- Situação de rua e mendicância;
- Prática de trabalho infantil;
- Outras formas de violação de direitos resultantes de submissões/discriminações a eventos que ocasionam danos e prejuízo a sua condição de vida e os impossibilita de gozar autonomia e bem-estar.

O PAEFI associa-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas várias políticas públicas e com os outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC - Este serviço tem por finalidade propiciar atenção socioassistencial e acompanhar adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, estipuladas judicialmente. Tem o dever de contribuir para a obtenção dos direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos jovens e adolescentes. Para tanto é necessário o cumprimento da responsabilização face ao ato infracional praticado, e quais direitos e obrigações devem ser garantidos de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. No caso de acompanhamento da medida de Prestação de Serviços ao público, o município deve identificar os locais para a prestação do mesmo.

c) Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias – Tal serviço é executado através da equipe do CREAS, que efetua intervenções junto às famílias com pessoas com deficiência e idosas com algum nível de dependência, acentuado pela violação de direitos. Estão contempladas nessa situação pessoas que convivem com a indiferença familiar, dentre outros fatores que aumentam a dependência e interferem no desenvolvimento de sua autonomia. A equipe atua no reconhecimento de necessidades do usuário e sua família, propiciando o acesso a programas e benefícios que possibilitem melhor estruturação familiar, buscando diminuir a exclusão social do dependente e do cuidador e as fragilidades do convívio familiar.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade – PSA é um tipo de atendimento assistencial que se destina a famílias e pessoas que se encontram em uma posição de risco pessoal e social, por motivo de abandono, abuso sexual, maus tratos físicos e/ou psicológicos e uso de substâncias psicoativas.

Esses serviços necessitam de acompanhamento individual e maior maleabilidade nas respostas protetivas. Também suportam encaminhamentos monitorados, processos e apoios que garantam qualidade na atenção protetiva e sucesso na reinserção desejada.

Tais serviços de Proteção Social devem ter estreita conexão com o sistema de garantia de direito, necessitando, em muitos casos, de uma gestão mais complexa e associada com o Ministério Público, Poder Judiciário e outros órgãos e ações do Executivo.

No município os serviços de PSA são realizados por 11 Abrigos Institucionais: Casa de Acolhida às Mulheres Vítimas de Violência Luciety; Casa de Passagem; Casa de Triagem; Casa do Carinho; Casa do Idoso; Casa das Meninas I; Casa das Meninas II; Casa dos Meninos I; Casa dos Meninos II; Casa dos Meninos III e Pensão Assistida.

A organização da Assistência Social do Município de Pelotas/RS está sistematizada em um mapa conceitual apresentado na Figura 2.



## MAPA CONCEITUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

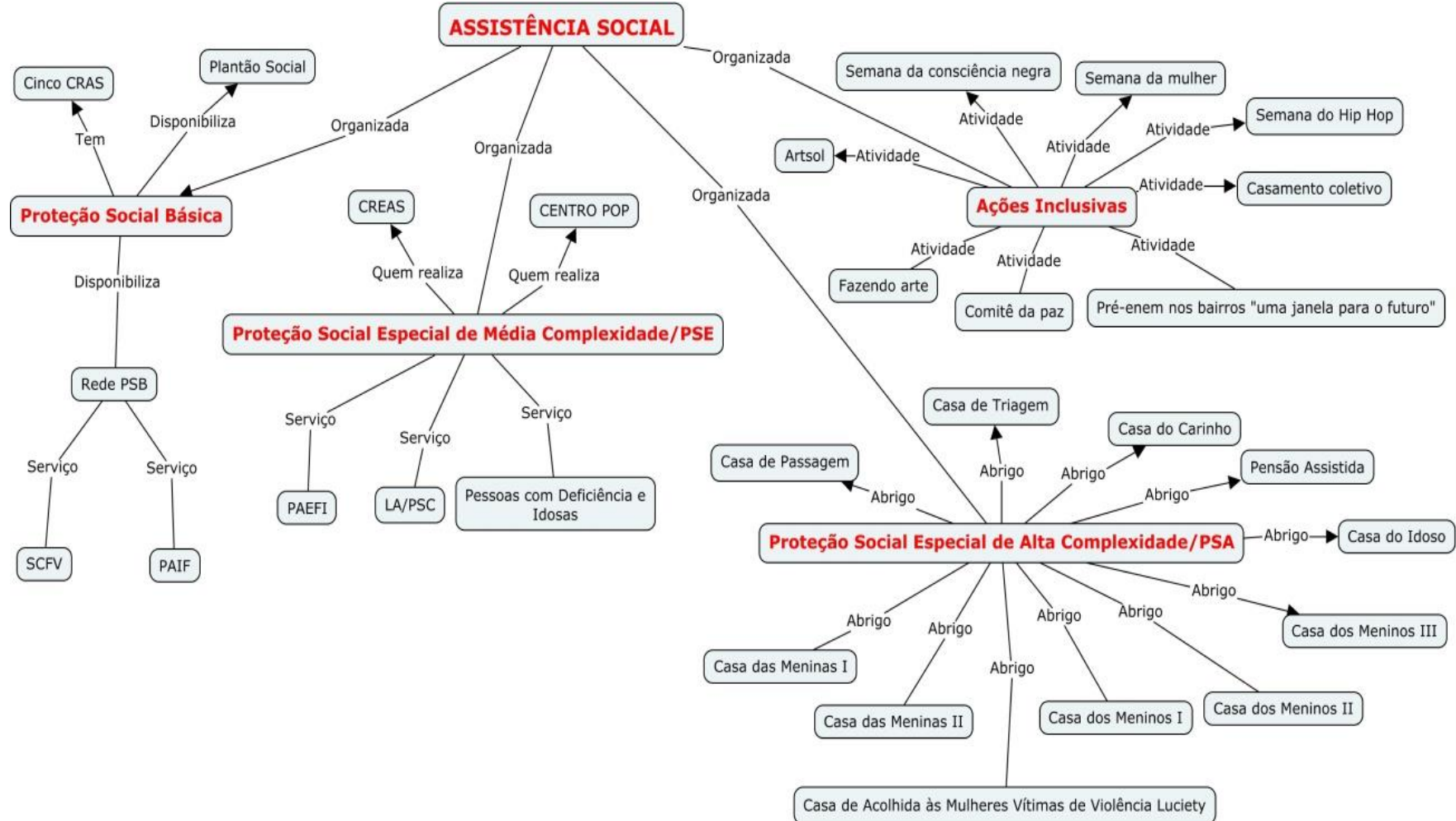


Figura 2– Mapa Conceitual da Assistência Social no Município de Pelotas/RS  
 Fonte: Criação da pesquisadora.

Para ter acesso aos programas e benefícios da Assistência Social os usuários devem estar cadastrados no Cadastro Social, que se subdivide em dois:

- CADASTRO ÚNICO - é um programa do Governo Federal que objetiva identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, que conforme SAS (2015) são “entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários-mínimos”. As famílias com renda superior a meio salário-mínimo não podem ter acesso ao Programa Bolsa Família, mas podem ser cadastradas, desde que sua inserção no cadastro esteja vinculada à inclusão e ou permanência em programas sociais elaborados pelo poder público nas três esferas do Governo. O cadastro permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

- CADASTRO HABITACIONAL – é o setor que cadastra indivíduos de baixa vulnerabilidade social e que vivem em alguma situação de risco ou sofrem algum tipo de calamidade pública, ou alguma outra situação que os impossibilite de ter uma moradia fixa própria ou regularizada, e conta com o apoio do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Os indivíduos cadastrados são encaminhados a fim de se inserirem no Programa de Empreendimentos Habitacionais.

#### 4.2 METODOLOGIA UTILIZADA PARA COLETA DE DADOS

Como dito anteriormente, a pesquisa foi realizada junto à Secretaria de Assistência Social de Pelotas/RS, com a realização de entrevistas junto ao órgão gestor das Políticas Públicas de Assistência Social, tendo como sujeitos as equipes de referência do CRAS.

O município conta atualmente com um gestor da Política de Assistência Social, uma coordenadora da Proteção Básica do município e cinco CRAS,

cada um deles composto por um coordenador, assistentes sociais, psicólogos<sup>20</sup> e demais técnicos.

A abordagem de investigação adotada foi do tipo qualitativo, utilizando-se como técnicas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, análise documental, observação participante e entrevista semiestruturada.

No primeiro momento foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, tendo como foco as políticas públicas da assistência social, direitos sociais, políticas sociais, vulnerabilidade e Vigilância Socioassistencial, entre outros.

Realizamos também uma pesquisa online na legislação e documentos pertinentes ao tema - não utilizamos um recorte temporal por entendermos que se trata de uma temática contemporânea e por não existir muito material escrito sobre o assunto. Esta decisão foi tomada para não excluir nenhum material que apresentasse informações relevantes sobre o tema.

Na busca online utilizamos como descritores os seguintes termos: vigilância social, Vigilância Socioassistencial, vigilância + serviço social, vigilância + política social, Vigilância Socioassistencial + política de assistência, Vigilância Socioassistencial + legislação, sistemas de informação na assistência social, sistemas de informação + vigilância social.

A pesquisa online forneceu subsídio para a elaboração do referencial teórico apresentado anteriormente, bem como serviu de referência para o aprofundamento da pesquisa documental e análise da legislação, visto que através desta pesquisa encontramos um conjunto muito relevante sobre questões que norteiam a Vigilância Socioassistencial, suas diretrizes, instrumentos, ações e competências.

Tendo como ponto de partida o material encontrado na pesquisa online, na etapa seguinte efetuamos uma pesquisa documental através da análise das legislações pertinentes ao tema do projeto de pesquisa.

Com relação à análise documental, adotamos a perspectiva de Glenn Bowen (2009)<sup>21</sup>, levando em conta que o mesmo considera que o exame dos documentos são fonte de dados na pesquisa qualitativa e apresenta uma

---

<sup>20</sup>Conforme a NOB/Suas/RH, as equipes de referências devem ser formadas por técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo. Todos os CRAS do município contam com no mínimo um psicólogo e dois assistentes sociais na sua equipe de referência.

<sup>21</sup>Tradução Livre

discussão sobre os procedimentos para análise de documentos no contexto de experiências reais de pesquisa. O autor enfatiza que os documentos organizacionais e institucionais têm sido um elemento básico na pesquisa qualitativa por muito tempo, mas nos últimos anos houve um aumento na quantidade de relatórios de pesquisa e artigos de revistas que mencionam a análise de documentos como parte da metodologia.

Para Bowen (2009), a análise de documentos é um procedimento sistemático para revisão ou avaliação de documentos que podem ser impressos ou em meio eletrônico.

Ainda, segundo o autor, ao triangular dados, o pesquisador tenta fornecer "uma confluência de evidências que cria credibilidade"<sup>22</sup>. Ao examinar as informações coletadas através de diferentes métodos, o pesquisador pode corroborar descobertas em conjuntos de dados e assim reduzir o impacto de possíveis vieses que podem existir em um único estudo. Desse modo a triangulação ajuda o pesquisador a se proteger contra a acusação de que as descobertas de um estudo são simplesmente um artefato de um único método, uma única fonte ou um viés de um único investigador.

Bowen (2009) afirma que documentos podem servir diversos propósitos como parte de um empreendimento de pesquisa. O autor considera cinco funções específicas do material documental.<sup>23</sup>

Primeiro, os documentos podem fornecer dados sobre o contexto em que a pesquisa e os participantes operam. Registrando o testemunho de eventos passados, os documentos fornecem informações básicas, bem como informações históricas.

Essas informações e discernimento podem ajudar os pesquisadores a entender as raízes históricas de questões específicas e podem indicar as condições que afetam os fenômenos atualmente em investigação. O pesquisador pode usar dados extraídos de documentos, por exemplo, para contextualizar dados coletados durante as entrevistas.

---

<sup>22</sup>Citando Eisner, E. W. (1991). *The enlightened eye: Qualitative inquiry and the enhancement of educational practice*. Toronto: CollierMacmillan Canada. (Eisner, 1991, p. 110)

<sup>23</sup>Tradução a partir do documento original.

Em segundo lugar, a informação contida nos documentos pode sugerir algumas questões e situações que precisam ser observadas como parte da pesquisa.

No passo seguinte, os documentos fornecem dados de pesquisa suplementares. Informações e *insights* derivados de documentos podem ser adições valiosas para uma base de conhecimento. Os pesquisadores devem, portanto, navegar nos catálogos e arquivos da biblioteca para documentos a serem analisados como parte da pesquisa processo.

Em quarto lugar, os documentos fornecem um meio de rastrear mudanças e desenvolvimento. Onde vários rascunhos de um documento específico são acessíveis, o pesquisador pode compará-los para identificar as mudanças. Mesmo mudanças sutis em um rascunho podem refletir desenvolvimentos substantivos em um projeto.

Na sua última função, os documentos podem ser analisados como uma forma de verificar achados ou corroborar evidências de outras fontes. Se a evidência documental for contraditória, em vez de confirmar os achados e evidências, espera-se que o pesquisador investigue mais. Quando há convergência de informações de diferentes fontes, os leitores do relatório de pesquisa geralmente têm maior confiabilidade (credibilidade) nas descobertas apresentadas.

No presente trabalho a análise documental foi efetuada em documentos de domínio público. São eles: dados dos Censos no período de 2012 a 2016, atas do CMASPEL dos anos que compreendem um período de 2014 a 2017 e dos PPA da Assistência Social de 2010-2013 e 2014-2017, sempre observando as questões relativas à Vigilância Socioassistencial. Também foi efetuada a análise documental na legislação referente à Vigilância Socioassistencial disponibilizada pelo Ministério de Desenvolvimento.

Peter Spink, (2013) nos alerta para as possibilidades de trabalhar com documentos de domínio público que podem ser: jornais, arquivos, relatórios, entre outros, utilizados como processos sócio-históricos de construção de saberes e fazeres. Para ele,

os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos. Eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. [...] Enquanto práticas discursivas, os documentos de domínio público assumem formas diferentes.

Arquivos diversos, diários oficiais e registros, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução e relatórios anuais são algumas das possibilidades. (SPINK, 2013, p.91)

Tal autor deixa clara a importância da análise de tais documentos e afirma que estes refletem duas práticas discursivas: “como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação àquilo que está impresso em suas páginas”. (SPINK, 2013, p.81)

A análise documental possibilitou um maior conhecimento e entendimento da forma com a qual a Assistência trabalha/trata ou é tratada como política pública dentro do município, e qual é o grau de importância que a política social municipal dedica à Vigilância Socioassistencial. Conforme SPINK, (2013), os documentos de domínio público.

São produtos *em tempo* e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, enquanto registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. (SPINK, 2013, p.81,82)

A análise documental se valeu de documentos disponibilizados de forma pública pelos entes envolvidos na política de assistência e especificamente no processo de Vigilância Socioassistencial, que é o objeto da pesquisa.

Nessa etapa utilizamos os descritores: vigilância social e Vigilância Socioassistencial para identificarmos a incidência em cada lei, decreto, norma e resolução encontrada. O resultado da pesquisa documental na legislação está apresentado no próximo capítulo.

Para SANTOS (1999), a pesquisa documental pode ser realizada em fontes diversas como: relatórios, pareceres, ofícios, obras originais de qualquer natureza, correspondência, documentos informativos arquivados em repartições públicas, entre outros. LUDKE & ANDRÉ (1986) afirmam que a análise documental é uma importante técnica de pesquisa qualitativa, tanto no complemento de informações já obtidas como na descoberta de novos aspectos de um tema ou problema.

Concomitantemente com a etapa citada anteriormente, ocorreu o processo de aproximação com o gestor responsável pela Vigilância Socioassistencial do município, o que permitiu identificar os sistemas que

fazem parte da rotina de atividades do gestor, possibilitando, através do acompanhamento do trabalho, perceber a importância destes sistemas para a gestão e financiamento da política no município.

Destacando, de forma cronológica, essa aproximação teve início no mês de junho de 2015 quando foram feitos os primeiros contatos com a SAS de Pelotas, através de e-mails encaminhados à Assistente Social Chefe de Gabinete da Secretaria. Após algumas tentativas, no dia 26 de junho foi realizada a primeira reunião, onde expressei o meu interesse em efetuar a tese de doutorado sobre os Sistemas utilizados na Rede Suas. A partir dessa conversa, a chefe de Gabinete agendou para o dia 06 de julho de 2015 uma reunião com o Secretário Municipal de Assistência Social em exercício naquele momento. Mais detalhadamente apresentei as motivações que me levaram a escolher o tema da Rede Suas e da vontade de realizar tal estudo no município de Pelotas. Ao final da reunião o Secretário manifestou o interesse da Secretaria na questão e me solicitou um tempo para que fossem tomados os procedimentos para o início dos trabalhos.

Após a conversa, os estudos e pesquisas sobre os sistemas da Rede Suas e o tema da Vigilância Socioassistencial foram intensificados. Foi feita uma pesquisa no site do MDS onde estão disponibilizados os documentos referentes ao tema: leis, cadernos, normas técnicas e material escrito, bem como vários links dos sistemas e dados já consolidados que estão disponíveis. Também buscamos teses, artigos e materiais diversos sobre o tema.

Somente em setembro, após contatos telefônicos e repasse de emails, recebi convite para uma nova reunião e, também, uma série de links sobre os sistemas utilizados na Secretaria, além de alguns materiais impressos sobre a Secretaria

A Reunião foi agendada pelo setor de Planejamento da SAS, que se caracteriza por ser um departamento de staff, assessoria e captação de recursos, ligado ao Gabinete da Secretária - que dá suporte às superintendências, cuidando ainda do monitoramento e da avaliação dos serviços prestados às entidades conveniadas com a SAS -, e aos técnicos do Setor, que são as pessoas que têm acesso aos sistemas da Rede SUAS (SAS, 2015).

A partir dessa reunião, ficou agendado, que durante um determinado período, todas às quartas-feiras, das 14 às 17h30min, eu estaria no setor de Planejamento para conhecer os sistemas utilizados.

Nos encontros que se seguiram o gestor apresentou a estrutura física da Secretaria, como está organizada e a composição do órgão de Assistência onde estão localizados todos os CRAS e CREAS, a área de abrangência, tipos de serviços, benefícios, programas e projetos. Tais reuniões resultaram em um conhecimento bem detalhado do trabalho prestado pela SAS descritos anteriormente.

No começo de outubro, o gestor entrou nos sistemas da Rede Suas com seu login e senha e apresentou de forma geral os sistemas que eram utilizados, salientando que na Secretaria apenas ele tinha permissão para o acesso. Assim, a única maneira de visualizar as informações seria na sua presença e sob sua orientação. Nesse dia questionei sobre o Cadastro Único – CadÚnico, e fui informada que ele era o primeiro sistema a ser acessado e que apenas após a inclusão é dado aos usuários o acesso aos programas, entre eles o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, entre outros. Conforme o gestor, o Cadastro Único é realizado nos CRAS e se dá na forma de preenchimento de formulário impresso que depois é enviado à Secretaria para ser digitado. Questionei, então, se tal procedimento não acarretaria erros de preenchimento e/ou de digitação, já que o digitador não tem formação na área social.

Continuamos discutindo acerca do Cadastro Único que gera o Número de Identificação Social – NIS. Este número (NIS) possibilita que os interessados possam se candidatar aos diversos programas sociais do Governo. Durante esse dia pesquisamos vários beneficiários de programas verificando as informações do CadÚnico com os demais programas. Através do NIS é possível identificar qualquer beneficiário e os programas a que ele tem acesso.

Posteriormente, o gestor me apresentou o Registro Mensal de Atendimentos –RMA<sup>24</sup>. Neste sistema estão registradas mensalmente as informações referentes aos serviços oferecidos e o volume de atendimentos

---

<sup>24</sup>O RMA está disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento>>



nos CRAS, CREAS e o Centro POP. O Registro Mensal de Atendimento – RMA, tem como objetivo uniformizar as informações e, assim, proporcionar dados qualificados que auxiliem o desenvolvimento do Suas. Com as informações registradas mensalmente pelas unidades, é possível identificar tanto a oferta de determinados serviços, quanto o volume de atendimento. Desta forma, conforme o gestor, o RMA tem um papel fundamental no planejamento e na tomada de decisões no campo das políticas públicas de Assistência Social. Observando os dados juntamente com o gestor e a assistente social do Setor uma informação me chamou a atenção e fez com que questionasse os dois. Analisando o relatório na tela do computador foi possível perceber que um dos CRAS, no período de janeiro de 2015 até junho de 2015, o relatório apresentava um número aproximado de 1400 atendimentos no mês de janeiro e nos meses seguintes esse número caía para aproximadamente 400 atendimentos. Perguntei qual era o evento que tinha gerado um número tão maior no mês de janeiro no CRAS. Nenhum dos dois soube responder e a assistente social ficou surpresa com o meu questionamento. Expliquei a ela que tinha me chamado a atenção as grandes diferenças nos números e que esses dados deveriam ser analisados com mais cuidado, pois poderiam ter um significado relevante para a SAS. Da mesma forma uma análise crítica dos dados do relatório poderiam levar a conclusões ou descobertas interessantes para a prática dos profissionais ou para a tomada de decisão em relação aos serviços prestados.

O gestor apresentou os vários formatos de relatórios possíveis dentro do sistema. Enquanto observava os dados questionei o gestor sobre a procedência dos dados e se existia algum tipo de “fechamento” com os dados incluídos no Cadúnico e outros sistemas que armazenam informações sobre os atendimentos efetuados. Este não soube me informar. O questionamento me ocorreu tendo como referência que os relatórios enviados pelos CRAS, CREAS e Centro POP são preenchidos manualmente.

Numa outra oportunidade, foi acessado o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SISC<sup>25</sup>. Após entrar

---

<sup>25</sup>Sistema está disponível na página do Sistema de Autenticação e Autorização- SAA no link: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web>>ou de forma direta no link <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sisc>>

com login e senha previamente cadastrados aparece uma tela inicial do SAA e aparece uma lista com todos os sistemas cadastrados para o perfil do usuário, clicando no nome SISC o sistema será acessado.

O sistema é uma ferramenta de gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, por onde é realizado o acompanhamento e o monitoramento do serviço efetuado pelos municípios, assim como a estimativa dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal. Conforme o gestor, o SISC foi disponibilizado para inserção e consulta dos dados dos usuários atendidos no SCFV, desde o dia 10 de abril de 2014. O SISC funciona integrado com os bancos de dados do CadÚnico/CECAD<sup>26</sup> e do CadSuas. As informações referentes aos dados de identificação pessoal e endereço dos usuários são extraídas do CadÚnico, vinculados ao SISC pelo NIS. As informações referentes ao CRAS são extraídas do banco de dados do CadSuas. No SISC, são assinaladas as situações prioritárias do usuário do SCFV, que devem estar cadastrados nos grupos e organizados por faixas etárias.

Continuamos, num outro dia, discutindo sobre o SISC. Este aplicativo agrupa informações em módulos para facilitar a gerência dos usuários do serviço e grupos. Cada gestor estadual terá à sua disposição relatórios que possibilitem acompanhar a situação dos atendimentos realizados nos municípios de sua localidade. O gestor acessou o sistema e na parte de cima está localizado um menu com as opções, logo abaixo é apresentado um resumo da situação do estado, contendo o número total de usuários e de grupos cadastrados no SISC.

O sistema fornece total de usuários em cada um dos municípios da UF, sendo que em cada cidade as informações são apresentadas por faixas etárias (0 a 17, 18 a 59 e a partir dos 60 anos). Para cada faixa é apresentado os quantitativos de “Prioritários”, “Não Prioritários” e Totais. Com um clic no município o operador do sistema poderá detalhar mais os dados, neste caso aparecerá a relação dos CRAS da localidade, a quantidade de grupos e de

---

<sup>26</sup>Conforme MDS, o CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias brasileiras de baixa renda (com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa ou de três salários-mínimos no total). Nesta ferramenta – é possível conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, buscando informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

usuários de cada um deles. Clicando no link de um determinado CRAS é apresentado um relatório com as seguintes informações: Código do Grupo, Nome do Grupo, Status, Total de Usuários em Situação Prioritária e Total de Usuários do Grupo.

Dia 16 de dezembro de 2016 estive no CMAS para solicitar e iniciar o acompanhamento naquele Conselho. Fui atendida por uma secretária que me disponibilizou o telefone do presidente do Conselho.

Entrei em contato, me apresentei informalmente e solicitei os documentos referentes ao CMASPel. O presidente me repassou o seu e-mail e requisitou que eu formalizasse a solicitação através dele. Conforme solicitado encaminhei e-mail e após recebi os documentos referente à Lei Municipal nº 4.462, de 21 de dezembro de 1999; a Lei nº 4.952, de 17 de julho de 2003; e o Regimento Interno do Conselho.

No dia 14 de março de 2016 participei da reunião do Conselho pela primeira vez, e na ocasião, após uma apresentação inicial sobre minha formação acadêmica e profissional, fiz uma explanação sobre o trabalho que estava sendo realizado junto à SAS e solicitei a contribuição do Conselho na efetivação do trabalho.

Na etapa seguinte demos início à observação participante através de visitas aos CRAS. Durante as visitas tivemos contato com a rotina de trabalho dos técnicos de referência dos CRAS, o que nos possibilitou entender o funcionamento e a operacionalização da política no município. Partindo deste pressuposto foi possível avaliar a estrutura tecnológica de cada CRAS com relação ao suporte necessário para o desenvolvimento da função de vigilância.

Por fim, foram realizadas as entrevistas com os técnicos de referência de cada CRAS. As entrevistas ocorreram em dias e horários agendados totalizando 20 entrevistados.

## **5. A CENTRALIDADE DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PONTUANDO ALGUNS ASPECTOS**

Neste capítulo será apresentada a legislação que trata da Vigilância Socioassistencial e que consolida esta função da política de acordo com os órgãos responsáveis. Na busca de um maior entendimento quanto à operacionalização da vigilância no município, através da observação participante, buscamos conhecer o funcionamento e o fluxo de trabalho dos técnicos, bem como as condições de trabalho para a implementação da Vigilância Socioassistencial.

Para auxiliar na compreensão do cenário no município foram realizadas análises documentais nas Atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Pelotas e nos Censos com o objetivo de conhecer a real situação da vigilância no município.

### **5.1 LEGISLAÇÃO REFERENTE À VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

O marco legal da Política Pública de Assistência Social tem como ponto principal a Constituição de 1988, que no capítulo da seguridade social dedica uma seção específica para a Assistência Social, em seus artigos 203 e 204.

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, é outro marco importante e estabelece os princípios, objetivos e as diretrizes das ações. A Loas estabelece que a assistência social deve ser organizada de forma descentralizada e participativa, sendo composta pelo poder público e pela sociedade civil.

O Quadro 4 apresentado a seguir destaca os tópicos relacionados à Vigilância Socioassistencial presentes na PNAS e na Loas 2011. Estas legislações foram as precursoras para a implantação da Vigilância Socioassistencial, tendo em vista que a partir de então novas determinações e resoluções começaram a ser criadas para normatizar as ações da vigilância nos entes federativos.

**Quadro 4 - Mapeamento da Legislação referente à Vigilância Socioassistencial**

Legislação	Tópico relacionado à Vigilância Socioassistencial
Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004 – Brasília, 2005.	Funções da Política Pública de Assistência Social para extensão da Proteção Social brasileira. I. Proteção Social; II. Defesa Social e Institucional; III. Vigilância Socioassistencial
DECRETO Nº 7.334, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010. - Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo Suas, e dá outras providências.	<p>Parágrafo único. A geração de dados no âmbito do Censo Suas tem por objetivo proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social - Soas, bem como de sua gestão integrada.</p> <p>Art. 3º O Censo Suas será realizado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante coleta descentralizada de dados, englobando unidades públicas de assistência social e entidades e organizações referidas no art. 1º.</p> <p>Art. 4º O Censo Suas será operacionalizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social conjuntamente com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação por meio de sistema eletrônico de informações.</p>
Secretaria Nacional de Assistência Social, Portaria Nº 15, de 17 de dezembro de 2010 - Dispõe acerca do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede Suas, e dá outras providências.	<p>Art. 1º O Sistema Nacional de Informação do Sistema Único da Assistência Social - Rede Suas, operacionaliza a gestão da informação do Suas por meio de um conjunto de aplicativos de suporte à gestão, ao monitoramento e a avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios da assistência social.</p> <p>Parágrafo único. A Rede Suas é um sistema multicomposto alimentado por subsistemas e aplicativos dinamicamente inter-relacionados em uma única base de dados corporativa, gerando insumos para as operações de gestão e financiamento e para o controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas. Art. 2º Constituem a Rede Suas todos os aplicativos eletrônicos desenvolvidos para apoiar a gestão e o acompanhamento dos serviços e benefícios do Suas, bem como dar sustentação a sua coordenação nacional pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS.</p> <p>Parágrafo único. Sem prejuízo de outros aplicativos que venham a ser criados, constituem a Rede Suas os seguintes aplicativos eletrônicos: I - SuasWeb; Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/11 II - Sistema Acompanhamento e Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- SISPETI; III - Cadastro Nacional do Sistema Único da Assistência Social - CadSuas; IV - Sistema de Georreferenciamento e Geoprocessamento - GeoSuas; V - Sistema de Informação de Repasse de Recursos - InfoSuas; VI - Sistema de Informação do Conselho Nacional de Assistência Social, SICNAS, e SICNASweb; VII - Sistema de Transferência Fundo a Fundo - SISFAF; VIII - Sistema de Acompanhamento Orçamentário do Suas - SIAORC; IX - Sistema de Gestão de Convênios - SISCON, SISCONWEB e SISCON PARLAMENTAR; X - Sistema de Gerenciamento do Suas - SigSuas; XI - Sistema de Gestão e Acompanhamento do Projovem Adolescente - SISJOVEM; XII - Sistema de Gestão e Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada - SigBPC; XIII - Sistema de Gestão e Acompanhamento do Programa BPC na Escola - SigBPC-Es; e XIV - SisDiligência.</p>
Lei Orgânica da Assistência Social - Loas. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 06 de julho de 2011.	II - a Vigilância Socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

<p>Instrução Operacional Conjunta nº 14/SENARC/SNAS/SAGI/MDS Brasília, 20 de março de 2012.</p>	<p>Esta Instrução Operacional tem por objetivo apresentar o Sistema CECAD aos usuários (estados, DF e municípios) e orientar, preliminarmente, a sua utilização nas ações de Vigilância Socioassistencial.</p> <p>4. O uso do CECAD para as ações de Vigilância Socioassistencial - O CECAD oferece aos CRAS, CREAS e às equipes de Proteção Social Básica e Especial, a possibilidade de mapear no seu território famílias com diferentes tipos de vulnerabilidades que necessitam da atuação da assistência social para acessar seus direitos básicos, por meio da Vigilância Socioassistencial.</p>
<p>Instrução Operacional Conjunta N<sup>o</sup> 19 SENARC – SNAS, Brasília, 7 de fevereiro de 2013</p>	<p>Divulga aos estados e municípios orientações para a inclusão das famílias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, especialmente as que estejam em fase de suspensão do benefício, nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar, com registro no Sicon e solicitação da interrupção temporária.</p> <p>Dessa forma, o Protocolo estabelece que, quando a família beneficiária do Programa Bolsa Família que está em descumprimento de condicionalidades é inserida no acompanhamento pelo CRAS ou pelo CREAS, o técnico responsável pelo acompanhamento poderá, mediante avaliação da pertinência desse ato, interromper os efeitos desse descumprimento sobre o benefício da família. Esse acompanhamento da família e a interrupção dos efeitos sobre o benefício deverão ser registrados no Sistema de Condicionalidades (Sicon). No caso da interrupção temporária dos efeitos, essas famílias continuarão sendo acompanhadas pelas áreas de educação, de saúde e de assistência social, entretanto, nos casos de descumprimento, não serão aplicados os efeitos gradativos no benefício.</p>

Elaborado pela autora

O Sistema Único de Assistência Social- SUAS, é o modelo único de gestão da Política de Assistência Social em âmbito federal, estadual e municipal. O SUAS foi criado pela deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social.

As ações do SUAS estão embasadas nas orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), nas deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância de pactuação que auxilia no processo de gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Conforme Couto (2009)

A discussão sobre proteção social é relativamente nova na sociedade brasileira, desde que foi desagregada da legislação social do trabalho, embora ambas sejam direitos sociais explicitamente tratados nos arts. 6º e 7º da CF/88. (COUTO, 2009, p.37)

Para a autora definir os elementos básicos da política social é essencial para a concretização do SUAS, que deve organizar a estruturação nacional da política de assistência social. Nesta organização, Couto, 2009, afirma que a

legislação e as normas operacionais são de extrema relevância para a efetivação da política.

Entre eles, têm enorme relevância a legislação e as normas operacionais e técnicas construídas no seu processo de implantação e implementação. O amplo conhecimento da Loas, da PNAS/2004 e da NOB/Suas é fundamental para o processo de gestão. A NOB/Suas aponta claramente que o plano de assistência social, o orçamento, o monitoramento, a avaliação e a gestão da informação e o relatório anual de gestão constituem-se em instrumentos privilegiados de gestão. (COUTO, 2009, p.213)

Da mesma forma que a PNAS e a NOB/SUAS, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, legisla, normatiza e fiscaliza a política, além de desempenhar outras ações que interferem diretamente na sua composição e efetivação.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é um órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. O Conselho de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS tem como atribuições conforme RESOLUÇÃO Nº 6, de 09 de fevereiro de 2011:

Art. 2º O CNAS, entre outras atribuições, tem competência para:

I - aprovar a Política Nacional da Assistência Social;

II - exercer o controle social da Política Nacional da Assistência Social;

III - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;

IV - acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações da assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O CNAS é responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social. É composto por 09 (nove) representantes governamentais, incluindo 01 (um) representante dos Estados e 01 (um) dos Municípios; 09 (nove) representantes da sociedade civil, dentre eles representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público Federal.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup>Informações disponíveis no site do MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/sobre-o-cnas/quem-somos-e-como-funcionamos>>. Acesso em: 15 set. 2017

No uso de suas atribuições, o CNAS normatiza ações e regula a prestação de serviços tanto no campo privado como público por meio de resoluções.

Apresentaremos a seguir as resoluções do CNAS pertinentes ao tema da pesquisa, com o intuito de esclarecer e auxiliar no entendimento das questões relativas à implantação da Vigilância Socioassistencial no município de Pelotas.

O Quadro 5 apresenta as resoluções do CNAS que estão diretamente vinculadas à implementação da VS.

**Quadro 5- Resoluções do CNAS pertinentes à Vigilância Socioassistencial**

<b>Conselho Nacional de Assistência Social</b>	<b>Tópico relacionado à Vigilância Socioassistencial</b>
<p><b>Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009</b> - Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</p>	<p>ARTICULAÇÃO EM REDE: Sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.</p> <p>CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO - CONDIÇÕES: Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos. FORMAS - Por identificação e encaminhamento dos serviços de proteção e vigilância social.</p> <p>Para mulheres em situação de violência: Identificar situações de violência e suas causas e produzir dados para o sistema de Vigilância Socioassistencial.</p>
<p><b>Resolução CNAS nº 1 de 09 de janeiro de 2012-</b> Publica as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.</p>	<p>Implantar protocolo para a criação de um sistema informatizado único, on-line, a partir do banco de dados do Cadastro Único, ancorado em um fluxo de rede e de serviços definidos, que permita: a) cruzamento de informações territorializadas, intermunicipais e nas três esferas de governo e no Distrito Federal; b) identificação de perfil e da dinâmica de atendimento dos usuários da assistência social nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede pública e privada; c) dados para a elaboração de diagnóstico social; d) Vigilância Socioassistencial; e) o planejamento, o monitoramento e a avaliação; f) possibilidades de composição de indicadores de qualidade.</p>
<p><b>Resolução CTI Nº 09, de 25 de junho de 2012</b> - Pactua calendário de disponibilização de acesso ao aplicativo eletrônico "CECAD - Consulta Extração Seleção de Informações do CADÚNICO", para sua utilização no âmbito da Vigilância Socioassistencial do Suas nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.</p>	<p>Considerando a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/SAGI/MDS nº 14, de 20 de março de 2012, que divulga orientações preliminares para a utilização do CECAD nas ações de Vigilância Socioassistencial;</p> <p>Considerando o artigo 2º, inciso II, da Lei 8.742 – Loas, de 07 de dezembro de 1993, que define o papel da Vigilância Socioassistencial no conjunto de objetivos da Assistência Social, atribuindo-lhe a função de analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, resolve:</p> <p>Art. 1º - O MDS liberará a partir da data de 20 de julho de 2012 o acesso dos órgãos gestores da Assistência Social em nível municipal e estadual e do Distrito Federal ao aplicativo eletrônico "CECAD - Consulta Extração Seleção de Informações do CADÚNICO", mediante senha do SAA - Sistema de Autorização e Autenticação do Suas.</p>



	<p>Art. 2º - Terão acesso ao CECAD, com a senha do SAA, exclusivamente os técnicos e gestores com atribuição do Perfil "cadSuas.município" ou "cadSuas.estado".</p> <p>I - Compete ao Administrador Titular, ou ao Administrador Adjunto da senha do SAA, em âmbito municipal, do Distrito Federal ou estadual, delegar aos técnicos da Vigilância Socioassistencial nas respectivas Secretarias os Perfis "cadSuas.município" ou "cadSuas.estado", para que os mesmos possam acessar o CECAD.</p> <p>II - Para atribuição dos referidos Perfis aos Técnicos da Vigilância Socioassistencial, o Administrador Titular ou ao Administrador Adjunto da senha do SAA deverá acessar o link <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web-gestao">http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web-gestao</a>.</p> <p>III - Os técnicos que receberão os Perfis devem ser previamente cadastrados na aba de Pessoa Física do CADSuas e, em seguida, vinculados ao Órgão Gestor nesse mesmo sistema.</p> <p>Art. 3º - Inicialmente, no acesso via SAA, estarão disponíveis às funcionalidades "Tabulador", "Frequência Simples" e "Busca Nome/NIS".</p>
<p><b>Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012.</b> Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/Suas. Brasília, 03 jan. 2013.</p>	<p>Art. 1º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a Vigilância Socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - Suas. Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social.</p> <p>Art. 2º São objetivos do Suas: XI - afiançar a Vigilância Socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social.</p> <p>Art. 12. Constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios: XIX- estruturar, implantar e implementar a Vigilância Socioassistencial;</p> <p>Art. 13. São responsabilidades da União: XIII - apoiar técnica e financeiramente os Estados, e o Distrito Federal e Municípios na implantação da Vigilância Socioassistencial;</p> <p>Art. 15. São responsabilidades dos Estados: IX - apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação da Vigilância Socioassistencial;</p> <p>§2º Para implantação de que trata o inciso II serão considerados os dados do diagnóstico socioterritorial e da Vigilância Socioassistencial, por meio do cruzamento de indicadores, com o objetivo de estabelecer prioridades progressivas até o alcance do teto a ser destinado a cada ente federativo, por nível de proteção.</p>
<p><b>Resolução CNAS nº 8 de 18 de abril de 2013</b> - Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas, e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal, para os exercícios de 2013/2014, destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências.</p>	<p>Parágrafo único. Os Municípios e Distrito Federal que atingirem as metas pactuadas permanecerão sendo cofinanciados e acompanhados pelo Governo Federal pelo período adicional de um ano, com vistas ao fortalecimento das ações de vigilância e de prevenção de trabalho infantil nos territórios.</p> <p>Art. 12. Cabe a União: IV – realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil com repasse periódico de informações;</p> <p>Art. 13. Cabe aos Estados: III - realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil para apoiar os Municípios com repasse periódico de informações;</p> <p>Art.14. Cabe aos Municípios e Distrito Federal: V. realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil.</p>
<p><b>Resolução CNAS nº18 de</b></p>	<p><b>III - Gestão:</b> b) estruturar as secretarias municipais de assistência</p>

<p><b>15 de julho de 2013</b> - Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - Suas, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT.</p>	<p>social com a instituição formal de áreas essenciais como subdivisão administrativa, conforme o porte do município, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do Suas com competência de Vigilância Socioassistencial para os municípios de pequeno porte I, II e médio porte;</li> <li>2. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, Gestão do Suas com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do Suas e Vigilância Socioassistencial para os municípios de grande porte e metrópole.</li> </ol>
<p><b>Resolução CNAS nº32 de 31 de outubro de 2013</b> -. Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do Governo Federal, estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de novembro de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 3º Constituem prioridades e metas específicas para os Estados: áreas constituídas como subdivisões administrativas da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social e Gestão do Suas com competência de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial.</p> <p>V- implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado, com metas de: a) implantar e unificar sistemas de informação, monitoramento e vigilância, em consonância com os sistemas nacionais; e b) realizar, em parceria com o MDS e municípios, diagnóstico socioterritorial sobre violações de direito e ofertas necessárias.</p> <p>Art. 4º São compromissos do Gestor Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal, com vigência até 2015: XIII. desenvolver e aprimorar sistema nacional de informação, monitoramento, avaliação e vigilância de uso compartilhado entre União, Estado, Distrito Federal e Municípios.</p>
<p><b>Resolução CNAS Nº 9, de 15 de abril de 2014.</b> Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – Suas, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas – NOB-RH/Suas.</p>	<p>III – funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, Vigilância Socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e Cadúnico:</p> <p>b) opera sistemas de informações e aplicativos do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede Suas, do Sistema do Cadúnico e os demais sistemas e cadastros relacionados à gestão dos benefícios e transferência de renda; c) apoiar nas atividades de diagnóstico socioterritorial, planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e do Cadúnico, por meio da produção, sistematização e análise de informações territorializadas.</p>
<p><b>Resolução CNAS Nº 18, de 5 de junho de 2014</b> - Dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no exercício de 2014.</p>	<p>Art. 8º Compete à União: II – realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações;</p> <p>Art. 9º Compete aos Estados: I – realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações;</p> <p>Art. 10. Compete aos Municípios e Distrito Federal: I - realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre violações de direitos praticadas no território.</p>
<p><b>Resolução CNAS Nº1, de 3 de março de 2016.</b> Publica as deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social. "Consolidar o Suas de vez</p>	<p>41. Garantir a implantação e implementação da Vigilância Socioassistencial em todos os municípios, estados e DF, mediante cofinanciamento das três esferas de governo assegurando apoio técnico, contratação de equipe de referência especializada, mediante concurso público, com a democratização do software e outras tecnologias, dentre elas um prontuário eletrônico e único dos</p>

rumo a 2026".	atendimentos, implementando um sistema nacional de gestão da informação que integre todos os equipamentos da rede socioassistencial.
<b>Resolução CNAS Nº 6, de 13 de abril de 2016.</b> Estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do Suas – PNEP/Suas.	Art. 4º A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do Suas e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. §1º São funções do Suas: Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos. §2º As Seguranças Socioassistenciais afiançadas pelo Suas são: Acolhida; Renda; Convívio ou Vivência familiar, comunitária e social; Desenvolvimento de autonomia; Apoio e auxílio.
<b>Resolução CNAS Nº 7, de 18 de maio de 2016</b> - Aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026).	Define as competências dos entes federados, descreve procedimentos para o acompanhamento familiar dos beneficiários pelos CRAS e CREAS, estabelece fluxo de dados relevantes para identificação de vulnerabilidades territoriais. Também apresenta indicadores para monitoramento e avaliação de seus resultados e a previsão de uso de ferramentas informacionais já implementadas, como o Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON) e o Sistema BPC na escola. Assim, contribui para a gestão de informação da vigilância socioassistencial e para a prevenção de riscos sociais. 2.1.6. Fortalecer a implementação da Vigilância Socioassistencial nas diferentes esferas de governo.

Elaborado pela autora

A Comissão Intergestores Tripartite – CIT, é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela negocia e pactua sobre aspectos operacionais da gestão do Suas e, para isso, mantém contato permanente com as Comissões Intergestores Bipartite -CIB, de modo a garantir a troca de informações sobre o processo de descentralização<sup>28</sup>. A CIT é constituída pelas três esferas que compõem o Suas: a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); os estados e Distrito Federal, representados pelo Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social (Fonseas); e os municípios, representados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas).

São funções da CIT:

- pactuar estratégias para implantação e operacionalização;

<sup>28</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-Suas/comissoes-intergestores> - Acesso em 01 out. 2017)

- estabelecer acordos sobre questões operacionais da implantação dos serviços, programas, projetos e benefícios;
- atuar como fórum de pactuação de instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e regulamentação;
- pactuar os critérios e procedimentos de transferência de recursos para cofinanciamentos; entre muitas outras.

Abaixo, Quadro 6 com as resoluções da Comissão Intergestores Tripartite- CIT, que delibera sobre questões da Vigilância Socioassistencial.

**Quadro 6– Resoluções CIT referentes à Vigilância Socioassistencial**

<b>Comissão Intergestores Tripartite</b>	<b>Tópico relacionado à Vigilância Socioassistencial</b>
<p><b>Resolução CIT Nº 4, de 24 de maio de 2011.</b> Institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social –CRAS, e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS.</p>	<p>Considerando a imperativa necessidade de estabelecer padrões nacionais para o registro de informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social –CRAS, e Centros de Referência Especializados de Assistência Social- CREAS, e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop), resolve: Art.1º Instituir parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, e nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop, e definir o conjunto de informações que devem ser coletadas, organizadas e armazenadas pelas referidas unidades, em todo o território nacional.</p>
<p><b>Resolução CTI Nº 09, de 25 de junho de 2012</b> - Pactua calendário de disponibilização de acesso ao aplicativo eletrônico "CECAD - Consulta Extração Seleção de Informações do CADÚNICO", para sua utilização no âmbito da Vigilância Socioassistencial do Suas nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.</p>	<p>Considerando a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/SAGI/MDS nº 14, de 20 de março de 2012, que divulga orientações preliminares para a utilização do CECAD nas ações de Vigilância Socioassistencial.;</p> <p>Considerando o artigo 2º, inciso II, da Lei 8.742 – Loas, de 07 de dezembro de 1993, que define o papel da Vigilância Socioassistencial no conjunto de objetivos da Assistência Social, atribuindo-lhe a função de analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, resolve:</p> <p>I - Compete ao Administrador Titular, ou ao Administrador Adjunto da senha do SAA, em âmbito municipal, do Distrito Federal ou estadual, delegar aos técnicos da Vigilância Socioassistencial nas respectivas Secretarias, os Perfis "cadSuas.municipio" ou "cadSuas.estado", para que os mesmos possam acessar o CECAD.</p> <p>II - Para atribuição dos referidos Perfis aos Técnicos da Vigilância Socioassistencial, o Administrador Titular ou ao Administrador Adjunto da senha do SAA, deverá acessar o link <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web-gestao">http://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web-gestao</a></p> <p>Art. 5º - Enquanto a Funcionalidade "Extrator de Dados" não estiver disponível pelo acesso via SAA, compete ao Gestor Municipal, do Distrito Federal e/ou Estadual determinar que o detentor da senha do SIGPBF no respectivo órgão gestor realize, quando necessário, as extrações de dados solicitadas pela Vigilância Socioassistencial.</p>

	<p>Art. 6º - Compete aos Órgãos Gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais, por meio da organização das respectivas áreas de Vigilância Socioassistencial, utilizar os dados e informações do Cadastro Único, disponibilizados por meio do CECAD, para:</p> <p>a) subsidiar a elaboração de diagnósticos socioterritoriais do município, do Distrito Federal e do estado;</p> <p>b) subsidiar a elaboração de diagnósticos socioterritoriais dos territórios de abrangência dos CRAS;</p> <p>c) planejar e organizar ações de busca ativa das pessoas/famílias cadastradas, cujo perfil de vulnerabilidade indiquem a possível necessidade de sua inclusão nos serviços socioassistenciais.</p>
<p><b>Resolução CIT Nº 5, de 12 de abril de 2013</b> - Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas, e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil, e dá outras providências.</p>	<p>Parágrafo único - Os Municípios e Distrito Federal que atingirem as metas pactuadas permanecerão sendo cofinanciados e acompanhados pelo Governo Federal pelo período adicional de um ano, com vistas ao fortalecimento das ações de vigilância e de prevenção de trabalho infantil nos territórios.</p> <p>Art. 12 - Cabe à União: IV - realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil com repasse periódico de informações;</p> <p>Art. 13 - Cabe aos Estados:III - realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil para apoiar os Municípios com repasse periódico de informações;</p> <p>Art. 14 - Cabe aos Municípios e ao Distrito Federal: V - realização de ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil.</p>
<p><b>Resolução Nº 13, de 4 de julho de 2013</b> - Estabelece prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - Suas, para o quadriênio 2014-2017.</p>	<p>III - Gestão: 1. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do Suas com competência de Vigilância Socioassistencial para os municípios de pequeno porte I, II e médio porte;</p> <p>2. Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, Gestão do Suas com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do Suas e Vigilância Socioassistencial para os municípios de grande porte e metrópole;</p> <p>3. Adequar a legislação municipal às normativas do Suas com a meta de que todos os municípios atualizem a Lei que dispõe acerca da assistência social e do Suas.</p>
<p><b>Resolução CIT nº 14 de 11 de junho de 2013.</b> - Dispõe sobre a Expansão Qualificada do exercício de 2013 do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, ofertado no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.</p>	<p>Art.1º Aprovar critérios de elegibilidade e de partilha dos recursos do cofinanciamento federal, em 2013, para a Expansão Qualificada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, ofertado no âmbito do CREAS. Art. 2º Os recursos orçamentários disponíveis para a expansão qualificada serão destinados aos municípios e ao Distrito Federal como cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC.</p>
<p><b>Resolução Nº 16, de 3 de outubro de 2013-</b> Dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - Suas,</p>	<p>Art. 3º - Constituem prioridades e metas específicas para os Estados: I - reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social dos Estados para adequação ao Suas com metas de:a) atingir em 100% dos Estados com instituição na estrutura do órgão gestor de assistência social, áreas constituídas como subdivisões</p>

<p>estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do Governo Federal, estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de novembro de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, e dá outras providências.</p>	<p>administrativas da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social e Gestão do Suas com competência de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial; V - Implantação de sistemática de informação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, bem como de vigilância de situações de risco e vulnerabilidade no Estado, com metas de: a) implantar e unificar sistemas de informação, monitoramento e vigilância, em consonância com os sistemas nacionais; b) realizar, em parceria com o MDS e municípios, diagnóstico socioterritorial sobre violações de direito e ofertas necessárias. XIII - Desenvolver e aprimorar sistema nacional de informação, monitoramento, avaliação e vigilância de uso compartilhado entre União, Estado, Distrito Federal e Municípios.</p>
<p><b>Resolução CIT nº 20, de 13 de dezembro de 2013</b> -Altera a Resolução 04 de 24 de maio de 2011 que institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos CRAS e CREAS.</p>	<p>"Art. 1º - Instituir parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, e nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - CentroPop e definir o conjunto de informações que devem ser coletadas, organizadas e armazenadas pelas referidas unidades, em todo o território nacional." (NR)"Art. 3º Compõem o conjunto de informações, a serem consolidadas mensalmente pelos CREAS, o volume e o perfil dos casos - famílias ou indivíduos - em acompanhamento pelo PAEFI, a quantidade de situações identificadas de violência intrafamiliar ou de violações de direitos que originam o acompanhamento das famílias ou indivíduos pelo PAEFI, o volume de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa- MSE, em acompanhamento do respectivo serviço no CREAS; o volume de abordagens realizadas pelo Serviço Especializado de Abordagem Social.</p>
<p><b>Resolução CIT Nº 5, de 15 de maio de 2014</b> - Dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Serviços à Comunidade no Exercício de 2014.</p>	<p>Art. 8º - Compete à União: II - realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações; Art. 9º - Compete aos Estados: I - realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre a execução das medidas socioeducativas em meio aberto com repasse periódico de informações; Art. 10 - Compete aos Municípios e ao Distrito Federal: I - realizar ações de Vigilância Socioassistencial voltadas à elaboração de estudos e diagnósticos sobre violações de direitos praticadas no território.</p>

Elaborado pela autora

Para financiar a política e tendo a finalidade de proporcionar uma maior eficiência na prestação dos serviços o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSuas) tornou-se um aliado importante na implementação da LEI Nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

O Quadro a seguir apresenta a legislação pertinente ao tema e representa o marco legal do IGDSUAS.

**Quadro 7 - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS) – Marco Legal**

	<b>Tópico relacionado à Vigilância Socioassistencial</b>
<p><b>DECRETO Nº 7.636, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011.</b></p> <p>Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSuas.</p>	<p>Art. 1º Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome prestará apoio financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social-IGDSuas.Art.3º O montante total dos recursos destinados ao aprimoramento da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social será de até dez por cento da previsão orçamentária anual relativa ao financiamento federal do Suas.Art. 5º O IGDSuas obtido pelo ente federado, segundo os resultados da gestão do Suas no período fixado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, determinará o montante de recursos a ser transferido pela União a título de apoio financeiro ao aprimoramento da gestão.</p>
<p><b>PORTARIA Nº 337, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011</b></p> <p>Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSuas, no exercício de 2011, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1º O apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSuas, no exercício de 2011, observará os critérios, procedimentos, sistemáticas de cálculo e parâmetros definidos nesta Portaria. Art. 2º O IGDSuas será implementado sob as seguintes modalidades: I - Índice de Gestão Descentralizada dos Municípios - IGDSuas-M, a ser aplicado aos Municípios e ao Distrito Federal; e II - Índice de Gestão Descentralizada dos Estados –IGDSuas. Art. 10. A comprovação da aplicação dos recursos do IGDSuas pelos entes federados, de acordo com a sistemática estabelecida nesta Portaria, deverá integrar as prestações de contas anuais dos respectivos fundos de assistência social, em item específico destinado à gestão, e ficará arquivada sob guarda do ente recebedor dos recursos pelo período de 5 (cinco) anos, contados do julgamento das contas pelo respectivo conselho de assistência social, para consulta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e dos órgãos de controle interno e externo. Art. 11. Caberá aos conselhos de assistência social dos Estados, Municípios e Distrito Federal receber, analisar e manifestar-se sobre as prestações de contas da aplicação dos recursos recebidos a título de IGDSuas enviadas pelos respectivos fundos de assistência social, observado o disposto no caput e nos §§ 2º e 3º do art. 6º da Portaria nº 625, de 2010.</p>
<p><b>PORTARIA Nº 07, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.</b></p> <p>Dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSuas, e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1º O apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSuas, observará os critérios, procedimentos, sistemáticas de cálculo e parâmetros definidos nesta Portaria. Art. 3º O apoio financeiro à gestão descentralizada das ações de assistência social dar-se-á mediante o repasse mensal de recursos diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, aos fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Art. 4º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apoiará financeiramente a gestão descentralizada das ações de assistência social dos Municípios, Distrito Federal e Estados que aderiram e habilitaram-se ao Sistema Único de Assistência Social – Suas, na forma definida pela Norma Operacional Básica do Suas – NOBSuas, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.</p>

Elaborado pela autora.

O IGDSUAS é um instrumento que define a qualidade da gestão dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, medindo também a articulação intersetorial nos municípios e estados.

Os recursos disponibilizados pelo IGDSUAS devem ser utilizados, conforme MDS, 2016, da seguinte forma:

- aquisição de equipamentos eletrônicos, como microcomputadores, servidores, impressoras, scanners, Datashow, GPS, tablets e modems, além de equipamentos para instalação ou ampliação de redes, etc.;
- aquisição de mobiliário, como mesas individuais, mesas de reunião, cadeiras, arquivos, armários, aparelhos de ar condicionado, aparelhos telefônicos, aparelhos de fax, etc.;
- aquisição de softwares, especialmente aqueles destinados ao processamento de dados, como programas para análise estatística e georreferenciamento;
- aquisição de materiais de consumo, como papel e tinta para impressoras;
- contratação temporária de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar capacitações e treinamentos de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- contratação de estatísticos, sociólogos ou outros profissionais para atuarem como consultores na implantação da Vigilância Socioassistencial;
- contratação temporária de pessoas físicas ou jurídicas para mapear ocorrências de situações de vulnerabilidade e risco, bem como potencialidades presentes no território;
- contratação temporária de pessoas físicas ou jurídicas para realizar estudos voltados à definição e descrição de fluxos e processos de gestão pertinentes a registro e armazenamento de informações, como notificação de situações de violência e violações de direitos, referência e contrarreferência no âmbito do Suas, referenciamento intersetorial (entre o Suas e as demais políticas públicas) e realização da busca ativa;
- contratação temporária de pessoas físicas ou jurídicas para desenvolvimento de demais estudos, diagnósticos e pesquisas de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- locação de espaço físico e logística para realização de oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- custeio de diárias e passagens para participação em oficinas, encontros, seminários, treinamentos e capacitações de interesse da Vigilância Socioassistencial;
- contratação de serviços de internet (provedores). (MDS, 2016, p.38)

De acordo com MDS, 2012, estes recursos possibilitam aos entes federados maior capacidade de alocação e investimento na área, potencializando a adoção de medidas que estimulam em nível nacional as funções da política de Assistência Social.

Os recursos devem ser utilizados no aprimoramento da gestão do Suas, incentivando investimentos na organização, gestão, estruturação e manutenção dos serviços e sua integração com



benefícios e transferências de renda, gestão dos programas, como o BPC na Escola, BPC Trabalho e o Plano Brasil Sem Miséria. O IGDSuas deve auxiliar a estruturação da gestão do trabalho e educação permanente do Suas, na implantação da Vigilância Socioassistencial e do monitoramento do Suas no âmbito da gestão e serviços. Por fim, é importante ressaltar que os recursos do IGDSuas também cofinanciam o apoio ao controle social, sendo que no mínimo 03% do montante recebido por cada ente devem ser utilizados no apoio técnico e operacional ao funcionamento e estruturação dos conselhos de assistência social. (MDS, 2012, p.7)

Através dos recursos disponibilizados pelo IGDSUAS os municípios são estimulados a aprimorar a gestão, qualificar os serviços e instrumentalizar os CRAS garantindo a execução, monitoramento e avaliação da política.

A pesquisa bibliográfica nos apresentou uma gama de leis, decretos, resoluções sobre o tema, o que nos permite constatar que existe uma extensa legislação sobre o assunto.

Conhecer e estudar as legislações, normativas, resoluções que tratam do tema nos proporcionaram conhecer mais profundamente as questões que envolvem a Vigilância Socioassistencial. Através deste estudo foi possível identificar os atores envolvidos, os elementos principais que a norteiam, as entidades que devem executar a função, o público-alvo da política de assistência social. Foi possível também perceber a dimensão territorial e a área de abrangência da política, os serviços que devem ser viabilizados e a forma como tais serviços devem ser ofertados.

## 5.2. DANDO VISIBILIDADE AOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Conforme contato com a gestora da Proteção Social Básica do município foi desenvolvido um cronograma de visitas nos CRAS. Foram elencados os melhores dias e horários juntamente com cada uma das coordenadoras dos CRAS visando ao melhor aproveitamento do tempo.

A observação participante nos CRAS aconteceu nos meses de agosto e setembro do ano de 2016. As visitas aconteceram do dia 08 de agosto até o dia 05 de setembro durante um turno em cada CRAS.



Como não tem acesso às informações do CadÚnico, o CRAS não consegue acompanhar as condicionalidades do PBF<sup>29</sup>, quando um usuário perde ou tem benefício alterado, é necessário entrar em contato com a SAS para ter conhecimento sobre cada caso. Por telefone, em alguns casos, é possível ter acesso às informações, caso contrário o usuário é encaminhado para solicitar uma folha resumo no setor do Cadastro Único que se localiza na sede da SAS, no centro da cidade.

Conforme relatado pelos técnicos do CRAS, existe um conjunto de fatores que pode acarretar a perda ou suspensão do benefício. Quando o usuário percebe ou é informado através de correspondência encaminhada pelo MDS sobre o cancelamento do benefício este se desloca até o CRAS onde está vinculado para solicitar informações sobre o acontecido.

Exemplos relatados pelos técnicos onde acontece a perda ou alteração do benefício:

- ✓ Quando um filho/filha deixa de fazer parte do Cadastro Único da mãe e obtém seu próprio número de NIS na SAS;
- ✓ Quando o usuário não efetua a renovação do Cadastro que deve ser a cada dois anos ou quando acontecer alguma alteração no cadastro;
- ✓ Quando alguma das condicionalidades não é cumprida, como no caso da frequência escolar.

O CRAS não recebe nenhum relatório sobre alterações no cadastro único com relação à perda de benefícios e informação sobre quebra de condicionalidade. O CRAS é normalmente informado pelo usuário que faz a busca pela informação ou, em alguns casos, pela escola, quando se trata de algum evento que envolve alunos.

Este CRAS, assim como os demais, deve preencher a Ficha de Cadastro disponibilizada pela SAS. A Figura 4 apresenta a parte inicial da ficha que contém informações sobre o usuário e informações sobre a moradia. Todo o usuário que é atendido no CRAS obrigatoriamente necessita preencher a

---

<sup>29</sup> Os Técnicos dos CRAS não tem acesso aos Sistemas da Rede Suas, portanto, não conseguem fazer o acompanhamento das condicionalidades do PBF dos usuários no momento do atendimento.

ficha. Os dados contidos nela são as únicas informações que os técnicos têm sobre os usuários, família, condições de moradia e onde são registrados todos os atendimentos, encaminhamentos e observações consideradas importantes. A cada novo atendimento o técnico-administrativo faz a busca no arquivo para que o usuário possa ser atendido e novas informações sejam registradas.

Figura 4- Ficha de Cadastro dos usuários do CRAS

**DE PELOTAS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**CRAS – Centro de Referência da Assistência Social**

**Ficha de Cadastro no CRAS**

Nº do cadastro: \_\_\_\_\_  
 Data do cadastramento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Técnico Responsável: \_\_\_\_\_  
 Território: \_\_\_\_\_

**Dados do requerente (Chefe da família):**  
 Nome completo: \_\_\_\_\_  
 Nome da mãe: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 RG nº: \_\_\_\_\_ Órgão emissor: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Data de emissão: \_\_\_\_\_  
 Carteira de trabalho: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_  
 Título de eleitor: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_  
 NIS: \_\_\_\_\_ Caso não tenha, já realizou cadastro único?  
 Valor recebido no Bolsa Família: R\$ \_\_\_\_\_ PETI: ( ) sim ( ) não  
 Estado civil: ( ) casado ( ) divorciado ( ) separado ( ) viúvo ( ) companheiro  
 ( ) solteiro

**Motivo que originou a busca pelo CRAS:**  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Dados da moradia:**  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Número: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Ponto de referência: \_\_\_\_\_  
 Tipo de habitação: ( ) alvenaria ( ) sub-habitação ( ) cortiço ( ) barraca ( ) mista ( ) madeira  
 Situação de moradia: ( ) própria ( ) alugada/arrendada ( ) cedida por terceiros ( ) cedida por familiares ( ) ocupada/invadida ( ) acampamento ( ) meeiro/agregado  
 Número de cômodos: \_\_\_\_\_ Número de pessoas que vivem na moradia: \_\_\_\_\_  
 Tempo de moradia na comunidade: \_\_\_\_\_ Tempo de moradia no município: \_\_\_\_\_  
 Abastecimento de água: ( ) cisterna ( ) canalizada-rede geral ( ) carro pipa ( ) poço/nascente  
 Energia elétrica: ( ) regularizada ( ) não regularizada ( ) não possui  
 Sgto sanitário: ( ) céu aberto ( ) fossa rudimentar ( ) fossa séptica ( ) rede geral ( ) direto  
 para riacho  
 Município de procedência da família: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Além das informações iniciais, esta ficha contempla várias informações sobre o usuário e a família e também serve como prontuário para o registro de todos os acompanhamentos, atendimentos, visitas e benefícios da família. A Figura 5 apresenta a entrada de dados da família na Ficha.

Figura 5 – Dados da Família

**Dados da família:**

Há integrante(s) da família Institucionalizado(s): ( ) sim ( ) não. Quem? \_\_\_\_\_

Informe o número de integrante(s) institucionalizado(s): \_\_albergue; \_\_abrigo; \_\_asilos; \_\_sistema prisional; \_\_comunidade terapêutica; \_\_instituição psiquiátrica.

Há gestante? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? \_\_\_\_\_ Recebe acompanhamento médico? ( ) sim ( ) não

Há pessoa hipertensa ou diabética? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? \_\_\_\_\_

Recebe acompanhamento médico? ( ) sim ( ) não

Há pessoa com outro tipo de doença na família (álcool; drogas; depressão; ...)? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? \_\_\_\_\_ Qual doença? \_\_\_\_\_

Recebe acompanhamento médico? ( ) sim ( ) não

Há Idoso? ( ) sim ( ) não. Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

Há PPD's? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? \_\_\_\_\_

Qual deficiência? \_\_\_\_\_

Possui filhos? ( ) sim ( ) não. Se sim, quantos? \_\_\_\_\_ Quantos filhos moram em casa? \_\_\_\_\_

Algum integrante da família participou ou participa de algum grupo, oficina, oferecido pelo CRAS? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? \_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Algum integrante da família é atendido por outros serviços da Rede Socioassistencial? ( ) sim ( ) não. Se sim, quem? Em que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANOTAÇÕES/OBSERVAÇÕES**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Na sequência, a Figura 6 apresenta a terceira parte da Ficha onde são anotados os membros da família com informações sobre data de nascimento, escolaridade, gênero, profissão, entre outros. Cada família deve estar cadastrada no CRAS onde está vinculada através da Ficha de Cadastro. Todos os atendimentos só acontecem mediante o acompanhamento da Ficha.

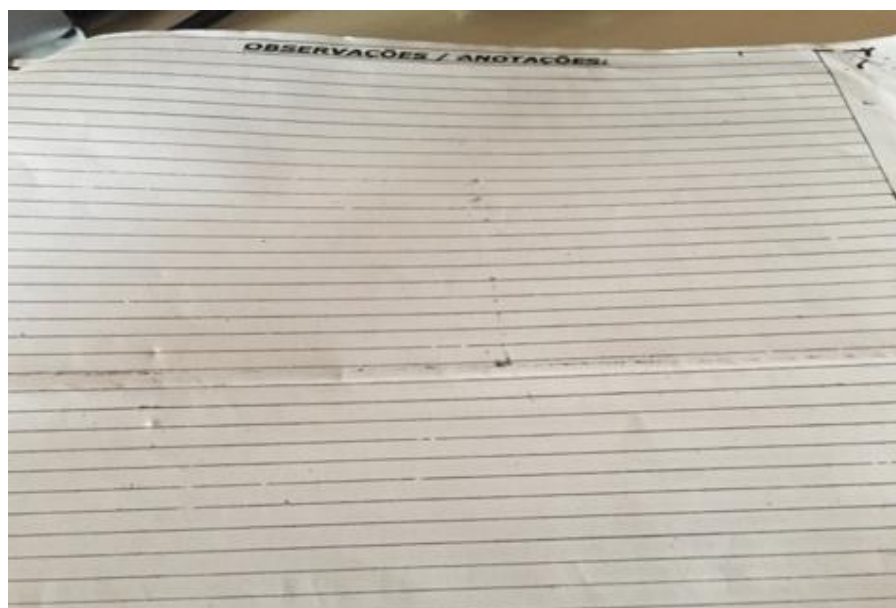
**Figura 6- Membros da Família**

INTEGRANTES DA FAMÍLIA QUE RESIDEM NA CASA:	DATA DE NASCIMENTO	PROFISSÃO	RENDA	MEMBROS DA FAMÍLIA:							
				TRABALHO FORMAL/INFORMAL	SEXO	ETHIA	PARENTESCO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	ESCOLA	FREQUENTE SIM OU NÃO	

A última folha da Ficha de Cadastro no CRAS, apresentada na Figura 7, reserva um espaço para observações e anotações onde serão colocadas todas as informações dos acompanhamentos, atendimentos, visitas e benefícios da família.

**Figura 7 - Espaço reservado para Anotações na Ficha**

OBSERVAÇÕES / ANOTAÇÕES:



Normalmente estas fichas ficam armazenadas em pastas dentro de armários e a cada atendimento devem ser encontradas e encaminhadas ao técnico que irá proceder ao atendimento.

Quando o usuário busca o atendimento no CRAS, a Ficha é a fonte de informação e deve acompanhar todo e qualquer procedimento. A ficha desenvolvida pela SAS substitui o Prontuário Suas no município.

O MDS desenvolveu e fornece o Prontuário Suas<sup>30</sup> desde 2012 e, a partir de 2015, o prontuário foi disponibilizado eletronicamente. O Prontuário Eletrônico<sup>31</sup> pode ser acessado mediante o cadastro no SAA<sup>32</sup>. Após o cadastro o técnico poderá acessá-lo através de uma área restrita onde é obrigatório informar o número do CPF e a senha do técnico.

O Prontuário SUAS tem o objetivo de fornecer às equipes técnicas dos CRAS um instrumento nacional padronizado para efetuar o registro das informações pertinentes ao atendimento do usuário e do trabalho social com as famílias, principalmente aquele realizado na esfera do PAIF. Padronizar os registros sobre o acompanhamento das famílias auxilia na sistematização e organização das informações que são vitais para o bom andamento do trabalho.

A padronização dos registros sobre o acompanhamento das famílias contribui para a organização e sistematização das informações primordiais ao trabalho social desenvolvido, também sendo importante instrumento para a gestão dos dados que fornecem subsídios para o monitoramento e a avaliação das ações e serviços oferecidos nos territórios.

Para a Vigilância Socioassistencial o Prontuário possibilita informações consolidadas sobre o serviço de acompanhamento familiar ofertado nos CRAS, estas informações sistematizadas possibilitam um diagnóstico sobre o perfil das famílias que estão inseridas no PAIF.

O CRAS2 efetua o preenchimento da Ficha de Cadastro, apresentada na Figura 8 acima, por ser este um documento obrigatório solicitado pela SAS.

---

<sup>30</sup>Modelo disponibilizado pelo MDS em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/PRONTUARIOSUASMDS.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/prontuario/>> Acesso em: 30 out. 2017

<sup>32</sup>O SAA (Sistema de Autorização e Autenticação) é responsável pela gestão do acesso a Rede Suas e de outros aplicativos.

Quando o usuário procura atendimento no CRAS pela primeira vez, este é informado que deverá efetuar o preenchimento da Ficha de Cadastro para que possa ser atendido. Após o preenchimento o usuário é informado que também é necessário se deslocar até a SAS para efetuar o cadastro no Cadúnico, neste momento é feito o agendamento do dia e horário para que o mesmo se desloque até a Secretaria para o atendimento.

Existe um número de fichas limitado para agendamento do cadastro do usuário na SAS, cada CRAS faz este controle manualmente. Se porventura o CRAS enviar um número maior de fichas o usuário não será atendido na SAS.

No encontro do dia 19 de agosto fui recebida pela assistente social que estava fazendo um levantamento nas pastas das famílias atendidas no PAIF. Em conversa, me foi relatado que estava sendo feito por ela um levantamento das famílias cadastradas no PAIF. Conforme relato, não existe um controle mais efetivo sobre a quantidade de famílias atendidas no programa, sendo constatado em visitas domiciliares que algumas famílias que entraram no PAIF em algum momento ainda estavam cadastradas no programa, porque não tinham sido informadas do seu desligamento. No CRAS estava ocorrendo uma força-tarefa para atualizar o cadastro de famílias atendidas pelo programa, a qual envolveu todos os assistentes sociais.

Esta força-tarefa, conforme relatado consiste em visitar todas as famílias que estavam cadastradas no PAIF e a partir dessas visitas domiciliares confirmar as condições da família para identificar quais deveriam continuar no programa e quais deveriam ser retiradas do cadastro.

Questionei sobre as informações que deveriam estar no Cadúnico e fui informada que para serem atendidas pelo PAIF as famílias não necessitam estar cadastradas no Cadúnico. As informações sobre o PAIF estão na Ficha de Cadastro do CRAS e se estivesse disponível constariam no Prontuário Suas.

De acordo com a assistente social, não existe uma normatização dos tipos de atendimentos que devem ser efetuados pelo CRAS, o que gera muito retorno dos usuários aos CRAS.

Conforme relato, os CRAS não recebem da Secretaria o número do NIS, sendo o usuário o responsável por esta informação quando retorna para



atendimento. De posse desta informação, o número de NIS é anotado na Ficha de Cadastro no CRAS.

Na visita do dia 05 de setembro acompanhei o fechamento do relatório mensal dos dados solicitados pela Secretaria, conforme Figura 8, apresentada abaixo.

No CRAS existe um caderno preto onde são anotados todos os atendimentos diários. A partir dessas anotações, a técnica ao final de cada mês busca todas as Fichas de Cadastro no CRAS que estão organizadas em um fichário para compor o Relatório de Atividades Mensal.

Este CRAS também utiliza o “Tabelão” apresentado na Figura 4. Desta forma a técnica-administrativa de posse das fichas efetua o preenchimento do Tabelão e conseqüentemente preenche as informações solicitadas no Relatório mensal. O Relatório mensal é um procedimento exigido por parte da Secretaria para todos os CRAS. Ele deve ser enviado até o dia 05 do mês subsequente. A Figura 8 abaixo apresenta o Relatório Mensal de Atividade- RMA.

**Figura 8– Relatório mensal de atividades por CRAS**

The image shows a handwritten monthly activity report form for a CRAS. The form is titled "RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES" and includes the following sections and data:

- Seção 1 - Famílias em acompanhamento pelo PAIF**

1.1	Taxa de famílias em acompanhamento pelo PAIF	53
1.2	Das famílias inscritas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	04
1.3	Famílias em acompanhamento de sistema público	03
1.4	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em acompanhamento de responsabilidades	02
1.5	Famílias com membros beneficiários do SUS	---
1.6	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	---
1.7	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de abandono	---
- Seção 2 - Atendimento individualizados realizados no CRAS**

2.1	Total de atendimentos individualizados realizados, no mês	192
2.2	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	35
2.3	Famílias encaminhadas para situação cadastrado Cadastro Único	04
2.4	Famílias encaminhadas para acesso ao SUS	04
2.5	Famílias encaminhadas para o CRAS	04
2.6	Outros atendimentos realizados	02
- Seção 3 - Atendimento coletivos realizados no CRAS**

3.1	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	219
3.2	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	---
3.3	Crianças/ adolescentes de 7 a 17 anos em Servi. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	62
3.4	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	---
3.5	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos	---
3.6	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	---
3.7	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	03

The form also includes a signature line for the "Coordenador" and a date field.

De posse dos RMAs encaminhados por todos os CRAS para a Secretaria acontece o preenchimento dos sistemas de informação disponibilizados pelo MDS e que atualmente são de responsabilidade do setor de planejamento. Tal preenchimento acontece conforme relato no diário de campo de pesquisa apresentado no capítulo 4 ítem 4.2.

De acordo com a atendente, os RMAs serão utilizados para o preenchimento do Relatório Trimestral, juntamente com outras informações armazenadas de forma manual pelo CRAS.

O CRAS3 tem um computador, mas não tem internet e nenhum acesso aos sistemas da Rede Suas, tão pouco às informações do Cadúnico. Todas as dúvidas e esclarecimentos são realizados via telefone com o MDS, SAS e Secretaria de Educação. A técnica de referência me informou que existe todo um controle manual através de fichas, planilhas e relatórios que auxiliam no andamento do trabalho.

O fechamento é efetuado pela técnica-administrativa a cada mês e enviado para a Secretaria, conforme já citado anteriormente.

Eles utilizam uma ficha que foi criada de forma socializada juntamente com outros CRAS para auxiliar no acesso às informações e controle dos atendimentos, conforme apresentado na Figura 4.

Mediante o preenchimento da Ficha Cadastral e efetuada a avaliação pelos assistentes sociais ou psicólogos os usuários são encaminhados para atendimento.

Tanto o fluxo de preenchimento da Ficha quanto os direcionamentos acontecem como já foram descritos anteriormente. Podemos perceber que existe um fluxo que mesmo sem estar descrito em documento oficial obedece a certa ordem devido aos documentos exigidos pela SAS, que são: Ficha de Cadastro no CRAS, Relatório Mensal de Atendimentos do CRAS onde todos os atendimentos do mês são somados por categorias e tipos, e o Relatório Trimestral.

O Relatório Trimestral, apresentado na Figura 9, se utiliza dos dados dos relatórios mensais sendo preenchido a cada trimestre – março, junho, setembro e dezembro. Este relatório apresenta informações quantificadas dos atendimentos nos CRAS no trimestre. O Relatório Trimestral é dividido em quatro partes, a primeira que diz respeito aos Dados Quantitativos, a segunda

aos atendimentos no trimestre, a terceira diz respeito à Renda Familiar e quarto e último aos encaminhamentos realizados.

Na área de Dados Quantitativos é informado o número total de cadastros no CRAS e o número de indivíduos que frequenta o SCFV. A área Atendimentos no Trimestre é reservada para informações de famílias atendidas que têm nos seus membros beneficiários do PBF, BPC, número de famílias atendidas que possuem crianças no PETI, bem como números de famílias que exercem atividade de catador/reciclagem e quantidade de indivíduos com deficiência e idosos atendidos no domicílio.

Neste relatório também constam informações sobre o tipo de demanda de atendimento das famílias, se espontânea ou por busca ativa, e o número de famílias atendidas através de encaminhamentos da rede socioassistencial, demais políticas públicas ou de outros setores, bem como o número de documentos elaborados, tais como, pareceres e relatórios de acompanhamento.

Também constam neste relatório informações sobre a Renda Familiar das famílias. Neste espaço estão quantificadas as famílias por faixa de renda conforme critérios apresentados abaixo.

- Sem rendimento
- Até 1 SM
- Entre 1 e 2 SM
- Entre 2 e 3 SM
- Entre 3 e 5 SM
- Sem informação

Na última parte do relatório estão as informações referentes aos encaminhamentos realizados no CRAS e para onde estes encaminhamentos foram realizados, conforme a seguinte divisão: Serviço de Proteção Básica Social, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Acesso ao PRONATEC, Outras Políticas Setoriais e Outros Serviços.

Figura 9 - Relatório Trimestral encaminhado para a SAS

DADOS QUANTITATIVOS		
Total de cadastros do CRAS		4104
Total de indivíduos que frequentam o SCVV		81
ATENDEMENTOS NO TRIMESTRE (quantificar a família apenas 1 vez ao mês)		326
Total de famílias atendidas		02
de famílias atendidas que possuem crianças no PEI		104
de famílias atendidas beneficiárias do PIP		41
de famílias atendidas que possuem atividade de cadastramento		00
de famílias atendidas que são beneficiárias da Proteção Cidadã (PC)		244
de famílias com Deficiência e Idosos atendidos no domicílio		11
de famílias atendidas por demanda espontânea		01
de famílias atendidas por demanda por busca ativa		01
de famílias atendidas por encaminhamento de rede socioeconômica		06
de famílias atendidas por encaminhamento das demais políticas públicas		06
de famílias atendidas por encaminhamento de outros setores		07
de documentos elaborados, tais como Planos Relatórios de Acompanhamento		06
RECEITA FAMILIAR		
sem rendimento	36	Entre 1 e 2 SM
até 1 SM	234	Entre 2 e 3 SM
entre 1 e 2 SM	68	Sem informação
ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS AO		394
Serviço de Proteção Social Básica, Cite: CAPS, CAS UNICO, REU POPULAR,		
PLANO SOCIAL (SACIA, DOUÇURAS, BOZAS)		16
Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, Cite: CONHEÇO FAMILIA,		
DEPENDENCIA JUVENIL, M.P., UREPIS		00
Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Cite:		00
Acesso ao PRONATEC		
Outras Políticas Sociais, Cite: MATERNIDADE, SAÚDE, CAPS,		
Outros Serviços, Cite:		

Secretaria Municipal de Justiça Social e Superação  
Departamento de Planejamento e Monitoramento  
Rua Municipal Desobedi 404 - Telefone: (11) 1308 3442  
E-mail: 0422@secretariadefamilia.com.br

Estes dados tornam-se dados de entrada que alimentarão os sistemas da Rede Suas pelo Gestor do Planejamento. Eles são inseridos manualmente pelo gestor por não terem os CRAS acesso aos sistemas disponíveis e ao prontuário eletrônico.

Como o CRAS não tem acesso aos dados do CadÚnico e aos outros sistemas da Rede Suas, os profissionais necessitam criar mecanismos para auxiliar no preenchimento dos relatórios acima.

O CRAS3 conta com vários grupos que atendem crianças, idosos e a comunidade em geral como ações do SFVC. Também desenvolve o PAIF e encaminhamentos para os demais serviços disponibilizados na rede.

Durante o período de tempo que estive presente neste CRAS foi possível constatar que se trata de um espaço de grande vulnerabilidade. Conforme relatos, por vezes acontecem tiroteios nos arredores, o que causa insegurança e pânico em todos os que ali estão.

Em todos os dias que estivemos presentes foi possível observar um grande número de usuários desenvolvendo atividades diversas. Este CRAS

conta com um espaço próprio em local de fácil acesso aos membros da comunidade. Percebemos que a comunidade tem um vínculo muito forte de pertencimento.

Durante as visitas no CRAS4, conversei com a coordenadora que me levou para uma visita aos espaços físicos disponíveis, após fui apresentada à assistente social que estava no local efetuando os atendimentos.

Nesse primeiro encontro me apresentei e expliquei o projeto e os objetivos que me levaram até o CRAS. A coordenadora me informou que aquele CRAS não dispunha de computadores, nem internet.

Pude acompanhar a educadora (que estava substituindo a técnica, pois esta estava em reunião na Secretaria) no atendimento aos usuários.

Quando o usuário chega são feitas perguntas de rotina:

- Se o usuário já esteve no CRAS ou se já tem cadastro;
- Se tem cadastro e se sabe o número;
- Se o usuário sabe o número do NIS;
- Se existe cadastro em que data aproximada este cadastro foi realizado.

Cada uma das perguntas acima remete a um tipo de ação por parte da atendente. Quando o usuário acessa o CRAS pela primeira vez é feito o cadastro através da Ficha de Cadastro, conforme Figura 4. Se o usuário já tem cadastro e sabe o número a atendente busca a ficha e agenda o atendimento com a psicóloga ou assistente social dependendo de cada caso.

Caso o usuário tenha cadastro, mas não saiba o número, a atendente questiona se ele sabe aproximadamente a data do cadastro, pois essa informação poderá auxiliar na busca. De posse das informações a atendente procura em uma pasta onde são registrados todos os cadastros efetuados em um período de tempo, ordenados de forma sequencial, onde constam o nome do usuário, seu número de cadastro no CRAS e a data do cadastro. Através dessas informações disponíveis na pasta é feita uma busca pelo nome do usuário e, conseqüentemente, o número da ficha é conhecido. De posse desse número a atendente separa a ficha e procede o encaminhamento.

Quando após os questionamentos e a busca do número da ficha a atendente não encontrar os dados, e se o usuário afirmar que já tem cadastro, o atendente o encaminha para o Cadúnico para verificar seu cadastro e solicitar uma ficha resumo onde conste os dados e o número do NIS.

Se porventura o usuário não estiver cadastrado no Cadúnico, quando retornar ao CRAS a ficha cadastral é preenchida.

Conforme norma percebida nos outros CRAS, a atendente reforça que o atendimento/encaminhamento só é realizado após o preenchimento da ficha cadastral disponibilizada pela SAS, “Ficha de Cadastro do CRAS”.

Após o cadastro efetuado no CRAS uma pasta com os Cadastros Novos é encaminhada para o Cadastro Único para retornarem com o número do NIS

A seguir apresentaremos o fluxo de atendimento no CRAS.

### **Fluxo de Atendimento do CRAS**

1º - Cadastro (gera um número sequencial anotado em uma planilha);

2º - A atendente gera um número em outra planilha para acompanhamento do número de atendimentos ocorridos no dia/mês;

3º - Cada pessoa recebe o seu número de cadastro no CRAS (em um pedaço de papel) para facilitar a busca no CRAS quando essa pessoa retornar ao atendimento;

4º - A atendente inicia o preenchimento da “Ficha de Cadastro do CRAS”<sup>33</sup>— o preenchimento é lento, todas as questões são lidas pela atendente e respondidas pelo usuário, quando o usuário não está seguro quanto à questão a atendente explica e dá exemplos;

5º - Após o preenchimento da ficha pela técnica o usuário é obrigatoriamente encaminhado para a assistente social ou psicóloga;

6º - O assistente social/psicólogo faz avaliação da ficha e da situação do usuário e efetua o encaminhamento; Cadastro único, PBF, Baixa Renda de Luz, Baixa Renda da Água ou outros encaminhamentos;

7º - O assistente social/psicólogo após as anotações na ficha a entrega para a atendente para que seja colocada no arquivo.

O CRAS recebe um número específico de fichas por semana para encaminhar os usuários à Secretaria para proceder o registro no Cadastro Único, conforme procedimento constatado em todos os outros. Quando do encaminhamento do usuário ao Cadastro Único a ficha que foi preenchida não é considerada, sendo de uso exclusivo dos CRAS.

---

<sup>33</sup> Conforme etapas descritas anteriormente apresentadas no item CRAS 1 nas Figuras 5,6,7 e 8.

O usuário recebe a informação do dia e horário que deverá comparecer a SAS em setor específico do Cadastro Único para efetuar o cadastro munido dos documentos informados que são: CPF, Título de Eleitor, RG, Carteira de Trabalho, Comprovante de Endereço e todos os documentos dos membros da compõem a família para que seja procedido o ingresso no sistema.

O Cadastro Único não se utiliza das informações contidas na “Ficha de Cadastro do CRAS”, pois é de uso exclusivo dos CRAS. No Cadastro Único é efetuado um novo cadastro que utiliza **Formulário Principal de Cadastramento**<sup>34</sup>, conhecido como Caderno Verde. Este instrumento é básico para a coleta de informações sobre a família e está dividido em dez blocos relativos à investigação da família, do domicílio e de cada um de seus componentes. É utilizado para a coleta de dados de novas famílias, bem como para a atualização das informações cadastrais já incluídas no Cadastro Único.

Para dar conta de todos os procedimentos que deve atender e as informações que devem ser encaminhadas para a SAS, o CRAS desenvolveu uma série de instrumentos que tem a função de registrar, armazenar e agilizar o atendimento. Existem várias pastas e controles que facilitam e viabilizam a operacionalização do atendimento.

- Pasta de cadastros novos que deve ser encaminhada para o Cadastro Único e que deve retornar com o número do NIS de cada usuário;
- Tabela com atendimentos diários que será utilizada para elaborar relatórios mensais e trimestrais que devem ser enviados à Secretaria;
- Pasta indexada pelo nome em ordem alfabética para facilitar busca pelo número de cadastro do usuário, a qual deverá ser atualizada constantemente pelo atendente.

Este CRAS, assim como os demais, não tem acesso ao sistema do CadÚnico. Quando da necessidade de alguma informação urgente, o atendente entra em contato com o responsável pelo CadÚnico na Secretaria por ligação telefônica.

Para realizar o fechamento mensal, o RMA, as planilhas de atendimento diárias são utilizadas para efetuar a contagem dos atendimentos por tipo, categoria, entre outros. Os RMAs preenchidos servem de subsídio para o

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/a-gestao-do-cadastro/processo-de-cadastramento/formularios>>. Acesso em: 02 out 2017

preenchimento do Relatório Trimestral que também é uma exigência da Secretaria.

Quando estive no CRAS5, conversei com a Coordenadora e fui apresentada às dependências e ao corpo técnico. Nesse dia fui informada que o Cadastro Único era realizado na Secretaria e que eles não tinham acesso aos livros nem ao sistema.

O CRAS desenvolve atividades de PAIF e SCFV que acontecem diariamente nas comunidades de sua abrangência.

Nesse momento tive acesso ao mapa com a área de abrangência do CRAS. Questionei o tamanho da mesma, pois me surpreendi com a dimensão geográfica, e fui informada pela assistente social que existe uma área que não está mapeada, embora vários usuários sejam atendidos e encaminhados. O fluxo para acesso ao CRAS é o mesmo relatado nos demais.

Os dados são organizados e contabilizados para gerar estatísticas manuais e para o preenchimento dos Relatórios Mensais de Atividades e Relatório Trimestral.

No caso do CRAS5 são contados os atendimentos registrados no formulário apresentado na Figura 10 e separados por tipo conforme legenda apresentada reproduzida abaixo. Essa tarefa é desempenhada pela técnica-administrativa que tem a responsabilidade de preencher os relatórios mensais e trimestrais. Esse CRAS não utiliza o “Tabelão” apresentado anteriormente.

**Figura 10 - Planilha de contagem dos atendimentos mensais**

TABELÃO MENSAL 7/2016

Nº total de cadastros do CRAS		
Nº de indivíduos que frequentam o SCFV		
Nº total de famílias atendidas (QUANTIFICAR A FAMÍLIA APENAS 1 VEE AO MÊS)		63
Total de atendimentos individualizados realizados no mês (PSE)		72
Nº de famílias atendidas que possuem crianças no PEI		32
Nº de famílias atendidas que exercem atividade de cativeiro/trabalho		3
Nº de indivíduos atendidos que são beneficiários do BPC		4
Nº de indivíduos com deficiência e idosas atendidas no domicílio		17
Nº de famílias atendidas por demanda espontânea		
Nº de famílias atendidas por busca ativa		
Nº de famílias atendidas por encaminhamento da rede socioassistencial		
Nº de famílias atendidas por encaminhamento das demais políticas públicas		1
Nº de famílias atendidas por encaminhamento de outros setores		2
Nº de documentos elaborados (parecer, relatório de acompanhamento...)		
RENDIMENTO FAMILIAR		
Sem rendimento	<input type="checkbox"/>	De 2 a 3 SM
Até 1 SM	<input type="checkbox"/>	De 3 a 5 SM
De 1 a 2 SM	<input type="checkbox"/>	Sem informação
ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS AO (colar rótulo)		
PSB	<input type="checkbox"/>	Incluído cad. único
PSE (Média)	<input type="checkbox"/>	BPC
PSE (Alta)	<input type="checkbox"/>	CRAS
Promotec	<input type="checkbox"/>	Visitas domiciliares
Outras políticas setoriais	<input type="checkbox"/>	Atividades cadastradas
Outros serviços	<input type="checkbox"/>	Atividades
Outras políticas setoriais	<input type="checkbox"/>	Atividades
Outros serviços	<input type="checkbox"/>	Atividades



Existe também um formulário de Acompanhamento de Usuários onde constam os dados do CRAS, Serviço, Nome do Usuário, NIS e Situação Prioritária.

Em conversa com o corpo técnico, fui informada que o CRAS5 conta com um computador e acesso à internet (não é estável). A psicóloga me explicou o acesso ao Sistema SIGPBF<sup>35</sup>- Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família. Tais sistemas já haviam sido acessados anteriormente por parte de uma servidora que não se encontra mais lotada na unidade, mas que repassou o seu login e senha para acesso às informações disponibilizadas pelos sistemas.

Quando o CRAS tem internet é possível acessar através do NIS ou documento de identidade a situação do usuário no programa. É possível ter acesso aos dados do usuário, advertências quanto às condicionalidades, bloqueios, suspensão do benefício, entre outros. O relato dos profissionais é de que esse acesso auxilia muito quando o usuário chega ao CRAS buscando informações sobre os benefícios.

Tive a oportunidade de acompanhar o fechamento do mês e a organização dos relatórios mensais para a SAS. Dentre eles:

- Relatório de Efetividade dos funcionários;
- Contagem dos Atendimentos que estão registrados em planilha, onde o controle é feito por traços colocados nos dias conforme tabela apresentada na Figura 11. Cada cor de traço define o tipo de serviço. Também existe na sala de reuniões um quadro, conforme Figura 12, abaixo, com uma legenda para cada cor.

A equipe criou seu próprio mecanismo de registro de dados para o preenchimento dos relatórios e controle de atendimento. Conforme é possível

---

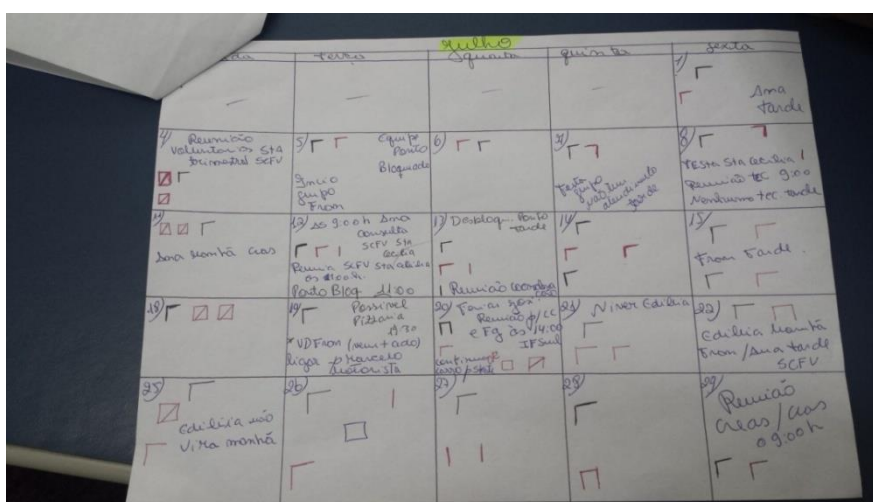
<sup>35</sup> O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - (SIGPBF), possibilita a disponibilização de dados atualizados das equipes que participam da gestão do Programa nas três esferas de governo, e também permite ao gestor ou coordenador acompanhar as informações de sua adesão e fornece instrumentos de dados de gestão do MDS, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Este Sistema torna mais ágil o processo de comunicação dos gestores e coordenadores com o MDS. O SIGPBF está integrado ao Sistema de Condicionalidades (SICON). Fonte: GUIA DE NAVEGAÇÃO INTEGRAÇÃO SIGPBF COM O SISTEMA DE CONDICIONALIDADES (SICON) VERSÃO 2.0

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Guias\\_Manuais/GuiaNav\\_App\\_integracaoSicon.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/GuiaNav_App_integracaoSicon.pdf)>. Acesso em 30 out 2017.

constatar existe uma tabela com o calendário do mês de exercício. Em cada dia são informados os atendimentos através de marcações em formato de “palito” em cores diferentes, segundo uma legenda criada e utilizada pela equipe e apresentada na Figura 11.

Neste instrumento também constam informações sobre reuniões e deslocamentos da equipe técnica, bem como alguma informação relevante para o trabalho a ser desempenhado.

**Figura 11 - Controle dos atendimentos CRAS5**



Legenda

Alimentação		traço preto
Atualização		traço vermelho
Habitação		traço azul
Cadastro		traço azul

O CRAS5 efetua o preenchimento do Relatório Mensal de Atendimentos – RMA, conforme apresentado na Figura 8.

Este Relatório é dividido em “categorias”, sendo que a parte inicial diz respeito à identificação do CRAS: Nome da unidade; Endereço, Município.

Na sequência existem Blocos para cada categoria/tipo de atendimento.

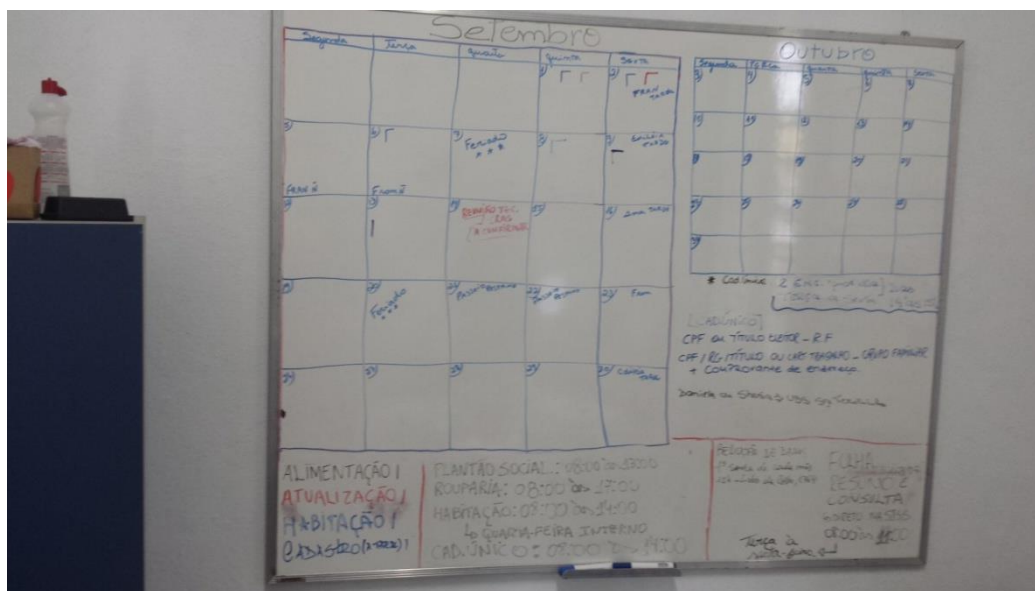
**Bloco 1 – Famílias em acompanhamento pelo PAIF** – Este subdividido em dois subitens A-Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF e B-Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF no mês referência.

**Bloco 2 – Atendimentos individualizados realizados no CRAS**

**Bloco 3 -Atendimentoscoletivos realizados no CRAS**

Na sala de reuniões está disponibilizado um quadro com todas as atividades e andamentos definidos para o mês, o qual auxilia o andamento de todo o trabalho, pois apresenta as atividades desenvolvidas por dia da semana e com informação de quem será o responsável. Todos têm acesso a essas informações e essa foi a forma que o grupo encontrou para que todos os envolvidos tivessem acesso às informações sobre os atendimentos realizados, visitas e deslocamentos dos técnicos, bem como conta também com várias informações importantes acerca dos serviços disponíveis na rede. O quadro está reproduzido próxima figura.

**Figura 12 - Quadro com as atividades realizadas por dia**



Os técnicos e a coordenadora não conhecem o fluxo da informação após a entrega dos Relatórios para a SAS e nem quais são as pessoas e setores responsáveis pela informação após a entrega.

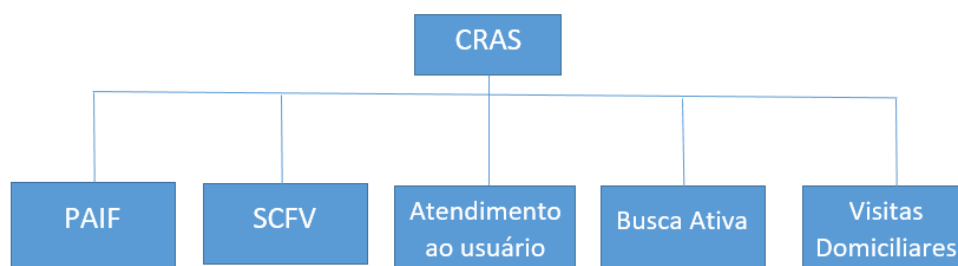
Conforme a coordenadora, não existe nenhum retorno por parte da SAS de informações consolidadas tomando por base os dados encaminhados. Os dados entregues não se transformam em informação, e não existe retorno de nenhum tipo de relatório com informações sistematizadas nem através de ações que devem ser executadas na busca de atender demandas.

A observação participante proporcionou o conhecimento sobre as atividades desenvolvidas nos CRAS do município, bem como possibilitou o contato direto com a prática profissional desenvolvida e seus limites e possibilidades.

Após a observação participante realizada nos CRAS foi possível entender o funcionamento e conhecer as atividades desempenhadas.

Os CRAS desenvolvem atividades previstas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, conforme a Figura 13 abaixo. Todos os CRAS desenvolvem atividades de Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Atendimento ao Usuário, Busca Ativa e Visitas Domiciliares.

**Figura 13 - Atividades desenvolvidas nos CRAS**



Elaborado pela autora

O atendimento ao usuário foi a atividade, conforme observação, que mais demanda informações disponibilizadas pelos sistemas da REDE Suas e que tem impactado mais no desempenho das atividades dos técnicos nos CRAS. O atendimento está diretamente vinculado ao Cadastro Único, sendo esta uma das questões que mais dificultam a realização das atividades por serem deficitárias com relação ao acesso às informações dos usuários. Conforme Resolução CTI Nº 09, de 25 de junho de 2012, em Quadro 6 – Resoluções CIT referentes à Vigilância Socioassistencial.

Art. 6º - Compete aos Órgãos Gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais, por meio da organização das respectivas áreas de Vigilância Socioassistencial, utilizar os dados e informações do Cadastro Único, disponibilizados por meio do CECAD.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de coleta de dados e informações que tem como objetivo identificar todas as famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo per capita ou de três salários-mínimos no total, vinculando o acesso a todos os benefícios sociais ao cadastramento das famílias e, conseqüentemente, à existência do Número de Inscrição Social (NIS). Por isso, tanto o Programa Bolsa Família (PBF), como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais benefícios

socioassistenciais, somente são disponibilizados após o preenchimento da ficha cadastral que é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social dos municípios.

Normalmente o cidadão poderá efetuar sua inclusão no Cadastro Único através dos CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, mais próximo de sua residência ou em local definido pelo órgão responsável pela assistência nos municípios. O Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico–CECAD <sup>36</sup> possibilita o conhecimento das características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, renda, trabalho, entre outros), bem como identificar quais são as famílias beneficiadas pelo Programa de Bolsa Família (CECAD,2016).

Entretanto, o CadÚnico tem a tarefa de contribuir para a viabilização de diversos programas sociais, e não somente do PBF, destinados aos mais pobres, funcionando como um espaço centralizador de informações relacionadas às famílias de baixa renda em todo o território brasileiro, "o que em tese, possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias pobres nos municípios" (MENEZES, 2012, p.5).

A centralidade de dados das famílias mais pobres só é possível pelo uso das Tecnologias de Informação, destacando-se, assim, sua importância para a inserção destas em programas sociais que possam garantir condições de viver com dignidade, acessando serviços que possam romper as situações de vulnerabilidade existentes no núcleo familiar.

O Sistema Único de Assistência Social (Suas), aprovado em 2004, se configurou como um grande desafio, nos diferentes níveis de gestão (união, estados e municípios), na medida em que se propõe a disponibilizar para toda a população os serviços socioassistenciais previstos em Lei.

O atendimento do usuário nos CRAS tem no preenchimento da ficha cadastral um dos principais instrumentos de trabalho. No período em que a

---

<sup>36</sup>Através do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias, acessando informações de todo o núcleo familiar, características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família. As informações no CECAD podem ser acessadas por meio de Tabulação Cruzada de variáveis, Frequência Simples ou Busca por Nome ou NIS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>>. Acesso em 30 out 2017

observação participante foi realizada não existia nenhum CRAS com o Cadastro Único. No momento da realização das entrevistas constatamos que atualmente apenas um CRAS tem o Cadastro Único na sede e o mesmo é muito recente. De acordo com a coordenadora, tal cadastro tinha sido implantado há aproximadamente um mês.

O Cadastro Único no CRAS funciona de forma autônoma, não tendo a coordenadora nenhuma interferência no desenvolvimento do trabalho. A atividade de preenchimento da Ficha Cadastral de forma manual ainda acontece.

A Figura 14 descreve o fluxo do atendimento ao usuário efetuado nos Centros de Referência de Assistência Social. Essa atividade, conforme identificada através da observação participante é a que mais demanda tempo e gera insatisfação tanto nos usuários quanto nos técnicos.

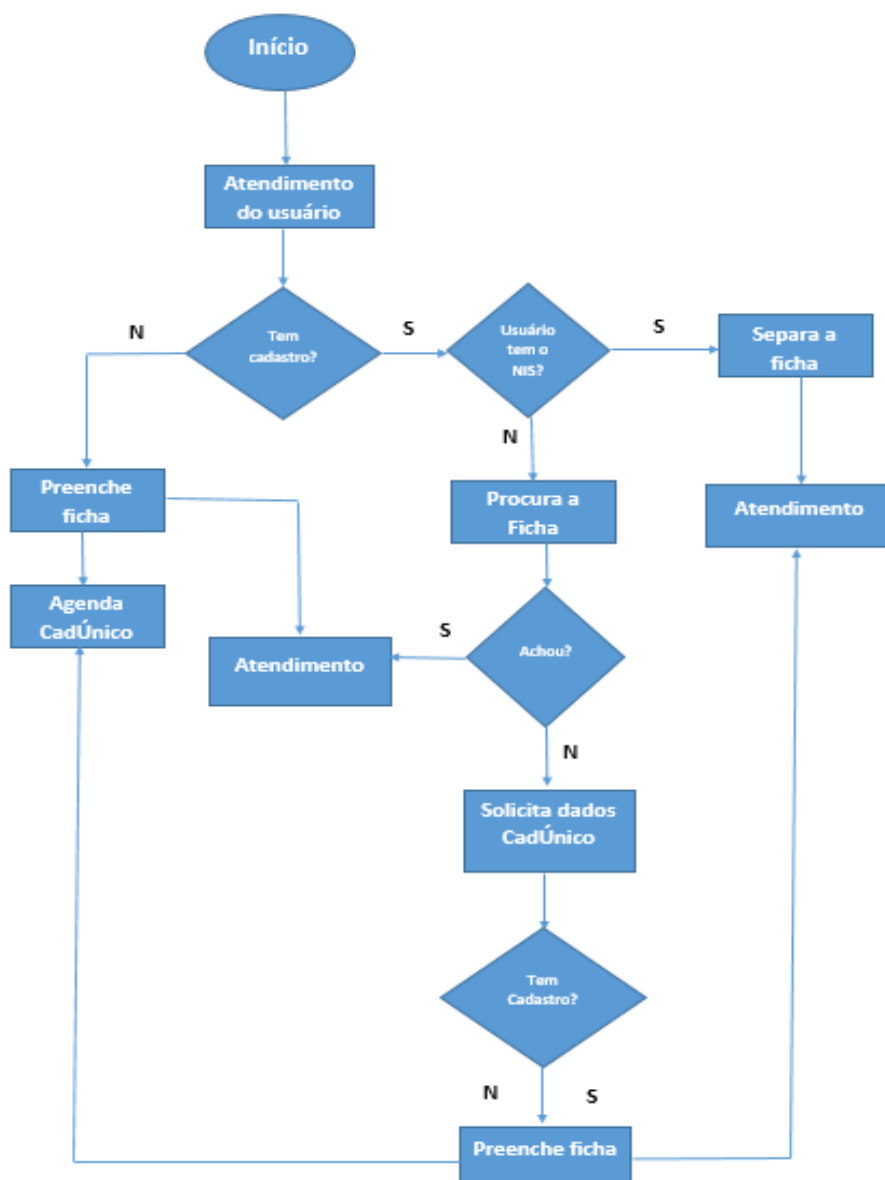
A cada atendimento existe uma série de questionamentos que definem o fluxo de trabalho que deverá ser contemplado para que o usuário possa acessar o sistema.

Um dos entraves constatados aqui é a falta de informações claras e rápidas sobre a situação do usuário, que muitas vezes fornece informações confusas e incorretas o que gera um retrabalho para a atendente. Existem casos em que o usuário não sabe se já tem ficha ou esqueceu o número que lhe foi entregue no momento do cadastro da Ficha no CRAS. Esse número é diferente do NIS gerado no CadÚnico, o NIS quando solicitado e retornado da Secretaria é colocado na Ficha pelo atendente. Não foi possível identificar um padrão para esse procedimento - em alguns casos o próprio usuário informa o NIS, em outros casos o CRAS envia uma pasta com os cadastros para o CadÚnico que retorna com o NIS, e em outros casos esse acesso se dá através de contato telefônico e atualmente por *whatsapp*.

Foi possível, com a ida aos CRAS, identificar a rotina de atividades dos técnicos de referência, compreender o funcionamento e a operacionalização das tarefas desenvolvidas, o que permitiu conhecer o fluxo de trabalho dos técnicos de referência no desenvolvimento das suas funções.

Apresentado a seguir, na Figura 14, o fluxo do Atendimento do Usuário que ocorre nos cinco CRAS avaliados.

Figura 14 – Fluxo do Atendimento ao usuário efetuado nos CRAS



Elaborado pela autora

Na figura elaborada pela autora, é possível identificar que este fluxo é executado em todos os CRAS, o que difere em alguns casos é a forma como as fichas e informações são armazenadas e os instrumentos utilizados para facilitar a operacionalização do cadastro.

Através da observação participante nos CRAS foi possível entender o fluxo de atividades desenvolvidas, bem como os entraves que dificultam o trabalho dos técnicos. A falta de informações corretas pode demorar dias e até semanas dependendo de cada caso. Quando o usuário perde o benefício ou tem seu benefício alterado ele é encaminhado do CRAS para a SAS, onde

deve solicitar uma ficha resumo ou então agendar atendimento. O processo, além de ser lento, é dispendioso para o usuário que muitas vezes não tem condições de se deslocar até a Secretaria. Na maioria das vezes o CRAS só poderá dar andamento ao processo quando receber o retorno da Secretaria ou quando o usuário entregar a ficha resumo.

Os CRAS não têm um aporte tecnológico (computadores, impressoras, banda larga) que garanta minimamente as suas atividades, muitos têm computadores, mas a maioria não tem acesso à internet e quando ele existe é precário e instável.

Constatamos, através da observação participante, que os CRAS não têm acesso aos sistemas de informação disponibilizados pelo MDS, a única exceção é o CRAS5, que tem acesso ao SIGPBF, mas fica restrito ao funcionamento da internet.

Os CRAS não utilizam o Prontuário SUAS nem têm acesso ao Prontuário Eletrônico e aos dados do Cadúnico, que são disponibilizados através CECAD. Através da observação constatamos o quanto a falta de acesso às informações impacta e atrasa o atendimento e a resolução dos problemas do usuário, muitas vezes essa deficiência acarreta e mais problemas.

Através do convívio e dos questionamentos durante a observação participante tomamos ciência de que a SAS não retorna nenhuma informação para os CRAS. Para ter acesso à informação é necessário recorrer às planilhas, relatórios e instrumentos desenvolvidos nos CRAS.



### 5.3 ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A análise documental foi efetuada nas atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Pelotas – CMASPEL, e nos Censos disponibilizados a partir de 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS.

A análise das Atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Pelotas – CMASPEL, foram referentes aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, perfazendo um total de 54 atas. Nessa etapa da pesquisa foram avaliadas as atas do Conselho Municipal das reuniões que ocorrem às segundas-feiras, conforme calendário previamente definido. A incidência do termo “Vigilância Socioassistencial” nas atas estão apresentadas no Quadro 8.

**Quadro 8 - Atas avaliadas onde aparece o termo "Vigilância Socioassistencial"**

<b>Ano</b>	<b>Número de Atas</b>	<b>Período</b>	<b>Termo “Vigilância Socioassistencial”</b>
2014	12	Fevereiro a dezembro	Não
2015	17	Fevereiro a dezembro	Sim
2016	18	Fevereiro a dezembro	Sim
2017	7	Fevereiro a agosto	Não
	<b>54</b>		

A análise ocorreu na busca pelos termos “Vigilância Social” e “Vigilância Socioassistencial”, visto que são as duas possibilidades de se referir ao tema. Constatamos, conforme tabela abaixo, que o termo referenciado em todas as atas, onde foi encontrado, foi o de “Vigilância Socioassistencial”.

Abaixo, o Quadro 9 apresenta os trechos<sup>37</sup> das atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Pelotas - **CMASPEL**, onde os termos foram encontrados e transcritos.

<sup>37</sup>Tradução literal, sem conexão redacional. Para fins deste trabalho, optou-se por não citar os nomes, embora estes constem nas atas. Será utilizado o termo "um conselheiro" em substituição aos nomes.

**Quadro 9 – Atas onde constam o termo “Vigilância Socioassistencial”**

<b>Ano de 2015</b>	
<b>Ata nº 14 de 28 setembro</b> <b>Linhas – 25-30</b>	"um conselheiro" coloca sobre seminário que ocorrerá em Canoas na quarta-feira, dia 30/09, sobre Vigilância Socioassistencial e oito técnicas dos CRAS mostram interesse em ir e solicitam autorização deste conselho, onde será usado o recurso do IGDSuas. A plenária aprova que seja feita Resolução para participação das técnicas, mas com a ressalva que após seminário uma delas venha ao Conselho e coloque sobre o que foi tratado e trabalhado no seminário dando retorno das atividades.
<b>Ata nº 15 de 26 outubro</b> <b>Linhas 62-64</b>	O sr. presidente coloca que solicitará que as assistentes sociais da SMJSS que participaram do seminário de Vigilância Socioassistencial em Canoas venha trazer resultados do seminário ao conselho, conforme Resolução.
<b>Ata nº 16 de 09-novembro</b> <b>Linhas da 13-16</b>	A conselheira " um conselheiro " informa que as Assistentes Sociais que foram ao seminário de Vigilância Socioassistencial em Canoas devido ao comprometimento com os trabalhos que demandaram as enchentes em Pelotas, irão apresentar o resultado do seminário dia 23/11/15, próxima plenária.
<b>Ata nº 17 de 23 novembro</b> <b>Linhas 27-32</b>	O sr. presidente dá as boas-vindas as A.S. e a Coordenadora do CRAS São Gonçalo que irão colocar sobre o 2º Encontro de Vigilância Socioassistencial que ocorreu em Canoas. Estiveram representando Pelotas no evento pela SMJSS as A S AS1 do CRAS Três Vendas, AS2 e a Coordenadora do CRAS São Gonçalo a srª AS3, as mesmas fizeram toda a explanação do encontro e disseram que deste encontro foi elaborado uma carta que foi encaminhada ao MDS para aprimoramento do Suas.
<b>Linhas 32-33</b>	O conselheiro "um conselheiro" coloca sobre o aprimoramento do Suas e como a Vigilância Socioassistencial é importante para o trabalho.
<b>Ano de 2016</b>	
<b>Ata nº 02 de 14 de março</b> <b>Linhas 24-26</b>	Rosaura Espírito Santo, estudante de doutorado da UCPEL estará focando seu projeto na vigilância Socioassistencial, que ainda não existe em Pelotas, e estará participando das plenárias deste Conselho, e aplicando seu trabalho na SMJSS.

Fonte: a autora

Através da análise documental efetuada nas Atas do **CMASPEL**, percebemos que o termo “Vigilância Socioassistencial” é citado apenas nas atas do final do ano de 2015 de forma incipiente. A citação ao termo no ano de 2016 refere-se à apresentação da autora e solicitação para efetuar o trabalho junto ao Conselho.

A análise documental dos Censos, no período de 2012 a 2016, foi realizada nos arquivos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social no portal do Ministério disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.

Os arquivos encontram-se disponíveis em formato compactado. No arquivo disponibilizado encontramos arquivos em formato texto que dizem respeito ao manual de preenchimento e do questionário, e planilhas eletrônicas

onde estão registrados os dados referentes às questões do Censo preenchidas pela pessoa responsável no município.

Utilizando os arquivos disponibilizados é possível fazer o cruzamento das questões com as respostas dadas pelo responsável pelo preenchimento do questionário do município.

Executamos uma pesquisa detalhada nos arquivos observando as questões pertinentes à área da Vigilância e outras consideradas importantes para o trabalho.

O Quadro 10 apresenta um comparativo da Vigilância Socioassistencial do município de Pelotas, referentes aos Censos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016

**Quadro 10 – Dados dos Censos relativos à área de Vigilância Socioassistencial**

<b>Questões</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Vigilância Socioassistencial como área administrativa	Sim, de maneira informal		Sim, de maneira informal	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal
Existe Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social - Suas	***	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
O Município recebeu visitas técnicas do estado na área da Vigilância Socioassistencial	SIM	SIM	NÃO	NÃO	***
Cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município na área da Vigilância Socioassistencial	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	***
O município possui profissional(s) exclusivamente dedicado (s) às atividades de Vigilância Socioassistencial	***	NÃO	Funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, Vigilância Socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico *	SIM **	NÃO
O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Qual a diretriz do Órgão Gestor em relação à implantação/utilização do	***	Não houve diretriz,	Não houve diretriz, deixando a critério livre de	***	***

Prontuário Suas(modelo disponibilizado pelo MDS) nas unidades de CRAS e CREAS		deixando a critério livre de cada CRAS / CREAS	cada CRAS / CREAS		
Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município e das áreas de abrangência dos CRAS	SIM	SIM	SIM	SIM	***
Produção de indicadores relativos a demandas e serviços socioassistenciais	***	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Representante da Vigilância Socioassistencial no município	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

\*Não existe o dado de trabalhadores exclusivamente dedicados à Vigilância

\*\*Conforme Questionário, questões 79 e 80, apenas um profissional

\*\*\*Não existe questão igual ou similar

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDS. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> Acesso em 15/10/2017

#### 5.4 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas durante a primeira quinzena do mês de outubro, conforme agendamento com as coordenadoras dos CRAS. O instrumento utilizado encontra-se no Apêndice A.

Este instrumento de acordo com Minayo (2013) é usado no procedimento de trabalho de campo para recolher informações sobre um tema científico específico. Na pesquisa a entrevista é composta por questões fechadas e abertas organizadas de forma semiestruturada, proporcionando ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre suas experiências relativas ao foco proposto pelo pesquisador.

As entrevistas foram efetuadas com a autorização da SAS apresentada no Anexo A e o agendamento foi realizado com o conhecimento da responsável pela Proteção Social Básica do município. As entrevistas foram agendadas com os coordenadores de cada CRAS em dia e horário definidos por eles.

A cada sujeito entrevistado foi feita uma pequena explanação sobre a pesquisa e a solicitação do preenchimento do Termo de Consentimento,

Apêndice B, reiteramos as questões relativas ao sigilo e a importância da participação de cada um.

Para a pesquisa a entrevista possibilitou conhecer as perspectivas dos técnicos com respeito ao trabalho e atuação no CRAS. As entrevistas traduzem o entendimento, as expectativas, frustrações e anseios dos técnicos de referência dos CRAS. Aproximou o pesquisador da realidade concreta vivida no cotidiano da política de assistência social do município e serviu de informação complementar que teve objetivo de validar os dados obtidos através da observação participante.

Como instrumento auxiliar de pesquisa foi feito o uso de um gravador com o devido aceite do entrevistado. A transcrição das entrevistas foi executada mantendo a fala original dos TCNs com a finalidade de garantir a fidedignidade das explicações, pausas, silêncios, reflexões, objetividade e espontaneidade.

## 6. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Segundo as orientações técnicas da vigilância em relação ao modelo de atenção do SUAS, a vigilância tem o compromisso de instituir e consolidar o modelo de atenção partindo do reconhecimento e da identificação das demandas da população. Deve também atuar de maneira proativa, buscando a garantia da oferta e efetivação dos serviços socioassistenciais para as famílias e indivíduos. De acordo com o MDS,

Esse modelo implica não apenas o planejamento da oferta com base no diagnóstico da demanda, mas também que a instituição da **busca ativa** seja método estratégico de efetivação do acesso, potencializando o caráter preventivo das ações ou, no mínimo, evitando o agravamento dos danos. Grifo do autor. (MDS, 2016, p.31)

A LOAS e a NOB/SUAS definem que a Vigilância Socioassistencial deve ser implantada como uma área formalizada nos órgãos gestores da política de assistência social em todos os entes federados e para tanto é necessário que disponha de “recursos e condições para sua estruturação e manutenção” e caracteriza “a Vigilância Socioassistencial enquanto uma área especialmente dedicada aos processos de gestão da informação” (MDS, 2016, p. 53).

Segundo MDS (2016), as informações se destinam a dois objetivos principais:

- 1) apoiar o planejamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação dos serviços ofertados pela política;
- 2) contribuir para que os serviços da política de assistência social possam ser caracterizados por conter ações de prevenção e, ao mesmo tempo, de proação. Em outros termos, as ações da política se empenharão em oferecer a proteção social tanto em caráter preventivo quanto criando ações de busca ativa que permitam localizar os possíveis beneficiários da política em distintas partes do território”.(MDS, 2016, p. 53)

A seguir serão apresentados alguns elementos importantes que, conforme MDS (2016), são atribuições que devem ser executadas pelos entes federativos visando ao cumprimento da função de Vigilância Socioassistencial. O Quadro 11 apresenta em ordem de importância os aspectos que devem ser executados.

**Quadro 11 - Atribuições conjuntas que são focos da Vigilância Socioassistencial de competência dos entes federativos.**

<b>Ordem</b>	<b>Atribuições conjuntas</b>
1º	Efetuar diagnósticos socioterritoriais que têm como objetivo possibilitar, contemplar e aprimorar a relação entre as demandas de atendimento, provenientes da incidência dos riscos e vulnerabilidades ao longo do território, e a distribuição da rede de serviços.
2º	Necessidade de auxiliar a realização de diagnósticos, de tal forma que possam contribuir para a elaboração de instrumentos de planejamento da política, tais como os planos de assistência social.
3º	Utilização do CadÚnico enquanto ferramenta para a construção de mapas de vulnerabilidade social nos territórios.
4º	Possibilitar que o conjunto de informações do item anterior seja capaz de orientar o planejamento e a coordenação das ações de busca ativa por parte das equipes do CRAS e do CREAS.
5º	Implementação de um sistema de notificação compulsória das ações de violações de direitos relacionadas pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
6º	Garantir o modo como as informações provenientes do ponto anterior devem ser registradas - recomendar que os armazenamentos dessas informações possam constituir um sistema de notificações, que poderá ser utilizado para estabelecer ações de monitoramento tanto da incidência quanto dos atendimentos realizados na rede de assistência social sobre cada tipo de violação.
7º	Orientar o modo como os procedimentos de registro das informações relativas aos atendimentos devem ser realizados pelos técnicos.
8º	Coordenar e acompanhar o modo como os sistemas estão sendo alimentados. Outra dimensão que merece atenção diz respeito à realização e gestão do cadastro de unidades que compõem a rede socioassistencial pública do Cadastro Nacional do Suas (CadSuas).
9º	Responsabilidade pela gestão e alimentação de outros sistemas que se façam necessários para complementar as informações dos demais sistemas, no que diz respeito aos atendimentos que não são específicos de um programa, serviço ou benefício.
10º	Estabelecer padrões de referência para se avaliar a qualidade dos serviços ofertados pela rede e, também, para criar indicadores que permitam monitorar os serviços.
11º	Articular as ações da rede de PSB e PSE, ofertando condições para que as atividades de monitoramento contemplem as ações de toda a rede socioassistencial.
12º	Estabelecer articulações intersetoriais que possibilitem ampliar o conhecimento acerca da incidência de riscos e vulnerabilidades que incidem sobre famílias.

Quadro elaborado pela autora – fonte: MDS, 2016, p. 55 e 56

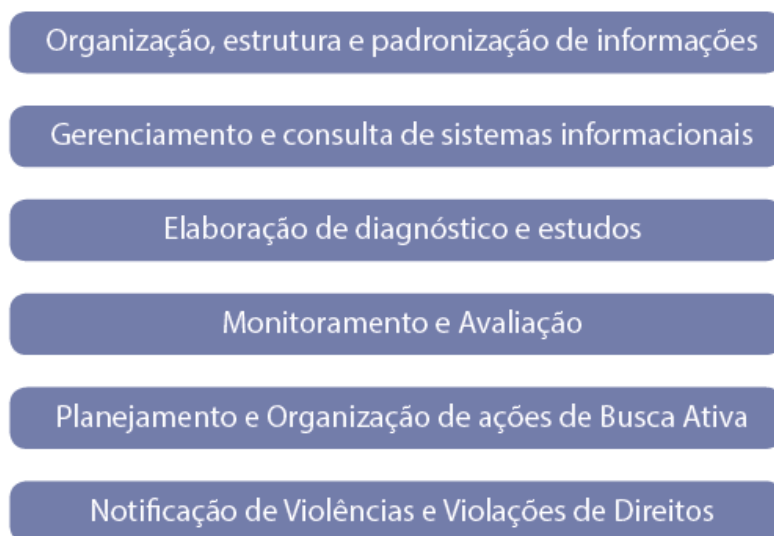
A Vigilância Socioassistencial desempenha a função de gestão da informação que tem por finalidade apoiar o planejamento, a execução e a supervisão dos serviços socioassistenciais. A Vigilância Socioassistencial tem uma ligação direta com as unidades de PSB e PSE, pois são nesses locais que os serviços e benefícios socioassistenciais são ofertados à população.

Nas unidades de PSB e PSE se geram os registros sobre o território e o perfil dos usuários que utilizam os serviços e benefícios, bem como informações que dizem respeito ao tipo de serviços prestados e ao volume dos atendimentos realizados. Essas unidades tornam-se, portanto, a porta de

entrada das informações que fornecem subsídio para que as ações da vigilância sejam planejadas e executadas. O conhecimento adquirido e acumulado pelas equipes técnicas que são responsáveis pelo mapeamento das situações de risco e vulnerabilidade, bem como das situações de violação de direitos em um determinado território, são fundamentais para traçar planos de assistência social.

Com relação à operacionalização da Vigilância Socioassistencial, MDS (2016) apresenta um conjunto de macroatividades da vigilância que tem o objetivo de contribuir para a qualificação dos serviços socioassistenciais prestados.

Tais macroatividades são rotinas de suporte, que devem ser desempenhadas nos CRAS e que possibilitarão a conquista dos resultados desejados pela Vigilância Socioassistencial. A Figura 15 apresenta as seis macroatividades da Vigilância Socioassistencial.



**Figura 15 - Macroatividades da Vigilância Socioassistencial desenvolvidas nos CRAS**  
Fonte: MDS, 2016, p. 29

**Organização, estruturação e padronização de informações** – conhecer a estrutura, organização e padronização de informações que orientam a função da Vigilância Socioassistencial.

**Gerenciamento e consulta de sistemas informacionais** – através da organização, estruturação e padronização de informações, efetuar o gerenciamento e consulta de sistemas informacionais disponível para a área da vigilância. Os técnicos devem estar habilitados a utilizar os aplicativos e



sistemas que estão disponíveis – Conforme Quadro 11 - Sistemas de Informação utilizados na Vigilância Socioassistencial, dentre outros.

**Elaboração de diagnósticos e estudos** – elaborar diagnósticos socioassistenciais através da análise interpretativa que oportuniza a compreensão de uma realidade social determinada. Produzir o diagnóstico socioterritorial para que os operadores e responsáveis pela política tenham o conhecimento das particularidades do território no qual estão inseridos e identifiquem as características e proporções das situações de precarização que geram vulnerabilidade e possibilitam riscos e danos aos cidadãos e a sua socialização, autonomia e convívio familiar. Criação de indicadores.

**Monitoramento e avaliação** - o monitoramento busca continuamente informações sobre os serviços ofertados à população, especificamente com respeito à qualidade e adequação quanto ao tipo e o volume da oferta. Tem como objetivo identificar problemas e subsidiar as estratégias de reparação dos procedimentos. Para o MDS,

importante lembrar que, no âmbito do SUAS, o monitoramento não tem caráter punitivo, mas sim instrutivo. Não cabe à assistência realizar atividades de caráter fiscalizatório, e, portanto, situações de violação devem ser compulsoriamente encaminhadas aos órgãos competente. (MDS, 2016, p.110)

Na avaliação, a Vigilância deve auxiliar ou propor temáticas de pesquisa/estudo, acompanhar o processo e interpretar os resultados para o âmbito do Suas.

O MDS desenvolveu um instrumento que é central para o trabalho de monitoramento e avaliação em nível municipal: o Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS). O instrumento engloba três dimensões: estrutura física, serviços (serviços + benefícios) e recursos humanos. As dimensões são compostas por cinco níveis que possibilitam ao município, conforme seu porte, orientar ações de melhoria. O primeiro nível representa a situação mais precária, e o quinto nível a situação mais próxima dos padrões de qualidade acordados.

**Planejamento e organização de ações de busca ativa** – a busca ativa deve localizar, incluir no Cadúnico e atualizar o cadastro de todas as famílias pobres, além de encaminhá-las aos serviços da Rede de Proteção Social.

Segundo Campello (2014), a Busca Ativa compreende

uma estratégia a ser desenvolvida em parceria com estados e municípios, que poderia ser organizada sob a forma de diferentes arranjos, seja por meio do aumento de incentivos para os municípios realizarem o cadastramento dos mais pobres; do reforço da importância de ações customizadas para ampliar o cadastramento e identificação de públicos específicos; ou ainda de mutirões orientados para programas específicos, [...] Desde o início, a Busca Ativa foi um dos conceitos do Brasil sem Miséria mais incorporados pelos diferentes atores que fizeram parte do Plano<sup>38</sup>, em especial os municípios, que não só incluíram mais famílias em extrema pobreza no Cadastro Único, como também viabilizaram as ações de campo feitas desde 2011.(CAMPELLO, 2014, p.46)

**Notificação de violências e violações de direitos** -- a Vigilância Socioassistencial deve organizar, padronizar e administrar um sistema de notificações de eventos de violação de direitos, criando instrumentos e fluxos para a sua implementação e funcionamento, que deverá registrar e notificar as situações de violações de direitos, entre eles; violência física intrafamiliar; abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e de trabalho infantil. Neste momento parcerias com escolas, polícias e igrejas tornam-se imprescindíveis.

Conhecendo as macroatividades da Vigilância fica evidente que os CRAS são os provedores de informação para a área de Vigilância Socioassistencial dos municípios, mas também são os grandes beneficiados pelo retorno das informações que devem ser organizadas, tratadas, aglutinadas e avaliadas de forma sistemática e que se transformarão em ponto de partida para a definição de estratégias e ações da assistência, da mesma forma que garantirão a qualidade do atendimento e dos serviços prestados.

Conforme MDS (2016),

**os serviços devem ser consumidores das informações processadas ou produzidas pela área de Vigilância Socioassistencial**, que deve, para cumprir seus objetivos, fornecer aos serviços informações estruturadas que contribuam para que eles avaliem sua própria atuação, ampliem seu conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes e, ainda, planejem e executem ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e aos indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea. Grifo do autor. (MDS, 2016, p.63)

É possível entender então, que os CRAS devem estar munidos dos recursos necessários para que possam executar todas as macroatividades

---

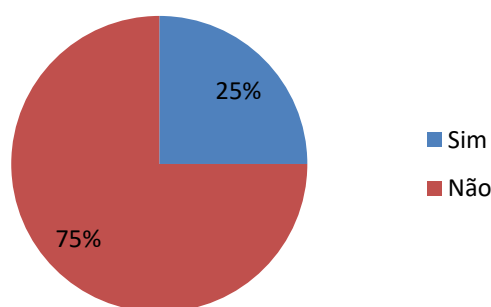
<sup>38</sup>O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em junho de 2011, voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. MDS

descritas anteriormente, visando à efetivação plena da Vigilância Socioassistencial no município.

Com a realização das entrevistas constatamos que os técnicos de referência que atuam nos CRAS do município de Pelotas não receberam capacitação referente à área da vigilância nos últimos três anos, o que é reforçado pelo Quadro 10 - Censo Suas -2012-2016 apresentado anteriormente e preenchido pelo gestor responsável no município. Tanto as entrevistas como o quadro nos permitem garantir que os técnicos não foram capacitados pela Secretaria e que não detêm o conhecimento necessário para que possam efetuar as macroatividades previstas. Nas entrevistas obtivemos um percentual de 100% de respostas negativas quando perguntados: “Você participou de atividades de capacitação relativas ao processo de Vigilância Socioassistencial, nos últimos 3 anos?”

Quando perguntados: “Você conhece os sistemas de informação disponíveis?”, os entrevistados na sua maioria responderam que não conhecem os sistemas de informação disponibilizados pela Rede Suas, o que representa um percentual de 75% dos técnicos, conforme apresentado no Gráfico 1. Mais preocupante ainda foi o resultado obtido quando perguntados: “Você tem acesso a estes sistemas?”, onde o percentual representa 100% dos técnicos que não têm acesso aos sistemas da Rede Suas nos CRAS.

**Gráfico 1 Percentual de técnicos que conhecem os sistemas de informação disponíveis**

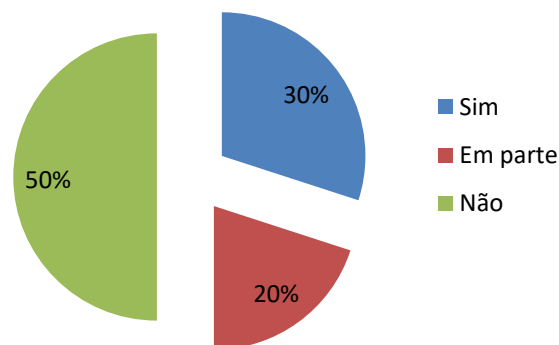


Conforme atribui a PNAS, a materialização da vigilância só ocorrerá, segundo MDS (2016), quando

a gestão, o planejamento e a execução dos serviços são orientados por uma perspectiva de produção e utilização de informações objetivas acerca da realidade social, que permite qualificar tecnicamente a tomada de decisões sem, contudo, negar a importância do conteúdo político e social das escolhas e ações realizadas pelos gestores e profissionais. [...]. Para isso, é necessário que a Vigilância Socioassistencial se preocupe com a padronização e os fluxos nos registros da informação, e é importante construir metodologias participativas nesse processo, uma vez que elas contribuem para a inclusão dos diversos atores. (MDS, 2016, p.63)

Quando perguntados se o CRAS desenvolve ações de vigilância, 50% dos entrevistados responderam que não, 30% dos entrevistados que sim e 20% responderam que em parte desenvolvem ações de vigilância. O Gráfico 2 abaixo apresenta os resultados.

**Gráfico 2 – Percentual de técnicos que desenvolvem ações da vigilância**



Observando o gráfico é possível perceber que metade dos entrevistados diz não desenvolver ações de vigilância. Uma hipótese possível para isso diz respeito ao desconhecimento sobre o que é Vigilância Socioassistencial, o que fica evidente conforme Quadro 12 apresentado abaixo. Se os entrevistados não conhecem e nunca receberam capacitação sobre Vigilância nos últimos três anos é natural que não consigam reconhecer as ações que dela fazem parte. Apreciando de forma mais sistemática as respostas dos técnicos à questão “O que você entende por Vigilância Socioassistencial?”, encontramos um alto grau de “achismo”<sup>39</sup> nas respostas, o que significa uma teorização fundada no subjetivismo do 'eu acho que', o que nos possibilita afirmar, com base nas respostas dos técnicos TCN4, TCN8, TCN13, TCN12, TCN16 e TCN20, que ressaltam não conhecer, ou que o termo é novo, que a grande maioria dos

<sup>39</sup> Segundo Dicionário Aurélio, Achismo significa: 1 – Exposição, argumentação ou conjunto de ideias que se baseia apenas na subjetividade, na opinião pessoal.

técnicos não conhece claramente o significado do termo Vigilância Socioassistencial para a política de assistência.

Se observarmos as respostas à questão: “O que você entende por Vigilância Socioassistencial?”, podemos perceber que o entendimento de Vigilância Socioassistencial é superficial, muitas vezes ele não existe ou então acontece de maneira informal.

**Quadro 12 – Respostas dos técnicos à questão “O que você entende por Vigilância Socioassistencial? “**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Sinceramente eu tenho pouco (risos), eu nunca estudei sobre isso, eu acho que a vigilância socioassistencial é o necessário para se ter um monitoramento e o panorama do que é a política. Do que está sendo executado, do que a comunidade precisa, do que aquele município precisa, que serviços. Eu acho que a VS tem papel de monitoramento e de conhecimento de formação de informação, construção de informação relacionada à política. Acho que a VS é isso, é tentar dar o panorama e a visão de todas as necessidades, as peculiaridades, as particularidades daquele estado, território, eu acho que é neste sentido. Na verdade, a vigilância seria o primeiro passo para implementação de ações.
TCN11	Já ouvi, né, que seria a vigilância para ver se os serviços estão funcionando, mais ou menos isso é o meu entendimento. Mas seria também em relação a outros serviços às ONGs, a... não só com serviços ofertados pela prefeitura, mas vários outros serviços que são ONGs e que fazem serviços que a gente não sabe que tipo de serviço é, e que recebem verbas, talvez mais do que nós. Risos. Isso eu fui aprendendo com o tempo. Risos... a gente vai aprendendo, conhecendo, a tem ONGs e aí tu começa a entender o que é uma ONG, porque eu participei, eu tive um – com essa função pessoal que eu tive- eu pedi pra sair do CRAS X e estive uma semana no planejamento que seria uma das funções no planejamento seria a VS e nunca foi, nunca conseguiu, até porque é um lugar “fechado” o setor ali não propicia isso. Eu tive uma semana e arripiei, e voltei pra básica. Então eu participei dos editais, da seleção das instituições né, então em vi ali a quantidade de coisa e....né, a terceirização da vigilância.
TCN12	Não respondeu.
TCN13	Olha a gente tem capacitações assim às vezes, mas não saberia te explicar.
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Essencial para o conhecimento das vulnerabilidades e demandas. Para melhor planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais.
TCN15	O trabalho realizado pelo Conselho de Assistência e realizado pelo Setor de Planejamento da Secretaria de Assistência.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	É tu ter todo um conhecimento né, pra saber, acho que é trabalhar na prevenção e eu acho que é o que nos falta. Acho que depois de acontecer é muito difícil pra tirar esses... a gente vive aqui no meio da violência, tem tiroteio de tarde. Ontem eu tive o caso de um menino que chegou com a avó, numa situação de extrema violência dentro de casa, hoje 7 h da manhã estava aqui porque, porque amanheceu o dia e ele quis sair de dentro de casa. E assim ó, depois de estar nisso é muito difícil tu mudar as coisas né, se a gente tivesse como prever. A VS que pudesse fazer um trabalho antes né?
TCN6	Eu entendo que a vigilância ela trabalha na questão de diagnosticar aonde tem mais vulnerabilidade né, mostrar pro CRAS, pra que junto com o CRAS criar ações pra trabalhar essa vulnerabilidade que está mais latente no território. Ela

	conhece o território, vai dizer - olha <TécnicaB>, vamos tentar trabalhar mais neste território que a vulnerabilidade está muito latente, quais os tipos de vulnerabilidade estão mais latentes. Acho q a vigilância vai nos ajudar muito neste sentido, que não temos.
TCN8	não conheço.
TCN14	O que eu posso dizer, o que é a vigilância? É que na verdade não acontece né?Teria que ter um grupo pra todos nós termos um retorno com melhor qualidade pra poder desenvolver um trabalho efetivo dentro do CRAS.
TCN19	Eu não tenho muito conhecimento disso, mas eu acredito que é fazer registro de dados, nesta questão socioeconômica das famílias e que esses dados nos ajudassem a formular as políticas, eu imagino isso assim. Eu venho da saúde, eu comparo um pouco com a questão da saúde, da vigilância né?OSuas se inspirou muito no SUS, porque é uma riqueza o SUS, o outro problema é que a gente não ter orçamento próprio para assistência, então a assistência sempre fica assim, ela é invisível e a gente nota isso nas campanhas políticas, enquanto sai notícia nos jornais dos orçamentos da saúde educação, a assistência é como se não existisse assim. Mas a vigilância eu acho que é isso, acho que é ter um acompanhamento sistemático dessas situações todas a partir de um diagnóstico. Bom, e aí trabalhar em cima destas questões.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Saber se está funcionando, grosseiramente falando.
TCN4	É um termo novo pra mim, como eu falei que tu chegou falando é um termo completamente novo pra mim, porque como eu te falei na saúde eu era acostumado com vigilância sanitária.
TCN16	Nunca participei de nenhuma ação ou discussão.
TCN20	Não conheço
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7, TCN18	Entendemos que é de extrema importância para fiscalizar, avaliar e apoiar as atividades de planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. Contribui para efetivação do caráter preventivo e proativo da Política de Assistência Social.

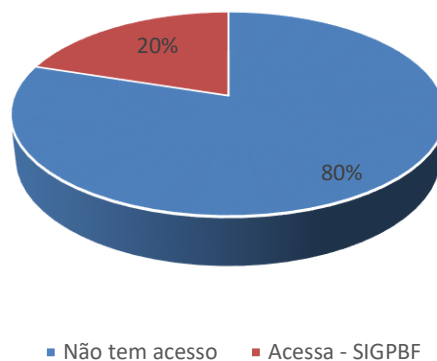
**Fonte: Entrevistas com TNCs – Elaborado pela pesquisadora.**

Utilizamos <TécnicaA> em substituição do nome para manter o anonimato

TCN2,TCN9, TCN17 e TCN3,TCN7,TCN18 -- RESPONDERAM EM GRUPO

Na questão “Quais são os sistemas de informação que estão disponibilizados para acesso no CRAS?” Apenas um dos cinco CRAS tem acesso ao sistema SIGPBF<sup>40</sup>, o que não é um resultado significativo quando avaliado em relação ao Quadro1 - Sistemas de Informação utilizados na Vigilância Socioassistencial apresentado anteriormente. Os demais não têm acesso a nenhum sistema disponibilizado pela SAS. O Gráfico 3 apresenta os percentuais referentes à disponibilização de Sistemas de Informação pela secretaria.

<sup>40</sup> Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Este sistema permite o acompanhamento de todas as ações de gestão relativas ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Cadastro Único. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/> Acesso em: 30 set. 2017

**Gráfico 3 Percentual de Sistemas de Informação disponibilizados pela secretaria.**

Outro fator a ser observado é o que diz respeito ao retorno, por parte da Secretaria, de informações sistematizadas/consolidadas aos CRAS. Nesta questão 100% dos técnicos afirmam que não têm acesso às informações consolidadas/sistematizadas pela Secretaria.

Buscando conhecer a percepção dos gestores e trabalhadores da política de assistência social acerca da importância da gestão da informação no processo de Vigilância Socioassistencial foi feita a pergunta; “Qual a sua opinião sobre a operacionalização dos sistemas da Rede Suas?”, o Quadro 13 apresenta as respostas dos técnicos sobre o tema. Conforme a resposta fica evidente que os CRAS não têm acesso aos sistemas. Se avaliarmos esse dado em relação a outros questionamentos feitos podemos afirmar que os técnicos não foram capacitados, a grande maioria não conhece os sistemas que deveriam estar acessando e 100% deles não recebem nenhuma informação tratada por parte da Secretaria. Novamente percebemos um desconhecimento sobre a operacionalização dos sistemas no CRAS e na Secretaria. Além do desconhecimento existe uma desconfiança natural sobre como os sistemas poderiam contribuir e de que forma facilitariam/qualificariam o trabalho.

**Quadro 13 – Respostas dos técnicos à questão: “Qual a sua opinião sobre a operacionalização dos sistemas da Rede Suas?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Eu acho assim, pra nós nos emperra muitas coisas, nós não temos acesso, nós não temos acesso as essas questões, pra nós nos emperra muito. É muito mais trabalhoso pra nós hoje, pro usuário principalmente, tem que aguardar um agendamento pro cadastro único para daqui um mês agora. Aguardar daqui a um mês para uma pessoa fazer uma atualização no cadastro.
TCN11	Funcionam muito pouco, quase nada.
TCN12	É importante, com certeza.
TCN13	Como a gente faz só encaminhamento a gente não operacionaliza o sistema, então a gente não tem acesso a eles. Só ao encaminhamento pra pessoa fazer
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Essencial para a obtenção de informações, assim qualificando os atendimentos aos usuários.
TCN15	Importante para otimização do atendimento ao usuário e para o acesso a informações.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Seria muito importante, mas não estão disponíveis aqui, justamente porque a gente não tem, a internet foi colocada semana passada. Só tem um computador lá na frente, a internet é instável, não tem um computador na sala dos técnicos. Mesmo que eu possa consultar eu tenho que ficar aqui na sala.
TCN6	Eu vejo como uma facilidade. O acesso seria muito mais prático de estar ali direto. Hoje nós não temos nada, prontuário on-line, não temos nada disso. Iria facilitar muito.
TCN8	A gente entra nas questões dos recursos físicos, se tivesse computadores e acesso, claro que temos a questão da descentralização que é uma questão básica, ter o Cadúnico nos CRAS mesmo.
TCN14	É precária. O cadastro único esta pra vir aqui pro CRAS, acredito que de repente vai melhorar.
TCN19	Fica difícil até pra gente avaliar, ele não chega pra nós, entendeu? Então a gente não sabe nem falar sobre eles. Seriam importantes, sem dúvida, me lembro quando estava na gestão, a gente não entende do assunto mas tem uma visão do que seria importante. Então a gente sonha com coisas assim, então eu me lembro assim ó, o plantão social a história das sacolas eu tentava organizar aquilo de forma que essas famílias que vem pegar uma sacola, que a gente soubesse o que fazer com elas, tivesse alguma coisa pra atendê-las fora, por isso a horta quando eu cheguei aqui. Então a gente pensava assim, como seria bom se a gente tivesse, aí tinha os atendimentos em duplicação, atende no plantão, atende aqui, atende lá. Se a gente tivesse um sistema, a gente pensava, onde essa família tivesse um prontuário único, que a gente pudesse que essa senhora atendida no plantão vai no CRAS tal, ela acessa uma outra coisa aqui, e a situação dela está assim, bom então a gente vai poder focar, eu acho que isso é fundamental. Eu acho que hoje em dia não se admite essa precariedade de informação com tudo o que se tem.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Sim, se for usado pelas outras instituições dá certo, agora tem que ver se as outras usam também. Porque é um conjunto, né? Um usa o outro usa, o CREAS usa, a Saúde usa, se for usado por todos funciona, senão não se consegue avançar, vamos olhar uma coisa capenga.
TCN4	Acho que só traria a ganhar, a ganhar porque iria otimizar o tempo né? O trabalho, a comunicação, a questão de sustentabilidade de parar de imprimir folha e folha, só o que acaba sendo uma dificuldade também ou uma insegurança da equipe é a questão como a colega te relatou do toner, por exemplo, acabou o toner? Quantos dias nós ficamos sem o



	toner. O serviço para porque não tem o toner, então... ainda hj nós estávamos comentando né, tá tudo no computador, vamos fazer uma planilha? Vamos. E se o computador estragar? A gente sabe que não vai ser arrumado na hora, a gente não sabe quando vai vir. Então eu já tinha o habito de no meu antigo serviço, e tenho nesse, de salvar tudo no pendrive justamente por causa disso. Estraga o computador e a gente não sabe o que vai ser feito daquela máquina. Então acaba gerando uma insegurança porque os recursos muitas vezes faltam, né? Se a gente tivesse uma certeza que a máquina fosse substituída na hora né, ou que tivesse mais uma 3 ou 4, aí seria perfeito.
TCN16	Acho que contribuiria muito para a implementação da política
TCN20	Se estivessem disponíveis ajudaria com certeza, até é uma discussão que a gente estava fazendo porque até mesmo para o fluxo andar né? Os encaminhamentos, não se tem um sistema onde as pessoas tenham a possibilidade de visualizar estas informações que efetuam realmente o trabalho em rede.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7,TCN18	Embora não utilizamos estes sistemas, acreditamos ser de grande relevância para facilitar o acesso as informações e consequentemente agilizar os encaminhamentos/atendimento das demandas sociais.

Fonte: Entrevistas com TNCs – Elaborado pela pesquisadora.

Questionados sobre a importância da vigilância para o município os entrevistados, na sua maioria, entendem que é uma ação importante, alguns técnicos ressaltam a importância do acesso às informações para conseguirem o conhecimento necessário para a sua prática profissional. Conforme relato do TCN12 – “É o ponto de partida, né, pra se pensar qualquer ação. É.... não sei se seria a mesma palavra, mas essa Vigilância é que vai proporcionar que a gente tenha um diagnóstico da população, dentro do território que a gente tá. Só a partir deste diagnóstico que a gente vai poder mapear as várias situações. Para tecer um plano de intervenção”. O Quadro 14 apresenta as respostas dos técnicos sobre esta questão.

**Quadro 14 - Respostas dos técnicos à questão: “Qual a importância da Vigilância Socioassistencial para as ações do CRAS e do município?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Vai tirar muita coisa do subjetivo, do entendimento do “eu acho”, “eu aqui coordenadora deste CRAS acho que seria importante pra comunidade ter tal ação”. Agora no PAIF mesmo a gente ta fazendo um levantamento, nós aqui, assistente social, fazendo um levantamento PAIF por PAIF, fazendo analise de cada uma das famílias, dados de todas elas, não o que e vendo onde cada família se enquadra. Características comuns, trabalha com reciclagem, vamos fazer um mapeamento se tem cooperativa, tantos tem trabalho de reciclagem, tantos tem criança em idade pro serviço de convivência, tantas tem não sei o que, tantas.... então nós estamos fazendo, Nós estamos fazendo essa busca, se tivesse toda a vigilância realmente funcionando né? A gente poderia pegar por esse território tem tantas pessoas assim, tem tantas pessoas assim,
TCN11	Eu acho que seria um complemento, é uma parte, é uma parte importante né, de uma supervisão, de um controle né, de um feedback né, uma avaliação de isso tudo. Até em forma de mudanças né qualificar e melhorar os serviços já prestados

TCN12	É o ponto de partida, né, pra se pensar qualquer ação. É... não sei se seria a mesma palavra, mas essa vigilância é que vai proporcionar que a gente tenha um diagnóstico da população, dentro do território que a gente tá. Só a partir deste diagnóstico que a gente vai poder mapear as várias situações. Para tecer um plano de intervenção
TCN13	Conhecer a realizada das pessoas, os usuários que tu atendes isso é bem importante.
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Mapeamento do território, para atuar priorizando as vulnerabilidades identificadas na comunidade.
TCN15	Monitoramento das ações de todos atores envolvidos e dos Serviços oferecidos.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Acho que é fundamental, tu estarias disponibilizando uma coisa útil pra população, pro bairro, para comunidade, se tu tivesse um estudo da vigilância, se tivesse os dados da vigilância. É fundamental, a política tem que ser em cima da vigilância, tu só vais colocar uma política interessante né, direcionada pra isso se tu conheces, senão tu não tem como.
TCN6	Olha ela é fundamental, porque o CRAS trabalha às cegas, porque a vigilância te dá um norte ela te dá um rumo no teu trabalho. Eu vejo a vigilância como uma parte da assistência fundamental, facilitaria muito porque já viria os dados prontos, quais as ações que poderiam ser feitas dentro daquela comunidade. Os povos que estão ali, e se as pessoas são tradicionais, o que eles precisam. Seria um trabalho feito em conjunto conosco, quanto a referencia de CRAS e CREAS que precisam ser feitas. Acho que isso é fundamental, aproximar as parcerias, eu acho isso fundamental. Hoje não tem nada disso. O técnico fica esgotado, é muita cobrança, muita função que ele tem que ter para poder seguir trabalhando, pra pelo menos ficar mais próximo do Suas o trabalho. É bem complicado.
TCN8	Desconheço.
TCN14	Tu irias fazer o trabalho em cima de informações concretas, né?
TCN19	Eu acho que é importante sim, o trabalho da gente é muito assim, ele é técnico, mas em outro sentido ele é intuitivo, então eu acho que dados assim da vigilância iriam fundamentar melhor o nosso trabalho, a gente iria identificar melhor essas áreas né. Os resultados, que é uma coisa que a gente não sabe, a gente trabalha, trabalha, trabalha e fica sabendo uma coisa aqui, uma coisa lá. A gente não sabe onde a gente chega com esse trabalho.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Sim, para o reconhecimento, tem que conhecer para poder atuar.
TCN4	Acho que ter esse conhecimento seria importante, porque a gente acaba trabalhando com as informações que os colegas vão dando, e que é ótimo claro, é o treinamento feito pelos colegas, mas claro que com certeza tem as lacunas, não tem um preparatório antes.
TCN16	Muito importante, com certeza.
TCN20	Sem saber direito fica difícil responder, sim acho que sim. Embora certamente a gente vai se deparar com algumas dificuldades, porque hoje temos uma equipe completa, mas de qualquer forma tem outras questões que a gente fica limitada, tipo disponibilidade de fazer visitas, o carro, o tempo né? A própria área que é muito grande, agora a gente já está com quase 5 mil cadastros aqui e é isso o CRAS, pode atender até 5 mil cadastros então daqui a pouco vai ter que ter outro CRAS né?, pra poder dividir isso. E agora com o cadastro único aqui então a demanda aumentou muito. Porque a gente identificar essa vulnerabilidade e não conseguir fazer nada, também é complicado.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3, TCN7, TCN18	Importante no mapeamento das vulnerabilidades sociais dos territórios e na fiscalização da prestação dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, bem como no planejamento e execução das ações.

Fonte: Entrevistas com TNCs – Elaborado pela pesquisadora.

Quando questionados sobre os instrumentos que poderiam ser utilizados na operacionalização da Vigilância, os elementos mais citados são as questões sobre a busca ativa e a dificuldade de deslocamento aos locais para a realização das visitas. Outra questão que surge em várias falas diz respeito à precariedade do acesso às informações. Se observarmos o Quadro 15, com as respostas fica evidente o despreparo e o desconhecimento dos técnicos com relação aos instrumentos que podem ser utilizados na Vigilância, entre eles os sistemas de informação da Rede SUAS, análise territorial, diagnósticos, criação de indicadores, planos de assistência social, entre outros.

**Quadro 15 - Respostas dos técnicos à questão: “Para você, quais instrumentos podem ser utilizados na Vigilância Socioassistencial?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	A busca ativa é um dos instrumentos, a articulação com a rede, com os outros serviços e as outras políticas públicas, com os serviços existentes no território. A gente faz muito isso aqui, a gente faz muitas situações nas escolas, muita conversa com o pessoal das escolas, muita conversa com o pessoal da UBS. Quando a UBS tem uma ação coletiva o CRAS vai lá participa, faz uma fala, fala sobre o cadastro único, se fala sobre o BF, se fala sobre condicionalidade, sobre as regras do BPC que precisa estar no Cadúnico, fala do serviço de convivência. Fala da gratuidade pra documentos, então a gente vai fazendo pelas coisas mais práticas, imediatas e de direito daquelas pessoas, então isso de certa forma contribui para que a gente faça, monitore que tipo de demandas essas pessoas precisam, serviço que carece, ações que devem ser feitas, então a gente e esse trabalho em rede nos beneficia muito hoje.
TCN11	Olha, sinceramente não sei .
TCN12	Caderno com o registro das buscas ativas, um carro a disposição. A questão do carro é bem importante, aqui nos loteamentos próximos nós vamos a pé. A gente tem o carro só duas horas por semana. Agente enfrenta muitas dificuldades, por exemplo, as ruas aqui do bairro muito poucas são identificadas, a numeração do poste muitas vezes não é a numeração da casa, então é difícil encontrar o endereço. Quando precisamos fazer uma visita domiciliar precisamos ficar rastreando na vizinhança porque as ruas não são identificadas, os números não batem. São dificuldades que a gente tem, o carro 2 horas por semana. Quando é perto a gente vai a pé, é desgastante e esse trajeto importa em tempo perdido. São coisas que limitam muitas vezes o nosso trabalho.
TCN13	Acho que entrevista é importante, acompanhamento contínuo é bem importante porque muda,né?
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Cadastro único, SuasWeb, prontuário Suas, Censo Suas, registro mensal de atendimentos(CRAS, CREAS e Centro POP).
TCN15	Cadastro Único; Prontuário Suas; Censo; Fiscalização às Instituições conveniadas entre outras.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Acho que a gente ter acesso a esse prontuário Suas, isso era muito importante, ia nos ajudar muito. Eu iria poder acompanhar melhor estas famílias, e no momento que tu acompanha, que tu sabes a situação dela, até ela tem um vinculo melhor, ela vai nos procurar mais, tu vais poder dar uma resposta mais rápida, porque não adianta... vem aqui e eu encaminho pra secretaria, pra eles é tudo muito difícil, são pessoas assim, que não tem muita iniciativa, não tem condições financeiras, é longe. Demora e ele

	até desiste. Se a gente tivesse até o Cadúnico aqui no CRAS eu acho que seria importante, tu ia poder acompanhar mais, tu ia trabalhar junto com o Cadúnico, tu não ia precisar encaminhar a pessoa pra lá .
TCN6	Eu acho assim, a busca ativa é essencial, de tu conhecer o território acho que isso aí a gente pode fazer, porque nos facilita. o diagnóstico que a gente faz através dos atendimentos, se procura fazer um diagnóstico na reunião de equipe, a gente procura quando esta discutindo os casos avaliar o que precisa, qual o território que está tendo mais demanda.
TCN8	Desconheço.
TCN14	Muitas vezes a busca ativa funciona de vizinho pra vizinho - olha eu trouxe a vizinha tal, coitadinha ela não tem nada - a vizinha tal não tem renda nenhuma, eu trouxe ela aqui pra ver se é possível, ela é doente.... - Então a nossa vigilância é a comunidade, a comunicação boca a boca é que faz com que as pessoas venham aqui, no nosso CRAS é assim. É pelo atendimento que vai... como não tem essa política a gente não consegue fazer esse trabalho concreto.
TCN19	Eu conheço tão pouco sobre isso, mas eu acredito muito nesse trabalho de se deslocar do CRAS e ir pra essas áreas que a gente sabe assim, superficialmente que são áreas de concentração de pobreza. Semana passada por exemplo, nós fomos fazer uma visita num turno na Balsa, nós temos muitos problemas na balsa com situações de violência e a equipe toda foi, circulamos pela balsa, identificamos alguns lugares assim, que teria concentração de pobreza e lugares bem, quem sabe aqui esse espaço a gente poderia desenvolver uma ação, isso a gente fez. Se a gente levasse adiante isso, isso seria o começo de uma organização maior no sentido de ter um controle, no melhor dos sentidos, sobre essas situações.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	As visitas, o acesso aos sistemas seria ótimo, mas os sistemas devem ser utilizados por todos.
TCN4	Carro é uma dificuldade imensa, eu não imaginava que um serviço que deve focar tanto na visita domiciliar tivesse uma carência tão grande de carro, às vezes vem às 9h e às 11h já tem que ir embora. As visitas acontecem as sextas de manhã das 9 às 11h, que é um horário que eu não estou, então eu não consigo fazer visitas. Eu sou uma profissional que dentro do meu horário não consigo fazer as visitas, só quando é uma visita eventual é que acaba tendo carro no meio da semana, ou quando é com outro serviço que tem carro, mas a rotina da visita sexta-feira eu não participo. E as nossas pastas de as visitas domiciliares e as pendências que a gente tem é imensa, só aumenta em proporção ao que se realiza. Entra 5 cadastros pra fazer visita enquanto se realiza 2 visitas, então a tendência seguindo essa proporção vai aumentar cada vez mais.
TCN16	Nós damos prioridade pro PAIF, porque é uma das funções prioritárias do CRAS e muitas vezes por exemplo a busca ativa fica a desejar, porque nós temos o carro uma vez por semana 2 horas,. Se a gente tem muito PAIF, para fazer ou visita do cadastro, a busca ativa vai ficando pra depois. Então tu imaginas com o carro uma vez por semana fica inviável. É como eu te digo, antes eu não tinha técnicos nem carro, hoje e tenho os técnicos, mas eu continuo sem ter o carro mais que duas horas por semana.
TCN20	Precisaria de equipe técnica e carro, informações .
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7,TCN 18	Acreditamos que seria necessário ampliar o conhecimento através de capacitações para as equipes técnicas e posteriormente poderíamos colaborar com sugestões de instrumentos para execução da Vigilância Socioassistencial.

Fonte: Entrevistas com TCNs – Elaborado pela pesquisadora.

Existe uma unanimidade com relação ao uso dos sistemas de informação na atividade profissional. O Quadro 16 apresenta de forma expressiva os relatos da necessidade dos técnicos em ter acesso ao CadÚnico e às informações nele inseridas. A otimização do tempo, a articulação em rede, o conhecimento da real situação do usuário que demanda o atendimento estar disponível de forma rápida e clara são alguns dos benefícios apontados pelos técnicos que seriam viabilizados através do acesso às tecnologias informacionais.

**Quadro 16 – Respostas dos técnicos à questão: “Em relação ao uso das tecnologias informacionais, quais os aspectos que você considera significativos no cotidiano de trabalho realizado?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	<p>Sim, claro a gente ia otimizar o tempo de atendimento do usuário, o tempo de resposta, os encaminhamentos realmente necessários. Por exemplo se a gente vai encaminhar pro CadÚnico para fazer uma consulta, se eu tiver um local pra consultar e dizer “olha o teu filho não está na escola, não vai adiantar tu ir no CadÚnico, lá eles não tem o que fazer. Se eu tivesse essa informação, porque as vezes ela me omite essa informação, eu não tenho acesso, vou encaminhar pra lá, vou perder um dia de agendamento pra outra pessoa que quer se inserir no CadÚnico, então claro que vai reduzir demanda. A gente vai poder acessar a real demanda daquela família, daquele usuário, vai otimizar esse tempo de resposta pra eles, vai melhorar a qualidade do atendimento. Vai evitar de fazer busca de informação duplicada, pq as vezes a gente fica 10 vezes em cima da mesma informação né e ai a gente faz uma capacitação e o técnico não passa essa informação e essa informação fica com o técnico vai embora e o restante não sabe nada. Claro que sim vai ser de grande valia pra melhorar a qualidade do serviço que é oferecido pelo CRAS, que envolve essas questões. Essas questões bem práticas e objetivas. Até hoje é uma dúvida fazer uma orientação sobre tarifa social.</p>
TCN11	<p>Neste momento número de NIS é uma coisa muito importante, se a gente tivesse aqui o acesso com facilidade ao número do NIS, Hoje em dia o número NIS é procurado para tudo né? Os jovens, baixa renda, várias coisas. Então no meu trabalho no serviço de convivência todas as crianças precisam ter número NIS para participarem de qualquer projeto, então isso aí em princípio é fundamental. Se o usuário chega aqui e não tem esse número??? Aí ele tem que procurar em um outro local, e se desloca pra isso.</p>
TCN12	<p>Eu acho que por exemplo a gente tinha que ter mais acesso ao CadÚnico, ter um fluxo bem mais tranquilo, tem CRAS inclusive que está com o cadastro único, que está fazendo inscrição ao CadÚnico. Mas eu aqui não teria espaço pra isso né, não tem espaço físico pra isso. Não temos acesso a consulta CadÚnico, se precisar saber o NIS de uma pessoa a gente tem que ir lá na secretaria para pegar a folha resumo eu preciso de encaminhamento, maioria a gente encaminha pra a secretaria. A gente tinha que ter acesso ao CadÚnico e um fluxo bem mais tranquilo. Até para pegar a folha resumo precisa de encaminhamento, eu sou meio jurássica com essas coisas e eu fico enlouquecida com essas coisas, pq quando para o sistema lá nada funciona. Para tudo, as tecnologias têm vantagens e desvantagens.</p>
TCN13	<p>A inserção no CadÚnico é importante embora a gente não consiga fazer a inserção aqui a gente pode ter o acesso porque as pessoas a gente encaminha tudo, se precisar de uma folha resumo ou coisa assim a</p>

		gente poderia ter por aqui para consultar. Acho isso bem importante. Se vocês tivessem esse acesso aqui facilitaria? Facilitaria muito, para gente poder encaminhar. Se vcs tivessem acesso aos sistemas como Siscon e outros para verificar a situação das pessoas através do NIS ou outro dado, seria importante? Seria muito importante, bem interessante, facilitaria bastante.
<b>CRAS 2</b>		
TCN2, TCN17	TCN9,	Agilidade e informações mais precisas.
TCN15		Acesso ao Cadastro Único.
<b>CRAS 3</b>		
TCN5		Seria fundamental nos dias de hoje, até assim, para ser interligado, para eu saber como está esse cadastro desta pessoa na habitação, eu saber como está o Cadúnico dela, na saúde, na educação. Se tivesse um Cadúnico dessa família que eu pudesse entrar ali, eu não precisava, eu não perderia tanto tempo ligando pra um, ligando pra outro, para saber desta família.
TCN6		Está pra ser implementado o Cadúnico aqui no CRAS, tem partes que eu acho que ficaria pro técnico ter acesso é muito mais fácil, porque ele conhece os usuários. Eu acho que ele iria encaminhar para um outro lugar, ele está ali, já teria o que esta acontecendo com aquela família, o que houve, isso facilitaria. Ter um computador a disposição da equipe técnica, se está bloqueado o benefício a equipe vai lá verifica aonde está o problema, o que houve com essa família, rapidinho. Eu vejo como essencial.
TCN8		Desconheço.
TCN14		Agora mesmo nós conseguimos o wi-fi, que é muito bom porque eu posso pesquisar, procurar atividades e material pro meu serviço de convivência, pego um tempinho e saio da sala até pras colegas conseguirem atender. Daqui a pouco o usuário não vai entender eu estar no celular podendo estar atendendo. Então pra mim o wi-fi que chegou agora a umas 2 semanas. Até se eu quero entrar no MDS, nós só temos um computador que a secretaria estava usando fazendo um documento não podendo te auxiliar, tu querendo uma informação, então com wi-fi a gente não precisa ir em casa.
TCN19		Sim sem dúvida. Na verdade, a gente tem uma coisa de atraso, se a gente olhar tudo o que acontece, tudo o que existe de disponível, a gente vê uma coisa atrasada, porque a gente não conseguiu levar adiante aquela coisa das sacolas, seria importante porque, não pelas sacolas, mas o que está por trás de um pedido de sacola? Quanta coisa a gente pode né? Então claro seria fundamental.
<b>CRAS 4</b>		
TCN1		Ajudaria a mim e ao usuário, agilidade, seria ótimo desde lá do início na recepção né? Aquela pessoa não precisaria ficar esperando, não precisaria sair de casa, eu poderia resolver o problema, eu poderia atender outra pessoa que esta com um outro problema, seria uma agilidade.
TCN4		Tudo o que a gente já falou antes, é otimizar o tempo, a sustentabilidade de papel, aproveitar o profissional porque as vezes o profissional esta sendo pago como técnico científico, mas esta trabalhando contando pauzinho <sup>41</sup> né? Tu recebes por uma coisa, mas executa um trabalho que uma criança poderia fazer.
TCN16		Acho que em tudo. Articulação da rede, de saber o que acontece na saúde, o mínimo para não também expor o usuário, os atendimentos, encaminhamentos, condicionalidades. Ai a gente só teria que usar isso com cuidado.
TCN20		É fundamental, porque se eu tenho no sistema mais dados do usuário eu

<sup>41</sup> Usuário fazendo referência ao preenchimento das planilhas apresentadas nas figuras 11 e 12.

	vou ter um entendimento muito maior do que quando ele chega aqui me dizendo, né?Porque ele vem com uma fala que pode estar faltando um monte de outras questões importantes que eu não vou conseguir identificar tanto né. Se eu tivesse acesso a um sistema com todas as informações. Interessante porque essa é uma discussão que hoje nos estávamos tendo, agora há pouco.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7,TCN18	Acreditamos que facilitaria a socialização das informações com os demais serviços da rede no que se refere à efetivação/acompanhamento dos encaminhamentos.

Fonte: Entrevistas com TCNs – Elaborado pela pesquisadora.

Quando perguntados: “O que você identifica como limites, referente ao uso das tecnologias, no processo de Vigilância?” apresentado no Quadro 17, constatamos que o maior limite apresentado pelos entrevistados é a falta de informação que ocorre pelo motivo desses sistemas não serem acessados nos CRAS. Conforme fala do TCN13 – “Hoje o usuário chega sem o NIS e tem que ir para Secretaria. A gente encaminha para Secretaria para daqui um mês e vai ter só daqui a 45 dias.” A falta da informação limita e dificulta o atendimento, quando o atendente não tem acesso a informação o usuário não tem sua demanda atendida.

**Quadro 17– Respostas dos técnicos à questão: “O que você identifica como limites, referente ao uso das tecnologias, no processo de Vigilância?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Não ter acesso é o limitador, é o grande limite.
TCN11	Não respondeu.
TCN12	Como limites essa coisa do sistema, o tal do sistema, quando para tudo e aí a gente fica sem acessar.
TCN13	Hoje o usuário chega sem o NIS e tem que ir para Secretaria. A gente encaminha para Secretaria para daqui um mês e vai ter só daqui a 45 dias.
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Não possuímos sistema informatizado.
TCN15	A informatização.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Não estar disponível.
TCN6	O limite é não ter os instrumentos necessários.
TCN8	Desconheço.
TCN14	Quando falha. Eu não gosto muito de depender de tecnologia, eu gosta muito do papel também, porque às vezes tu quer abrir está fora do ar, não está funcionando e ai tu fica empenhada, se muitas vezes tu vais no local tu queres comparar uma mercadoria o teu cartão não passa, aquela promoção é só pra aquele dia tá, eu tenho que trabalhar naquele dia tá, entendeu??? Então seria um limite, é equilibrado, eu não sou muito da tecnologia.
TCN19	Eu acho que tem uma questão assim, material que é o acesso assim né, de não tem computadores suficientes, e tem uma outra questão que é das pessoas, por exemplo, eu sou uma pessoa que sei muito pouco de tecnologia, eu uso o notebook, mas eu faço o básico no notebook entende? e tem pessoas que tem resistência a isso, então esse seria um

	outro fator que eu acho que iria dificultar.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Limites é a falta de equipamentos, computadores, impressoras só temos aquela e que não é boa, toner, as vezes tem dificuldade demora pra vir. Tivemos que fazer reagendamento porque não tinha toner. O carro também entraria aí, porque tu precisas fazer muitas visitas do cadastro, tem o PAIF e tem todas as outras visitas e só tem um carro em um dia por semana, e temos que fazer todas essas visitas. Tem as visitas do PAIF, alguma outra que surge a redução de danos que te pede, o secretario vem uma ordem da promotora. E tu tens que fazer todas naquele dia. Todas são de emergência, mas a gente tenta priorizar, não sei se existe a mais urgente, mas... isso é um limitador. Imagina se fosse 3 vezes por semana disponível??? Tu não terias na pastinha das visitas várias visitas pendentes. Isso abriria um leque pra nós e pra os usuários.
TCN4	O limite é não ter a tecnologia. O nosso cadastro, né? É dado o número do usuário quando faz o cadastro, dá num papelzinho pra ele, se um usuário faz um contato por telefone a gente não tem como procurar por nome essa pessoa. Qualquer informação inserida estaria ali.
TCN16	O limite eu acho que é isso, os técnicos e as pessoas que forem acessar esse sistema tem que ter uma capacitação para isso, porque por exemplo, vem uma pessoa aqui e em conta uma coisa muito séria da vida dela eu não posso botar lá no sistema que diversas pessoas vão ter acesso. Então eu acho que tem que ter esse limite, esse cuidado. As pessoas que trabalham, os técnicos, sim acho que teriam mais facilidade, agora os administrativos e os educadores eu acho que não teriam tanta facilidade até pela escolaridade, pela formação né? A gente tem pessoas trabalhando que tem só o fundamental.
TCN20	O fato de ter só um computador, não ter acesso a esses sistemas integrados também, né, a internet também as vezes não está funcionando.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7,TCN18	Conforme exposto anteriormente o município não realiza o processo de Vigilância, desta forma inviabiliza a resposta para esta questão.

Fonte: Entrevistas com TCNs – Elaborado pela pesquisadora.

Da mesma forma que a falta da tecnologia é apontada como um fator limitante, também se torna o acesso às tecnologias o principal fator entendido como possibilidade para a execução da vigilância socioassistencial. Novamente percebemos que os técnicos estão desprovidos das condições necessárias para a execução do processo de Vigilância. O Quadro 18 deixa claro, através das falas dos entrevistados, a precariedade das condições de trabalho enfrentadas por eles no desempenho das suas atividades, os CRAS carecem de equipamentos, acesso rápido e estável a internet entre outros. Percebe-se também o desconhecimento sobre o processo de Vigilância e as ações que este pressupõe.



**Quadro 18- Respostas dos técnicos à questão: “O que você identifica como possibilidades, referente ao uso das tecnologias, no processo de Vigilância?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Como possibilidade ter acesso aos sistemas e conseguir utilizar eles e que eles possam socializar a informação entre os técnicos e com os usuários principalmente, e com toda a rede a gente terias ganhos na qualidade do atendimento, acho que isso é uma possibilidade, possibilidade de conseguir ter menos encaminhamentos inadequados pras pessoas né? Buscar serviços onde não é lá que ela teria que ir. Possibilidade é isso.
TCN11	A possibilidade eu vejo que tem né, tem que ter a possibilidade, ela tem que ser criada. Em relação a estas tecnologias, por exemplo se tu tivesses aqui o uso destes sistemas todos, o teu dia a dia seria facilitado, agilizaria?? Isso aí seria muito coisa, isso agilizaria muito tanto pra nós que ficamos de mãos amarradas quanto para o usuário que tem que se deslocar e não sabe o que está acontecendo com ele.
TCN12	Eu acho que é mais possibilidade, abre um campo muito grande para pesquisa, pra qualquer informação, né? Acho que pra alimentação de informações, comunicação, mesmo né?
TCN13	Pode contribuir, deveríamos ter acesso mais direto não encaminhando, seria muito mais proveitoso o teu trabalho, agilizaria.
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Não respondeu.
TCN15	A informatização.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Se tivesse mais boa vontade do poder publico, assim, eu acho que as coisas funcionariam melhor. A gente tem adolescentes aqui pedindo atividades, quando colocam um curso ninguém nos pergunta - será que esse curso é o que eles querem??? - É o perfil desta comunidade de vocês???? - Não! - Vem as coisas prontas, na ultima hora, correndo, e aí tu tem que correr atrás, vai gente que não tem perfil, pessoas que tu sabes que não vão aderir. Aí fica de fora outros que perderam essa oportunidade, que seriam pessoas que aproveitariam. Tudo é muito decidido de cima pra baixo.
TCN6	Olha possibilita muita coisa, tu tens uma dúvida tu abres o sistema e te aparece. Eu acho que isso facilitaria muito o trabalho do CRAS, mais dinâmico.
TCN8	Desconheço.
TCN14	Se tivesse tudo aqui funcionando eu não sei se eu mudaria de ideia. Convivendo com a situação, de repente, eu iria dizer – Bah, que loucura!!! - Tudo de bom. Eu vejo que a tecnologia pode te levar longe.
TCN19	Como possibilidade eu acho assim, aqui é uma equipe muito boa, ela tem muita vontade que as coisas deem certo entende, a gente trabalha bastante, gosta do que faz isso seria um fator. Quando isso vier as pessoas vão se motivar e um vai puxando o outro, sempre tem alguém que vai vir na vanguarda e a gente não pode ficar pra trás, e vai indo. Então acho bem importante.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Como já disse, agilidade.
TCN4	Otimizar o tempo, a sustentabilidade de papel, aproveitar melhor profissional.
TCN16	Tudo o que estamos conversando, agilidade do processo, facilitaria o nosso trabalho e a vida do usuário, seria um atendimento mais rápido. Acho que seria mais assertivo.
TCN20	Se eu tivesse acesso a um sistema com todas as informações.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3, TCN7, TCN18	Conforme exposto anteriormente o município não realiza o processo de Vigilância, desta forma inviabiliza a resposta para esta questão.

Fonte: Entrevistas com TCNs – Elaborado pela pesquisadora.

Para a maioria dos entrevistados, o acesso aos sistemas e suas informações seria o primeiro aspecto que deveria ser implementado nos CRAS, mas juntamente com os sistemas deveriam estar disponíveis todos os equipamentos necessários para a realização do trabalho: computadores mais modernos, acesso à internet, impressoras, toner, etc. A questão da capacitação é citada por alguns técnicos, conforme Quadro 19.

**Quadro 19 – Respostas dos técnicos à questão: “Você poderia elencar, por ordem de importância, quais os 5 aspectos relativos ao uso das tecnologias que precisam ser aperfeiçoados/modificados/implementados na Vigilância Socioassistencial?”**

<b>CRAS 1</b>	
TCN10	Acesso à informação é a primeira. Segunda é a materiais necessários equipamento, onde o computador fica uma semana sem funcionar. Que seja disponibilizado os sistemas que venham com os equipamentos necessários. Que haja formação pra utilizar todos esses sistemas nos oferecerem, capacitação.
TCN11	Modificados acho que não, aperfeiçoados é o acesso nosso tá, primeiro aperfeiçoar a via de acesso, para depois ver como é que iria andar, o início é por ai, tem que começar.
TCN12	A implantação dos sistemas para ter acesso às informações do usuário, para facilitar o trabalho e que daria mais sentido ao trabalho em rede também, O trabalho em rede não é só a gente chamar a rede no entorno do nosso trabalho, mas trocar ideias, definir estratégias. A gente teve um curso de acessar, por exemplo, se o fulano que foi na unidade básica...pra ver se o usuário pediu algum exame. Pra gente saber se esse exame está acessível a ele. Mas a gente não tem essas informações que iriam auxiliar o nosso trabalho e a vida do cidadão.
TCN13	Agilidade para o nosso serviço o acesso pra conhecer melhor as famílias e poder fazer encaminhamentos. Pra agilizar para ser mais rápido, a gente precisa de benefícios para ontem e não consegue e a gente tem que esperar todo esse tempo passar, pra poder dar mais agilidade ao nosso trabalho. Aprimorar algumas coisas.
<b>CRAS 2</b>	
TCN2, TCN9, TCN17	Informatização do CRAS, capacitação, acesso a dados do território, equipamentos adequados, levantamento de dados do território.
TCN15	Informatização dos CRAS; Capacitação para acesso; Mapeamento do Território; Recursos Materiais adequados e Recursos Humanos suficientes para a demanda.
<b>CRAS 3</b>	
TCN5	Internet, computadores, se tivesse acesso ao sistema, até para eles poderem usar, os adolescentes que estão aqui. Poder fazer uma pesquisa da escola, pra direcionar o aprendizado, vão se aprofundar mais nesse assunto. Acho que a tecnologia hoje o mundo está nisso, está ali dentro. E não adianta tu negar pra eles porque senão eles ficam a parte, como ele vai fazer uma prova do jovem aprendiz - isso é inclusão - se ele está por fora, como ele vai competir com um aluno, com o outro, não ele vai ser sempre marginalizado, sempre vai ficar a margem dos outros.
TCN6	Ter acesso aos sistemas para facilitar o retorno para o usuário.
TCN8	Desconheço.
TCN14	Um computador novo, só temos um computador e é antigo; cada técnico ter um computador, e senha pra acesso pra não precisar esperar - depois que tu usar tu me empresta? -Hoje todas as informações são no MDS ou na Secretaria.
TCN19	Acho que uma coisa importante de monitorar - eu nem sei se estou

	falando o que tem que falar, sabe porque como eu não conheço nada tem coisas que eu tenho dificuldade - uma coisa importante de monitorar são as questões ligadas as crianças, como prevenção, nós somos uma unidade de proteção de prevenção né, então eu acho que a questão das crianças e as suas famílias seria importante, pra gente poder identificar no início das coisas o que se passa no entorno dessa criança assim, acho que isso seria uma coisa importante. A questão da busca ativa pro bolsa família tem muitas famílias em situação de extrema pobreza, extrema miséria que a gente não consegue acessar por esses fatores, a gente fica dentro do CRAS atendendo uma demanda que se repete, e não consegue muito fazer essa coisa da busca ativa, esse diagnóstico, que não é uma coisa individual, eu vou fazer uma visita aqui, ali, pra ver... não é isso, tem que ser uma coisa organizada, estruturada, com objetivo definido, progressivo esse diagnóstico, ele tem que ir indo, se aprofundando.
<b>CRAS 4</b>	
TCN1	Computador, impressora, toner que são coisas básicas, até folha de ofício que a gente tem dificuldade, tem que ir na Secretaria pra pegar ou pra retirar um xerox. Às vezes quando se tem uma emergência, quando a gente vê que vai parar o nosso trabalho tu vai lá e tu faz.
TCN4	Se fosse citar as melhorias a gente começaria: Computador em cada sala, acesso ao prontuário eletrônico, como te falei uma simples planilha de Excel que a gente tivesse.
TCN16	Falta de equipamento, equipamentos com problemas já que só tem um.
TCN20	Acesso às informações, praticidade, agilidade nos processos.
<b>CRAS 5</b>	
TCN3,TCN7,TCN18	Conforme exposto anteriormente o município não realiza o processo de Vigilância, desta forma inviabiliza a resposta para esta questão.

Fonte: Entrevistas com TNCs – Elaborado pela pesquisadora.

A seguir será feita a análise das informações recebidas através das entrevistas quanto às questões que tratam sobre Estrutura Física e Recursos Humanos. Para avaliar as respostas utilizaremos o ID-CRAS desenvolvido pelo MDS como critério para avaliação dos CRAS nesses quesitos.

Na literatura a definição do porte está direcionada para o município. Nesta pesquisa optou-se por, como o porte é definido através do número de famílias referenciadas no município, trazer essa perspectiva para cada CRAS de Pelotas. Partindo do pressuposto que o atendimento e a garantia dos direitos estão vinculados ao número de famílias atendidas e contando o município com cinco CRAS, a abordagem assumida quanto ao porte tem o objetivo de melhor quantificar os recursos humanos e infraestrutura disponibilizados para a atuação de cada CRAS no município. O Quadro 20 foi adaptado do Volume I das **Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento dos CRAS, Período 2010/2011**<sup>42</sup>. Será utilizado para

42

Disponível

em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Cras\\_que\\_temos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_que_temos.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2017

definir o porte de cada CRAS e servirá de ponto de referência para avaliação das Dimensões de Estrutura Física e de Recursos Humanos.

**Quadro 20– Parâmetros para avaliação do CRAS**

CRAS	Famílias referenciadas	Capacidade atendimento Anual	Equipe de referência	Coordenador
Pequeno Porte 1	Até 2.500 famílias	500 famílias	02 técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo. 02 técnicos com nível médio.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais
Pequeno Porte 2	Até 3.500 famílias	750 famílias	03 técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo. 03 técnicos com nível médio.	
Médio, Grande, Metrópole e DF	A cada 5.000 famílias	1.000 famílias	04 técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. 04 técnicos com nível médio.	

Adaptado de Volume I das **Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento dos CRAS, Período 2010/2011**. MDS (2010)

Para efeito desta pesquisa utilizaremos a Tabela 2 com a delimitação do porte dos CRAS considerando o número de famílias referenciadas tanto para avaliação da dimensão estrutura física como para a Dimensão Recursos Humanos. Os dados abaixo têm como referência o Quadro 19 apresentado acima.

**Tabela 2 - Tabela de PORTE DOS CRAS**

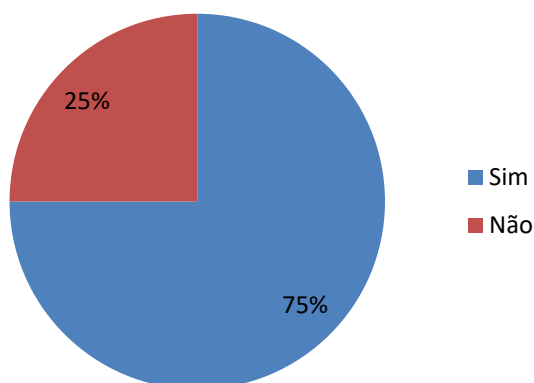
	Número de Famílias	Porte Dimensão estrutura física
<b>CRAS01</b>	1.700	Porte 1
<b>CRAS02</b>	4.000	Porte 3
<b>CRAS03</b>	2.800	Porte 2
<b>CRAS04</b>	4.900	Porte 3
<b>CRAS05</b>	5.498	Porte 3
<b>Total</b>	<b>18.898</b>	

Cabe salientar que na avaliação do Índice de Desenvolvimento do CRAS-Dimensão Estrutura Física, para efeito desta pesquisa, analisaremos apenas a estrutura física com relação aos equipamentos. Na entrevista o eixo

02 trata das questões da infraestrutura para o desenvolvimento das atividades nos CRAS.

De forma geral foi perguntado aos técnicos: “O CRAS tem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das suas atividades?”.As respostas apresentaram que 75% dos técnicos acreditam que o CRAS conta com uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades, os outros 25% acreditam que não. O Gráfico 4 abaixo representa este entendimento.

**Gráfico 4 – Percentual de técnicos que consideram a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das suas atividades**



O Quadro 21, abaixo, apresenta o IDCRAS construído pelo MDS para ser utilizado como indicadores para a macroatividade de Monitoramento e avaliação da Vigilância na Dimensão Estrutura Física. Para efeitos desta pesquisa este quadro será utilizado para avaliar as respostas dos técnicos às questões do bloco 02, quanto à infraestrutura do cras, conforme Apêndice A.

**Quadro 21- Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Estrutura Física**

NOVO ID-CRAS DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA		
	Porte 1 ou 2 (2500 famílias ou 3500 famílias)	Porte 3 (5000 famílias)
<b>Nível 5</b>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 salas de atendimento</b>, sendo <b>pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>1 sala administrativa</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 banheiros</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade*</b></p> <p>Possuir conjunto de equipamentos que inclua, no mínimo: <b>2 computadores conectados à internet; impressora, telefone, veículo exclusivo ou compartilhado</b></p>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>4 salas de atendimento</b>, sendo <b>pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>1 sala administrativa</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 banheiros</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade*</b></p> <p>Possuir conjunto de equipamentos que inclua, no mínimo: <b>3 computadores conectados à internet; impressora, telefone, veículo exclusivo ou compartilhado</b></p>
<b>Nível 4</b>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 salas de atendimento</b>, sendo <b>pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 banheiros</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade, ao menos parcial*</b></p> <p>Possuir <b>pelo menos 1 computador conectado à internet</b></p>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>4 salas de atendimento</b>, sendo <b>pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 banheiros</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade, ao menos parcial*</b></p> <p>Possuir <b>pelo menos 2 computadores conectados à internet</b></p>
<b>Nível 3</b>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>2 salas de atendimento</b></p> <p>Possuir, pelo menos, <b>1 banheiro</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade, ao menos parcial*</b></p>	<p>Possuir <b>Recepção</b></p> <p>Possuir, no mínimo, <b>3 salas de atendimento</b>, sendo <b>pelo menos 1 com capacidade para 15 ou mais pessoas</b></p> <p>Possuir, pelo menos, <b>1 banheiro</b></p> <p>Possuir <b>acessibilidade, ao menos parcial*</b></p>
<b>Nível 2</b>	<p>Possuir, no mínimo, <b>2 salas de atendimento</b></p> <p>Possuir, pelo menos, <b>1 banheiro</b></p>	<p>Possuir, no mínimo, <b>3 salas de atendimento</b></p> <p>Possuir, pelo menos, <b>1 banheiro</b></p>
<b>Nível 1</b>	<p>Possuir <b>menos de 2 salas de atendimento</b> OU  <b>Não possuir Banheiro</b>            OU  <b>Prédio compartilhado com ONG, ou compartilhamento de todas as salas de atendimento.</b></p>	<p>Possuir <b>menos de 3 salas de atendimento</b>            OU  <b>Não possuir Banheiro</b>            OU  <b>Prédio compartilhado com ONG, ou compartilhamento de todas as salas de atendimento.</b></p>

\* Acesso principal adaptado com rampa, rota acessível aos espaços internos do CRAS, inclusive ao banheiro e banheiro adaptado.

\* Acessibilidade parcial: rota acessível aos espaços internos do CRAS, inclusive ao banheiro.

Fonte: MDS (2016)

A seguir serão apresentados os dados acerca da infraestrutura dos equipamentos disponíveis por CRAS. Observando a Tabela 3 em relação ao Quadro 21 acima é possível afirmar que todos os CRAS têm o mínimo de Impressoras, Telefones e Veículo compartilhados que são equipamentos mínimos exigidos para alcançar o Nível 5 da Dimensão Estrutura Física.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes aos recursos, número de computadores e internet, que estão disponíveis em cada um dos CRAS estudados.

**Tabela 3 Recursos disponíveis em cada CRAS**

<b>Recursos</b>	<b>CRAS01</b>	<b>CRAS02</b>	<b>CRAS03</b>	<b>CRAS04</b>	<b>CRAS05</b>
Computadores	2	1	1	1	1
Internet	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Impressora	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Telefone	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Veículo	Compartilhado	Compartilhado	Compartilhado	Compartilhado	Compartilhado

Analisando as respostas dos técnicos referentes às questões: “O CRAS conta com computadores? Quantos?” e “Estes computadores têm acesso à Internet?”, apresentados na Tabela 3 e fazendo o cruzamento como o Quadro 21- Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Estrutura Física – é possível afirmar, como apresentado na Tabela 4, que o número de computadores disponibilizados em cada CRAS é um limitador para o alcance do nível 5 da tabela DEF.

**Tabela 4 – Numero de computadores nos CRAS**

	<b>Porte</b>	<b>Nºcomputadores</b>	<b>Internet</b>	<b>Nível DEF</b>
<b>CRAS01</b>	1	2	Sim	Nível 5
<b>CRAS02</b>	3	1	Não	Nível 3
<b>CRAS03</b>	2	1	Sim	Nível 4
<b>CRAS04</b>	3	1	Sim	Nível 3
<b>CRAS05</b>	3	1	Sim	Nível 3

DEF- Dimensão Estrutura Física

A Dimensão Recursos Humanos apresentada no Quadro 22 abaixo apresenta o IDCRAS construído pelo MDS para ser utilizado como indicadores para a macroatividade de Monitoramento e avaliação da Vigilância na Dimensão Recursos Humanos. Para efeitos desta pesquisa este quadro será utilizado para avaliar as respostas dos técnicos às questões do bloco 01 Dados de identificação, conforme Apêndice A.

Quadro 22 - Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Recursos Humanos

NOVO ID-CRAS			
DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS			
	Porte 1 (2500 famílias)	Porte 2 (3500 famílias)	Porte 3 (5000 famílias)
<b>Nível 5</b>	<p>Possuir, no mínimo 5 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (5, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV) e 1 Psicólogo;</p> <p>Possuir, no mínimo, 1 profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior</p>	<p>Possuir, no mínimo 7 (11, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo;</p> <p>Possuir, no mínimo, 1 profissional de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior</p>	<p>Possuir, no mínimo 9 (13, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 5 (7, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo;</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 profissionais de nível superior com vínculo estatutário ou empregado público celetista</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior</p>
<b>Nível 4</b>	<p>Possuir, no mínimo 4 (7, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (5, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV)</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior;</p>	<p>Possuir, no mínimo 6 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV);</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior;</p>	<p>Possuir, no mínimo 7 (10, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 5 (7, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV) e 1 Psicólogo;</p> <p>Possuir Coordenador com nível superior;</p>
<b>Nível 3</b>	<p>Possuir, no mínimo 4 (6, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 2 (4, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 1 Assistente Social (2, se EV)</p>	<p>Possuir, no mínimo 6 (8, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 3 (4, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV);</p>	<p>Possuir, no mínimo 7 (9, se EV) profissionais, sendo, pelo menos 4 (6, se EV) com nível superior; *</p> <p>Possuir, no mínimo, 2 Assistentes Sociais (3, se EV)</p>
<b>Nível 2</b>	<p>Possuir, no mínimo 3 profissionais, sendo, pelo menos 2 com nível superior; *</p> <p>Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social <u>OU</u> 1 Psicólogo</p>	<p>Possuir, no mínimo 5 profissionais, sendo, pelo menos 2 com nível superior; *</p> <p>Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social <u>OU</u> 1 Psicólogo</p>	<p>Possuir, no mínimo 6 profissionais, sendo, pelo menos 3 com nível superior; *</p> <p>Possuir, pelo menos, 1 Assistente Social <u>OU</u> 1 Psicólogo</p>
<b>Nível 1</b>	<p>Possuir menos de 3 profissionais;</p> <p>OU</p> <p>Não possuir Assistente Social nem Psicólogo;</p>	<p>Possuir menos de 5 profissionais</p> <p>OU</p> <p>Não possuir Assistente Social nem Psicólogo;</p>	<p>Possuir menos de 6 profissionais ao todo, ou menos de 3 com nível superior;</p> <p>OU</p> <p>Não possuir Assistente Social nem Psicólogo;</p>

\* Não são contados trabalhadores de nível fundamental, visto que estes não compõem a Equipe de Referência definida na NOB-RH

Fonte: MDS (2016)

Para efetuar a análise com relação à Dimensão Recursos Humanos utilizamos as respostas dos entrevistados às questões “Formação acadêmica:”, “Qual o tipo de vínculo com a instituição?” e “Que cargo ocupa?” conforme Apêndice A. A Tabela 5 apresenta a tabulação dos dados referentes a estas questões.

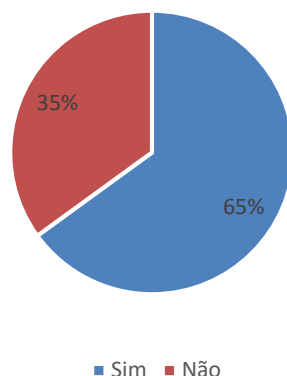


**Tabela 5 - Equipes de Referência por CRAS – Dimensão Recursos Humanos  
CRAS01**

<b>Vínculo</b>	<b>Profissional</b>	<b>Função</b>	<b>Porte</b>
Estatutário	Assistente Social	Coordenador	1
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Psicólogo		
<b>CRAS02</b>			
<b>Vínculo</b>	<b>Profissional</b>	<b>Função</b>	<b>Porte</b>
Estatutário	Assistente Social	Coordenador	3
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Psicólogo		
<b>CRAS03</b>			
<b>Vínculo</b>	<b>Profissional</b>	<b>Função</b>	<b>Porte</b>
Estatutário	Assistente Social		2
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Assistente Social		
Celetista	Pedagoga	Coordenador	
Estatutário	Psicólogo		
<b>CRAS04</b>			
<b>Vínculo</b>	<b>Profissional</b>	<b>Função</b>	<b>Porte</b>
Estatutário	Assistente Social		3
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Psicólogo	Coordenador	
Estatutário	Psicólogo		
Estatutário	Psicólogo		
<b>CRAS05</b>			
<b>Vínculo</b>	<b>Profissional</b>	<b>Função</b>	<b>Porte</b>
Estatutário	Assistente Social	Coordenador	3
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Assistente Social		
Estatutário	Psicólogo		

Observando o Tabela 5 em comparação com o Quadro Dimensão Recursos Humanos, Quadro 22, constatamos que todos os CRAS estão no nível 5 da DRH. Cabe salientar que os CRAS atualmente não contam com Equipe Volante (EV).

Tais informações estão de acordo com as respostas fornecidas pelos técnicos com relação ao bloco 03 QUANTO À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: apresentado no Apêndice A. Quando perguntados se “O CRAS conta com profissionais suficientes para satisfazer a demanda?”, obtivemos um percentual de 65% dos técnicos que acreditam ter o número de profissionais suficientes para atender à demanda contra 35% que acreditam não ter número suficiente de técnicos para atendê-la. O gráfico 5 apresenta os resultados relativos a este questionamento.

**Gráfico 5 – Existem profissionais suficientes nos CRAS**

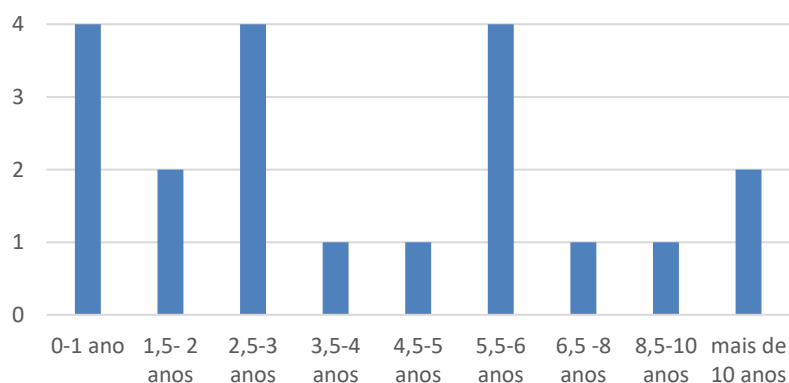
Observando o Quadro 22 - Índice de Desenvolvimento do CRAS – Dimensão Recursos Humanos, foi possível constatar que conforme especificação existe um número de técnicos adequado ao nível 5 que é o maior dentro dessa categoria. Este mesmo entendimento está presente nas respostas dos técnicos que consideram ter equipe técnica adequada à demanda.

Constatamos, a partir das informações apresentadas, que atualmente não existe deficiência com relação ao corpo técnico que atua nos CRAS, o que é um ponto positivo dentro da política.

Abaixo, no Gráfico 6, apresentamos o número de técnicos e o tempo de atuação na Assistência Social. A partir do gráfico é possível verificar que 50% dos técnicos dos CRAS têm um período de atuação de no máximo 3 anos na área. Destes, 20% atuam na área em um período máximo de 1 ano.

**Gráfico 6 - – Numero de técnicos com relação ao tempo de atuação na assistência social**

Número de Técnicos X Tempo de atividade na Assistência Social



Se compararmos estes dados com as questões sobre a capacitação apresentadas no Quadro 10 – Dados dos Censos relativos à área de Vigilância Socioassistencial, é possível afirmar que os técnicos não receberam capacitação na área de vigilância social, além de 50% dos técnicos estarem atuando há três anos ou menos na área. A partir destes dados podemos afirmar que a SAS não promove capacitação aos técnicos na área da Vigilância Socioassistencial.

Deste modo, reiteramos a necessidade do gestor municipal assumir o compromisso de, como prioridade, viabilizar a capacitação da equipe técnica para que, de fato, a vigilância socioassistencial aconteça no município. Por outro lado, apontamos a urgência de que o gestor instrumentalize os CRAS com infraestrutura capaz de atender os pressupostos da Política de Assistência Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar as ferramentas informacionais disponíveis pelo MDS para a execução da vigilância socioassistencial, problematizando o uso dessas ferramentas por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS-, do município de Pelotas/RS.

O trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre Vigilância Socioassistencial, fazendo uma reflexão sobre o Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas), planejado com objetivo de alcançar os setores que operacionalizam a política pública nas esferas de gestão, financiamento, avaliação e monitoramento de programas, bem como os serviços, projetos, benefícios e seus usuários, oportunizando por meio das ferramentas o registro e publicização de dados referente ao Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Posteriormente, dando andamento ao trabalho, efetuamos a análise documental na legislação que dá suporte as atividades vinculadas à assistência social no município. Em uma etapa seguinte foi realizada a pesquisa de campo no órgão gestor da vigilância socioassistencial da Secretaria e observação participante nos cinco CRAS localizados no município. Para finalização do estudo realizamos entrevistas semiestruturadas com técnicos de referência dos CRAS em questão.

A Rede SUAS tem a função de dar respostas às novas necessidades de informação e comunicação na esfera do SUAS, dentre elas a regulação do que está previsto na Constituição Federal de 88, no que se refere à política pública de assistência social. Esse conjunto de sistemas - Rede SUAS - altera a cultura de gestão através da instalação de aplicativos que devem dar maior agilidade e transparência, dando suporte aos procedimentos e processos da Política Nacional de Assistência Social, 2004, previstos na norma operacional básica do SUAS/2005.

Para Veloso (2010), as Tecnologias da Informação são um recurso com capacidade de potencializar a atuação dos profissionais da área de serviço social e de outras áreas em suas diversas dimensões, tais como nas Políticas Sociais, abrindo um novo conjunto de possibilidades de atuação. Planejar, elaborar, avaliar, propor e conduzir ações e serviços de programas e políticas

sociais são dimensões da atuação profissional que podem, também, ser potencializadas pelo uso da TI, que deve estar articulada com as outras competências fundamentais (teórica, política, técnica e ética) para uma apropriação adequada, sem cair no tecnicismo. Destacamos, assim, a importância da existência de condições e competências sobre as quais se somará o potencial da TI com vistas a melhorar a inter-relação entre as áreas que atuam com as políticas sociais.

Para a função da Vigilância Sociassistencial os sistemas de informação tornaram-se instrumentos fundamentais no âmbito das políticas sociais, requerendo que gestores e técnicos conheçam tais tecnologias para implementação do que está previsto na Legislação. Entretanto, percebe-se um distanciamento dos gestores, técnicos e trabalhadores da área em relação ao manuseio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas nesse processo.

Através do contato realizado com o gestor responsável pela Vigilância no município ficou claro que a SAS está ciente de todo o aparato tecnológico e de sistemas de informação disponibilizados pelo MDS para a consolidação da política de assistência. O responsável conhece e tem acesso a todos os sistemas da Rede SUAS que operacionalizam a assistência social no município, especificamente os ligados diretamente à função da Vigilância Sociassistencial. Percebe-se, entretanto, que não existe uma aproximação do responsável pela Vigilância Sociassistencial com os CRAS e é visível, por intermédio do estudo, que essa não é uma área prioritária para a SAS.

Tal afirmação está alicerçada na análise documental efetuada nas atas do Conselho Municipal de Assistência Social de Pelotas – CMASPEL-, relativas aos exercícios de 2014 até 2017 e nos dados fornecidos pela SAS aos Censos de 2012 até 2016. No decorrer da análise fica evidente que não existem ações relevantes e contínuas no que diz respeito à implementação da Vigilância Sociassistencial no município.

Por outro lado, foi possível perceber que a SAS e o Gestor desconhecem, ou pouco valorizam, a importância dos sistemas e dessas informações para as equipes de referência dos CRAS. Com a realização da pesquisa, durante a etapa da observação participante, foi possível perceber

que a SAS faz uso desses sistemas por serem uma exigência do MDS para o repasse de valores que possibilitam o financiamento da política.

As informações utilizadas para alimentar os sistemas produzem dados e indicadores que estão vinculados diretamente ao repasse de recursos aos municípios pela União. Conforme Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011, fica assegurado o apoio financeiro aos municípios para o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, tomando como base o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS.

A observação participante nos aproximou da realidade vivenciada pelos técnicos e permitiu compreender os fluxos internos que oportunizam a operacionalização da política especificamente da Vigilância Socioassistencial. Foi constatado que não existe nenhuma regulamentação sobre os trabalhos e fluxos nos CRAS. Não existe um plano de trabalho da assistência no município ou documento que se assemelhe. Através de visitas sistemáticas nos cinco CRAS do município nos deparamos com uma realidade que não condiz com o que está definido nos documentos e na legislação estudada. Todos eles têm procedimentos muito semelhantes, diferindo na maioria dos casos em relação à forma como as informações são organizadas e armazenadas.

Na efetivação da Vigilância Socioassistencial o maior problema encontrado diz respeito à falta de informações para proceder ao atendimento do usuário nos CRAS. Não existe acesso às informações referentes ao Cadastro Único e aos demais sistemas de informação da Rede SUAS. Os CRAS constroem seus próprios instrumentos de controle, armazenamento e acesso às informações, e os técnicos devem acessá-las de forma manual, com busca em fichários ou pastas.

Uma das questões centrais com relação ao uso de sistemas de informação na Vigilância diz respeito diretamente ao acesso às informações contidas, que devem estar disponibilizadas para evitar que as equipes de referência tenham que perder tempo na composição ou criação de mecanismos, instrumentos e metodologias que lhes diga quem ou onde estão os indivíduos e famílias que devem ser atendidos pela política, as áreas onde determinadas ocorrências de vulnerabilidades ou violação de risco acontecem

com maior efetividade, quais são elas, quais as ações que devem ser executadas.

No município são exigidos dos CRAS relatórios mensais e trimestrais que alimentam os sistemas da Rede Suas. Um dos objetivos desses sistemas seria possibilitar o acesso rápido e fácil dos técnicos às informações no momento do atendimento dos usuários. Cabe salientar que os dados que alimentam os sistemas partem dos relatórios criados pelos próprios CRAS.

O fluxo encontrado e descrito no corpo do trabalho busca adequar as ações do CRAS à falta de informação disponível, o que na maioria das vezes é demorado e gera retrabalho, pois cada usuário deverá preencher a Ficha de Cadastro no CRAS para ser atendido. Somente após a inserção no Cadastro Único, que é realizada apenas na Secretaria, é que as informações estão disponíveis para acesso. Durante o processo de entrevistas apenas um CRAS tinha recebido o Cadastro único em sua unidade.

Os técnicos de referência gastam um grande volume de tempo resolvendo questões referentes à falta de informação, enquanto deveriam estar desempenhando atividades muito mais importantes com vistas à concretização e execução da política. Dentre essas atividades estão as macroatividades da Vigilância, que devem contribuir para a qualificação dos serviços socioassistenciais prestados e estão diretamente ligadas à execução da função da Vigilância Socioassistencial.

Uma das macroatividades é a elaboração de diagnósticos e estudos socioterritoriais e tem como finalidade conhecer o território onde atuam os CRAS, identificar situações de precarização que geram vulnerabilidade e possibilitam riscos e danos aos cidadãos. Tal atividade engloba os três principais conceitos abordados na Vigilância Socioassistencial - território, vulnerabilidade e risco, os quais são o ponto de partida da função dentro da política assistencial.

Para a Vigilância o território é o conceito mais importante. Conhecer o território, se apropriar dele, deveria ser um dos grandes desafios profissionais produzidos pela implementação da Vigilância Socioassistencial. Este deveria ser o objeto central do trabalho desempenhado pelos profissionais dos CRAS e da política como um todo. Desta forma, eles além da assistência fariam também resistência.

A medida que conhece e reconhece o território como um espaço de relações sociais e de poder o assistente social e os técnicos de referência podem identificar não só as demandas dos indivíduos em questão, mas podem também identificar os grupos sociais existentes no território, identificando suas lideranças, trabalhando para que estas se fortaleçam e articulem cidadãos para reivindicar os seus direitos.

Conforme Koga (2003), o debate do diagnóstico socioterritorial se faz necessário por ser parte do processo de aperfeiçoamento do SUAS no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade da realidade brasileira, objetivando a garantia do acesso às provisões de qualidade, conforme as demandas “dos diferentes públicos e territórios”.

Entretanto, diante do cenário onde estão inseridos os técnicos de referência dos CRAS, é possível perceber a insatisfação perante o descaso e o desinteresse dos gestores em efetivar a Vigilância no município, o que fica claro pelo desabafo do TCN6 quando perguntado sobre a importância da Vigilância para as ações do CRAS: “Olha, ela é fundamental, porque o CRAS trabalha às cegas”.

Conforme relato das equipes de referência não existe capacitação na área, não existe a disponibilização de recursos materiais (computadores, impressoras, rede de computadores, internet), que são fundamentais para o processo de Vigilância.

A maioria desconhece os sistemas de informação e a sua totalidade não faz uso dos mesmos no seu ambiente de trabalho. Não existe, conforme apresentado, uma padronização dos instrumentos de registros de atendimentos e organização dos dados nos CRAS. Entendemos que essa padronização é uma etapa importante para a estruturação de uma base de dados para a Política de Assistência Social e a efetivação da função de Vigilância Socioassistencial no município.

Entendemos, também, que é necessário que as equipes de referência sejam chamadas para discutir e planejar as ações da vigilância, apresentar sugestões e elaborar mecanismos que possam ser adotados para agilizar o atendimento e o cumprimento da política.

Enquanto os técnicos ficam dentro do CRAS efetuando trabalho burocrático, ou quando o retorno da informação solicitada para a SAS demorar



15, 20 ou até 45 dias, conforme relatado, a Vigilância será mera ficção. O Gestor da política diz que ela existe, mas os responsáveis pela execução desconhecem tal função da política de assistência.

Não queremos, aqui, dizer que as Tecnologias de Informação são a solução dos problemas, mas que devem ser vistas e utilizadas como aliadas na operacionalização da Vigilância e conseqüentemente da política.

Os CRAS, além da coleta e geração dos dados, devem ser consumidores das informações processadas ou produzidas pela Vigilância Socioassistencial. O acesso às informações auxilia na geração do conhecimento sobre as características da população e do território, os indicadores auxiliam na avaliação de sua própria atuação profissional, possibilitando, assim, o melhor atendimento às necessidades e demandas existentes. As informações também são fonte importante para o planejamento e a execução das ações que estão previstas na PNAS.

Atualmente o não uso das tecnologias da informação é um entrave no trabalho desenvolvido. Com o presente estudo é possível afirmar que é urgente a retomada da descentralização prevista na política no que se refere ao uso dos sistemas de informação e gestão da informação nos municípios. Na sociedade contemporânea o acesso à informação disponível é uma fonte de empoderamento, uma vez que permite, através da análise de dados, entender o presente e principalmente antecipar ações no futuro.

Ao longo deste trabalho foi possível constatar que para que a Vigilância Socioassistencial possa ser efetivada no município algumas ações deveriam ser executadas. As questões que trazemos aqui estão apresentadas no decorrer do trabalho e foram sinalizadas por intermédio da observação participante e das entrevistas.

Entre as ações que auxiliariam a operacionalização da Vigilância Socioassistencial no município podemos elencar:

- ✓ Capacitação dos técnicos de referência na função da Vigilância Socioassistencial;
- ✓ Capacitação dos técnicos de referência nos sistemas de informação da Rede Suas;
- ✓ Cadastro dos técnicos nos sistemas da Rede Suas;

- ✓ Cursos de capacitação em ferramentas e softwares que auxiliem na geração de dados estatísticos, tratamento de informação e geração de indicadores:
  - ✓ Aquisição de computadores, impressoras e equipamentos necessários:
  - ✓ Contratação de um serviço de internet de banda larga;
  - ✓ Disponibilidade de automóvel em um período maior para busca ativa;
  - ✓ Normatização do fluxo de trabalho nos CRAS;
  - ✓ Padronização de documentos e relatórios.

As questões apresentadas nesta tese não esgotam a discussão sobre a operacionalização da Vigilância Socioassistencial em Pelotas. O objetivo do trabalho é levantar a discussão e apresentar a realidade que encontramos na SAS e nos CRAS do município, bem como o entendimento das equipes de referência com relação a essa função da política.

Cabe salientar que a Vigilância Socioassistencial é fundamental para que a PNAS possa dar conta da garantia de renda, acolhida, convívio e autonomia por ela própria previstas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do Social-Liberalismo. Campinas: Papel Social, 2016.

ALVES J.A.L. Os Direitos Humanos como Tema Global. São Paulo: Perspectiva; 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social:fundamentos e história. São Paulo: Cortez. 2011.

BOWEN, Glenn A. , "Document Analysis as a Qualitative Research Method",Qualitative Research Journal, Vol. 9, 2009 Issue: 2, pp.27-40, <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016 – MDS(2016)

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDS)-SAGI-Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – CECAD. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/> acesso em 10/11/2016.

BRASIL .Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Brasília: s.d. Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf)> - Acesso em: 05/fev/2016.

\_\_\_\_\_. CapacitaSUAS Caderno 3.Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome., Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2013 – MDS(2013)

\_\_\_\_\_. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. ATLAS. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 11/abr/2016.

\_\_\_\_\_. CapacitaSUAS, vol. 2.Desafios da Gestão do SUAS nos municípios e estados. Brasília, MDS/IEE da PUC-SP, 2008.

\_\_\_\_\_. Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portal SAGI – Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> - Acesso em 12/dez/2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional De Assistência Social - Departamento De Gestão Do Sistema Único De Assistência Social - Coordenação Geral De Vigilância Social Cras-Manual De Instruções Para O Registro Das Informações Especificadas Na Resolução Nº04/2011 Da Comissão Intergestores Tripartite – CIT -Brasília - 2014 CRAS(2014).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. CNAS - Conferências  
<<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais>> Acesso em 13/agos/2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Caderno\\_GestaoFin\\_SUAS.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_GestaoFin_SUAS.pdf). Acesso em 10 nov 2017

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Plano Brasil sem Miséria. Caderno Técnico. 2012. Disponível em: . Acesso em: 19 set.2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. PNDAS - Plano Decenal - SUAS Plano 10- Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social - REDE SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social / organizado por Luziele Tapajós e Roberto Wagner da Silva Rodrigues. – Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Assessoria de Informação. SOBRE A REDE SUAS. Brasília 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/redesuas/sobre-a-rede-suas.doc/view>> - Acesso em 10/mar/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vigilância Socioassistencial (Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS 2005). Brasília: MDS, 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social. Brasília, 2016. Disponível em: <http://conpas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/trabalhosocialcomfamilias.pdf>. Acesso em: <13/abr/2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Brasília: 2013b. Disponível em:<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf)> - Acesso em: 05/fev/2016.2013b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do Suas.

Coordenação Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Brasília: 2013b. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_Vigilancia.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf)> - Acesso em: 05/fev/2016. 2013b.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Orientações para a Vigilância - BRASIL -Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. - ISBN 978-85-60700-29-5 - MDS(2009)

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005. Reimpresso em maio de 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. SDH(2013)

\_\_\_\_\_. Resolução 04/2011 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT - Resolução publicada no DOU DE 8 DE JUNHO/2011 – SECÃO 1, PG 60/61. Brasília. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Portal SAGI. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRlv3/geral/index.php>> - Acesso em 03/mar/2016.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social -NOB-RH /SUAS. Brasília, 2009.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil (pp. 171-201). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/UNESCO, (2009).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Vulnerabilidades: Aproximações Teóricas para o exercício da Proteção Social – Secretaria Nacional de Assistência Social. MDS. 2017. Disponível em: <[aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/.../Vulnerabilidades.s.pptx](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/.../Vulnerabilidades.s.pptx)> Acesso em: 20 set 2017

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O processo de formulação e os desafios do plano Brasil sem miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014. p. 33-65

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: Serviço Social e Sociedade, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou bem-estar? In: : Serviço Social e Sociedade, n. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009, p. 205-217.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, [et.al]. O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O direito social e a assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 93, p. 59-69, jun. 2011. Disponível em: <https://rccs.revues.org/165> . Acesso em: 30 jun. 2017.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. et al. Social Vulnerability to Environmental Hazards. Social Science Quarterly, v. 84, n. 2, 2003. p. 242-261.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da saúde no Brasil - R. RAËGA, Curitiba, n. 17, p. 31-41, 2009. Editora UFPR. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v17i0.11995>. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/11995>

FARIAS, L.O.P. A construção da Vigilância Socioassistencial no SUAS. 2013. Disponível em [http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta03/compesa/Vigilância\\_Social.pdf](http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta03/compesa/Vigilância_Social.pdf) - Acesso em 20 de Jan de 2016

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. A construção da Vigilância Socioassistencial no SUAS. Disponível em [http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta03/compesa/Vigilância\\_Social.pdf](http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta03/compesa/Vigilância_Social.pdf) - Acesso em 20 de Jan de 2016

FARIAS, Luis Otavio. Vigilância Socioassistencial. Sistema Único de Assistência Social- Texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS 2005). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/viii-conferencia-nacional/oficinas/07\\_luis-otavio.pdf/view](http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/viii-conferencia-nacional/oficinas/07_luis-otavio.pdf/view). Acesso em: 9 out. 2017.

FERREIRA, Denison da Silva. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883/14380> - Acesso em 30/07/2017 Acesso em 17/07/2017

GAMBARDELLA, Alice Dianezi. Compartilhamento dos sistemas de informação entre os entes federados na construção do SUAS. Universidade Católica de

São Paulo. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2011. (Tese de Doutorado).

GIDDENS, Anthony, 1938- Modernidade e identidade / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

GOMES, Wagner Antonio Alves. Pactuação de prioridades e metas para a gestão municipal no novo modelo de prtoeção socioassistencial. In: PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS):fundamentos para a gestão.V.1. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In. ROSENDAHL, Z; CORREA, R L. Religião , identidade e território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Territórios alternativos. São Paul: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do fi m dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo - Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HILLESHEIM. BETINA e CRUZ LÍLIAN RODRIGUES DA – Riscos Sociais- In Dicionário crítico : política de assistência social no Brasil / Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras. – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2016. (Coleção CEGOV : Transformando a administração pública)p. 242-245

IAMAMOTO, Marilda Vilela.O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 20.ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013  
DISPONÍVEL EM:

[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/9520](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9520) - Acesso em: 01/09/2017

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

JANNUZZI, Paulo. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão. Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Territórios de Vivência em um País Continental. In. Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.14, n.1(19), p.9-26 jan./jun. 2015 - ISSN 1676-6806. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/sss.v14i1.8638899> Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8638899/6502>. Acesso em 06/06/2017

LAUDON K. C. & LAUDON J. P. **Sistemas de Informações Gerenciais**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Tiago; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos. Vigilância Socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Revista Katálisis**. Programa de Pós graduação em Serviço Social Florianópolis, 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação Geral de Apoio ao Controle Social e a Gestão Descentralizada. Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IDGSUAS. Brasília, maio 2012. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Caderno IGDSUAS.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno IGDSUAS.pdf) - Acesso em 10/11/2017

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de atualização em vigilância socioassistencial do SUAS. – Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016. Disponível em: [http://social.mg.gov.br/images/documentos/capacita\\_suas/caderno\\_orientacoes/Caderno\\_aluno\\_Vigilancia\\_Social.pdf](http://social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/caderno_orientacoes/Caderno_aluno_Vigilancia_Social.pdf) . Acesso em 10 nov 2017

MENEZES, André. O uso dos Sistemas de Informação como ferramentas da gestão local do SUAS. **Encontro Nacional do CONGEMAS**. Fortaleza, CE. 2012 Disponível in: <[http://congemas.org.br/basehistorica/exibe\\_noticia.php?idnot=379](http://congemas.org.br/basehistorica/exibe_noticia.php?idnot=379)> Acesso em 19/jan/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconômicos. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.) Sistema Único de Assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2012.

MONTEIRO, S.R.R.P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695> Acesso em: 23/08/2017

OLIVEIRA, Juliene Aglo de. O processo de implantação da Vigilância Socioassistencial nos municípios da Alta Sorocabana/SP: trajetórias e metodologias. Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2016. (Tese de Doutorado).

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos para a gestão. V.1. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas – Portal Oficial. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/>> - Acesso em 04/jan/2016.



\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Pelotas SAS – Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança. Disponível em: [www.pelotas.com.br/justica-social/](http://www.pelotas.com.br/justica-social/) - Acesso em 05/nov/2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Pelotas. Lei Ordinária Nº 4462, de 21 de Dezembro de 1999. Dispõe sobre substituição da Lei Nº 3.961/95 que define a Política de Assistência Social de Pelotas. – Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/18122744/lei-n-4462-de-21-de-dezembro-de-1999-do-municipio-de-pelotas> - Acesso em 05/dez/2014.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Plano Plurianual de Assistência Social 2010/2013 - PELOTAS - SETEMBRO DE 2009.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Pelotas. História do Município. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia.php> - Acesso em 15/dez/2015.

PEREIRA, Potyara A. P. A Assistência Social prevista na Constituição Federal de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. Revista Ser Social, Brasília, N. 20, P. 63-83 Jan/jun, 2007

\_\_\_\_\_, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In. BOSCHETTI et. al. (orgs). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PIRES, Flávia Cristina de Paula Gomes. A Institucionalização da Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social. Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2016. (Tese de Doutorado).

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDHM Municípios 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> – Acesso em: 30/mar/2016.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual. In: Serviço Social em Revista. Londrina, 2013.

SANTOS, Milton O Dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo- USP. GEOgraphia, ano. 1, n. 1 1999, São Paulo. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>. Acesso em: 30 ago. 2017

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, 1926-2001. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SAQUET, Marcos Aurelio, POR UMA ABORDAGEM TERRITORIAL in Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. P- 73-94

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral. A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f., il. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Josiane Cristina Cardoso da; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de. Territorialização e Diversidade Étnica na Política Nacional de Assistência Social: Caminhos Divergentes. In. Políticas de assistência social e temas correlatos. TEIXEIRA, Solange Maria. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA, Neimy Batista da. Política Social: história, perspectivas e tendências. In: PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos para a gestão. V.1. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social.- O CRAS que temos, o CRAS que queremos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Volume 1. Orientações Técnicas Metas de Desenvolvimento dos CRAS Período 2010/2011. VERSÃO PRELIMINAR NÃO DIAGRAMADA. Brasília: SNAS, 2010.

SOUZA FILHO, Rodrigo; ANTINARELI, CÁSSIA Pacheco G; PAULA, Carla A. de; SILVA, Wesley Helker F. Política de Assistência Social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS. In: MOLJO, CARINA BERTA; DURIGUETO, MARIA LÚCIA (ORGS.) Sistema Único de Assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

STAIR, Ralph M. Princípios de sistema de informação: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: CTC, 2002.

TAPAJÓS, Luziele. A gestão da Informação em Assistência Social. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Gestão da Informação no SUAS. In: Serviço Social e Sociedade, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Informação e políticas de Seguridade Social: uma nova arena de realização dos direitos sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, 2003 (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Rede Suas: O sistema Nacional de Informação da Assistência Social in Ações premiadas no 11º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. (organizado por Juliana Girão de Moraes). Brasília: ENAP, 2007.

TAVARES, G. C. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil: o financiamento da Política de Assistência Social na era SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social; UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. A Família na Política de Assistência Social: concepções e tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Terezina-PI. Terezina: EDUFPI, 2013

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? In: Seminario Vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita; PAULA, Renato Francisco dos Santos. A gestão social no contexto dos fundamentos da formação do Estado Moderno e o SUAS. In: PAULA, Renato Francisco dos Santos. Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos para a gestão.V.1. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013.

## **APÊNDICES**

**Apêndice A - Entrevista a ser aplicado nos CRAS**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**  
**DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Entrevista a ser aplicada aos CRAS do município de Pelotas**

**01 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Formação acadêmica:

Qual o tipo de vínculo com a instituição? E há quanto tempo?

Tempo que desenvolve atividades na área da assistência social?

Que cargo ocupa?

Quais as funções do cargo que ocupa?

Qual a área de abrangência do CRAS?

**02 QUANTO À INFRAESTRUTURA DO CRAS**

O CRAS tem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das suas atividades?

O CRAS conta com computadores? Quantos?

Estes computadores têm acesso à Internet?

Quais são os sistemas de informação que estão disponibilizados para acesso no CRAS?

Este CRAS tem acesso as informações sistematizadas/consolidadas pela Secretaria?

**03 QUANTO À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

O CRAS desempenha as funções previstas pela PNAS?

Em caso negativo, quais as dificuldades/ ou limites para a efetivação do que está previsto na Política?

Em caso no não atendimento pleno, quais as ações prioritizadas pelo CRAS no município?

O que você entende por Vigilância Socioassistencial?

O CRAS conta com profissionais suficientes para satisfazer a demanda:

Sim

Não                      Especifique:

#### **04 QUANTO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO REDE SUAS:**

Você conhece os sistemas de informação disponíveis?

Você tem acesso a estes sistemas?

Sim                      Especifique:

Não

Qual a sua opinião sobre a operacionalização dos sistemas da Rede Suas?

Você considera tais sistemas importantes para implementação da PNAS?

#### **05 QUANTO AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL:**

Você participou de atividades de capacitação relativas ao processo de Vigilância Socioassistencial, nos últimos 3 anos? Em caso afirmativo, lembra quando e quais aspectos foram trabalhados?

Tendo respondido afirmativamente à questão anterior, lembra se houve referência ao uso de tecnologias informacionais? Comente.

Qual a importância da vigilância socioassistencial para as ações do CRAS e do município?

O CRAS desenvolve ações de vigilância?

Sim                      Especifique:

Em parte

Não

Para você, quais instrumentos podem ser utilizados na vigilância socioassistencial?

Em relação ao uso das tecnologias informacionais, quais os aspectos que você considera significativos no cotidiano de trabalho realizado?

O que você identifica como limite e como possibilidades para/ou durante o processo de Vigilância tendo como referência o uso das tecnologias?

Você poderia elencar, por ordem de importância, quais os 5 aspectos relativos ao uso das tecnologias que precisam ser aperfeiçoados/modificados/implementados na Vigilância socioassistencial?

Finalizando, quantas famílias estão referenciadas no território atendido por este CRAS?

## Apêndice B – Termo de consentimento das Entrevistas

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo de Consentimento Livre e esclarecido, declaro que autorizo a minha participação no Projeto de Pesquisa **AS AÇÕES DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL PREVISTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: aproximações e distanciamentos**. Fui informado(a) que a pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as ferramentas informacionais utilizadas na vigilância socioassistencial desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Pelotas/RS e, como objetivos específicos: a) Descrever o fluxo das ações realizadas nos Centros de referência de Assistência social e Centros de Referência Especializado de Assistência Social e que estão articuladas às ferramentas disponibilizadas pela Rede SUAS; b) Identificar possíveis entraves no fluxo dos atendimentos/informação que possam estar interferindo na concepção e consolidação da Vigilância Socioassistencial; c) Conhecer a percepção dos gestores e trabalhadores da política de assistência social acerca da importância da gestão da informação no processo de Vigilância Socioassistencial; d) Contribuir com a construção de uma proposta de trabalho que utilize com maior efetividade as ferramentas disponibilizadas pela Rede SUAS para consolidação da vigilância socioassistencial no âmbito municipal.

Fui, igualmente, informado(a):

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo;
- da garantia de que não serei identificado(a) quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;



A Pesquisadora Responsável por este Projeto de Pesquisa é a doutoranda Rosaura Espírito Santo da Silva (fone: 53- 991571480)E-mail: roess.ufpel@gmail.com

Este documento está sendo assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com a pesquisadora responsável e outra via com o (a) participante da pesquisa.

Data \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

Pesquisadora: Rosaura E. S.da Silva Assinatura:

\_\_\_\_\_

Nome da(o) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ANEXOS**

## Anexo A - Autorização da SAS para realização da pesquisa




OFÍCIO 1039/2016

Pelotas, 02 de Agosto de 2016.

### AUTORIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança – SJSS autoriza a Doutoranda Rosaura Espírito Santo da Silva do Programa de Pós-graduação em Política Social – PPGPS da Universidade Católica de Pelotas – UCPel a realizar pesquisa nesta secretaria e nos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS buscando atender sua proposta de doutoramento.”

  
LUIZ EDUARDO ZIMMERMANN LONGARAY  
SECRETÁRIO DE JUSTIÇA SOCIAL E SEGURANÇA